



Sociologia Contemporânea

Sociologia Contemporânea

Raphael Rodrigues

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Diego da Costa Vitorino

Editorial

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Leticia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Rodrigues, Raphael

R696s Sociologia contemporânea / Raphael Rodrigues.

– Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018
208 p.

ISBN 978-85-522-1179-2

1. Sociologia. 2. Contemporaneidade. 3. Identidades.
I. Rodrigues, Raphael. II. Título.

CDD 301

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018

Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza

CEP: 86041-100 – Londrina – PR

e-mail: editora.educacional@kroton.com.br

Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 A Sociologia bourdieusiana _____	7
Seção 1.1 - Introdução ao pensamento de Pierre Bourdieu _____	9
Seção 1.2 - Principais conceitos da Sociologia de Pierre Bourdieu _____	24
Seção 1.3 - Contribuições de Pierre Bourdieu para a compreensão da sociedade contemporânea _____	40
Unidade 2 A sociologia foucaultiana _____	57
Seção 2.1 - Introdução ao pensamento de Michel Foucault _____	59
Seção 2.2 - Principais conceitos da sociologia de Michel Foucault _____	71
Seção 2.3 - Contribuições de Michel Foucault para a compreensão da sociedade contemporânea _____	84
Unidade 3 Identidades e a crise do Estado de Direito _____	101
Seção 3.1 - Contextualização histórica do conceito de identidade _____	103
Seção 3.2 - Crise do Estado de Direito e a crise ontológica segundo Zygmunt Bauman _____	118
Seção 3.3 - Outros teóricos e problemas da identidade _____	133
Unidade 4 Pós-modernidade: transformações sociais na contemporaneidade _____	153
Seção 4.1 - Existe uma condição pós-moderna? _____	155
Seção 4.2 - O mundo e as relações líquidas? _____	173
Seção 4.3 - A condição do trabalho e as relações sociais na contemporaneidade _____	188

Palavras do autor

Caro aluno, é com muito orgulho que apresentamos o livro didático da disciplina Sociologia Contemporânea. O estudo da Sociologia, que se refere à análise das funções e mecanismos da vida em sociedade, é fundamental para a investigação crítica da realidade social, algo tão necessário em tempos difíceis como esses que estamos atravessando no Brasil e, de uma maneira geral, na sociedade global. A disciplina Sociologia Contemporânea tem como objetivo contribuir para a compreensão de correntes teóricas importantes como a sociologia bourdiesiana e a sociologia foucaultiana. Em especial, ao contextualizarmos historicamente a obra desses autores, espera-se que você, aluno, identifique como seus fundamentos teóricos se apresentam como fenômenos sociais no cotidiano. A disciplina também apresenta uma importante discussão a respeito da questão da identidade e a crise do Estado de Direitos, assim como uma tentativa de compreensão do mundo contemporâneo baseada nas principais correntes da sociologia na atualidade e tem por tentativa captar as transformações sociais observadas nas relações de trabalho, de poder, nas identidades e nas culturas.

A disciplina é dividida em 4 unidades. A Unidade 1 apresenta os principais elementos da sociologia bourdiesiana, desenvolvida por Pierre Bourdieu, um dos sociólogos mais lidos no mundo. Nesta unidade iremos percorrer sua trajetória intelectual com o objetivo de identificar suas principais contribuições teóricas, apreender seus conceitos, compreender algumas críticas à sua teoria e avaliar a repercussão de sua obra no Brasil. Na Unidade 2, iremos conhecer as contribuições teóricas de Michel Foucault, um filósofo que desenvolveu um importante arsenal teórico conceitual a respeito das microfísicas do poder, ou seja, das diversas estratégias de controle dos corpos e dos discursos historicamente executadas na sociedade ocidental através de suas instituições – hospitais, presídios, escolas, etc. Também iremos conhecer a influência da obra de Michel Foucault no Brasil. Na Unidade 3, abordaremos o conceito de Identidade a partir de sua constituição sócio-histórica relacionada à crise do Estado de Direitos. Por último, a Unidade 4 se dedica à compreensão das transformações sociais

na contemporaneidade, em especial aquelas decorrentes do mundo do trabalho. Problematizaremos as correntes teóricas "pós-modernas" ao atentar para a continuidade da contradição entre capital e trabalho que, embora parcialmente transformada pelo atual processo produtivo, continua sendo a principal característica da sociedade capitalista.

Caro aluno, é fundamental que você se empenhe através da prática do autoestudo. Isto possibilitará que você apreenda os conceitos teóricos apresentados ao longo da disciplina e os mobilize nas diversas situações-problema aqui apresentadas. Bons estudos!

A Sociologia bourdieusiana

Convite ao estudo

Caro aluno, esta unidade apresenta as principais contribuições teóricas da sociologia desenvolvida por Pierre Bourdieu. A importância desse autor para a análise e compreensão da sociedade contemporânea é extremamente significativa. A sociologia bourdieusiana fornece um arsenal conceitual potente capaz de revelar quais estruturas sociais e condutas individuais tendem reproduzir as desigualdades sociais.

Ao longo desta unidade, as teorias e conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu serão historicamente contextualizados para que você, aluno, identifique como esses fundamentos teóricos se apresentam como fenômenos sociais no cotidiano. Em especial, espera-se que você conheça as contribuições de Pierre Bourdieu na compreensão do mundo social, assim como as estratégias de reprodução do *status quo* da sociedade capitalista.

Vamos iniciar nossa discussão apresentando o contexto de aprendizagem criado para essa unidade de ensino.

No contexto de aprendizagem desta Unidade, conheceremos a história de Mamadu Barbosa, nascido em Guiné Bissau, mas que reside há quatro anos no Brasil. O domínio da língua portuguesa tem facilitado a estadia de Mamadu no Brasil. No entanto, sua pele negra faz com que cotidianamente ele sofra preconceitos em Belo Horizonte, cidade onde mora atualmente. Mamadu prefere se apresentar como Eduardo, pois ele tem percebido que ao indicar seu nome na língua crioula (Mamadu), os brasileiros tendem a achá-lo estranho. Mamadu tem orgulho de suas origens culturais, dos conhecimentos e valores que aprendeu no interior de

Guiné Bissau, onde passou a infância e adolescência. Foi neste período que ele aprendeu a pescar no mar, a cuidar da plantação de caju, a cantar, dançar e tocar instrumentos de percussão. Quando completou dezoito anos, recebeu uma bolsa de estudos e foi estudar informática em Lisboa, Portugal. A vida na Europa não foi fácil, ele sofreu muitos preconceitos, mas também adquiriu muitos conhecimentos. Ao contar sua história de vida para as pessoas no Brasil, Mamadu percebe que elas têm mais interesse em saber das coisas da Europa do que de seu país de origem. Às vezes Mamadu se pergunta sobre o porquê de os brasileiros só valorizarem o que ele aprendeu em Portugal e acharem estranho ou ridicularizarem seus costumes ancestrais. Pensando nisto, Mamadu decidiu cursar Sociologia em uma universidade de Minas Gerais. Ele quer entender um pouco mais sobre como funciona a sociedade, seus valores e concepções. Mais que isso, ele deseja que seus estudos em sociologia contribuam para a valorização de todo tipo de conhecimento, africano ou europeu.

Caro aluno, a biografia de Mamadu Barbosa nos fornece elementos para formular algumas questões, por exemplo, de que forma a sociologia de Pierre Bourdieu contribui para a compreensão crítica do indivíduo a respeito de sua realidade social? Ou ainda, como as ferramentas teóricas disponibilizadas pela sociologia bourdiesiana podem revelar as razões mais profundas das escolhas pessoais de Mamadu? Enfim, com a leitura dos conteúdos disponibilizados ao longo da disciplina, que envolvem desde os elementos biográficos e a produção intelectual de Pierre Bourdieu até suas principais contribuições teóricas, você, aluno, com certeza conseguirá responder estas e outras questões! Bons estudos!

Seção 1.1

Introdução ao pensamento de Pierre Bourdieu

Diálogo aberto

Impossível não associar a trajetória de vida de um determinado autor com sua produção intelectual. Afinal de contas, o que leva alguém a se transformar em um cientista, ou melhor, em um sociólogo? Quais as implicações sociais da prática científica sociológica, ou seja, de que forma as teorias podem ajudar na compreensão das razões mais profundas do mundo social ou no combate às injustiças sociais? Caro aluno, eis algumas das questões que trabalharemos ao longo desta seção!

Após aprendermos a respeito da produção intelectual e das premissas teórico-metodológicas da sociologia de Pierre Bourdieu, você será apresentado a Mamadu Barbosa, um africano que estudou em Portugal e reside atualmente no Brasil onde iniciou seus estudos em Sociologia.

Nas primeiras aulas do curso de Sociologia, Mamadu Barbosa ouviu falar pela primeira vez em Pierre Bourdieu, e ficou impressionado em como suas teorias explicavam exatamente o que ele enfrentou em muitos momentos de sua vida. Se você estivesse em seu lugar, seria possível justificar a aproximação de alguns conceitos de Bourdieu a determinadas situações da vida pessoal da personagem ou da nossa vida? A partir do exemplo de vida de Mamadu, de que forma a valorização que os brasileiros atribuem aos conhecimentos adquiridos por ele na Europa, em detrimento de seus aprendizados em seu território de origem, um país pobre da África, revela a concepção de estrutura social, apresentada por Pierre Bourdieu?

Para resolver esta situação-problema será preciso compreender alguns aspectos fundamentais da sociologia bourdieusiana, em especial a formulação de Pierre Bourdieu sobre a distribuição desigual de recursos na sociedade capitalista, o que contribui para determinar a posição social de cada indivíduo nela. As condições sociais próprias dos países colonizados e as marcas negativas

da empresa colonial também deverão ser retomadas a partir dos elementos biográficos de Pierre Bourdieu e de seus estudos a respeito da sociedade argelina, onde morou por alguns anos. Em suma, você deverá mobilizar o conteúdo do item *Não pode faltar* para conseguir resolver esta situação-problema. Por isso, é fundamental que você o leia integralmente. Vamos lá!

Não pode faltar

Elementos biográficos e produção intelectual de Pierre Bourdieu

Qual a influência da obra de Pierre Bourdieu na Sociologia? A informação de Wacquant (2002) de que Bourdieu é o cientista social mais citado no mundo talvez ajude a nos aproximar de uma resposta inicial a essa pergunta. Vamos conhecer um pouco mais sobre esse grande sociólogo?

De origem humilde, Pierre Bourdieu nasceu em agosto de 1930 em uma região rural de uma província periférica do sudoeste da França, chamada Béarn. Sua vila natal era pequena e a língua falada não era o francês, mas a língua nativa occitânico. Pierre Bourdieu teve sua infância entre filhos de operários, pequenos comerciantes e camponeses. Essa região acabou se tornando o local de suas primeiras pesquisas, e no ano de seu falecimento (2002) foi publicado o livro que ele dedicou ao estudo da crise da sociedade camponesa onde ele cresceu (WACQUANT, 2002).

Bourdieu se destacou como estudante no ensino médio e, após receber uma bolsa de estudos, passou a se preparar para entrar no Liceu Louis-le-Grand de Paris – instituição que selecionava os melhores estudantes do país. Logo iniciou sua graduação em Filosofia na *École Normale Supérieure* e passou a se dedicar ao estudo da história da ciência e da lógica.

Já graduado, Bourdieu começou a ensinar filosofia no Liceu de Moulins, uma pequena cidade na região central da França. Pouco tempo depois de iniciar a docência, foi convocado a cumprir obrigações militares. A rebeldia de Bourdieu diante da autoridade militar provocou sua transferência para Argélia, na época uma colônia francesa localizada na África do Norte (a independência argelina ocorreu somente em 1962).

Na Argélia, Bourdieu conheceu a destruição causada pelas guerras que a França praticava contra as forças que lutavam pela independência da colônia e passou a se interessar cada vez mais pela sociedade.

Em seu primeiro livro *Sociologia da Argélia*, (*Sociologie de l'Algérie*, em francês), escrito em 1957 (apud WACQUANT, 2002), ele apresenta uma síntese sociológica, histórica e etnológica do país e se posiciona favoravelmente à sua independência. Bourdieu também publicou trabalhos sobre a destruição da agricultura tradicional, a formação do proletariado e estudos etnológicos tendo a sociedade argelina como foco de análise. Neste contexto, tornou-se docente na Universidade de Algiers (localizada na capital da Argélia, Argel), mas sua carreira de professor na Argélia não durou muito, pois em 1960, ele foi obrigado a sair do país diante do golpe articulado por militares franceses que desejavam manter a Argélia como uma colônia submetida à França.

Novamente na França, Bourdieu atuou como Professor Assistente na Sorbonne e na Universidade de Lille até se tornar Diretor de Estudos da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, onde fundou o *Centre Européen de Sociologie*. Este grupo de acadêmicos desenvolveu importantes pesquisas com foco nas relações entre as desigualdades sociais, o poder e a cultura (WACQUANT, 2002).

Bourdieu é um sociólogo muito conhecido no Brasil e sua obra tem sido largamente utilizada em diversas áreas de pesquisa, principalmente, na educação. Isto se deve ao fato do autor ter desenvolvido, ao longo de sua trajetória intelectual, uma análise pioneira em que demonstra como a educação contribui para a perpetuação da desigualdade social, principalmente, na obra *A reprodução* (*La reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement*, em francês (1970), escrita em parceria com Jean Claude Passeron). Bourdieu estendeu sua análise para outras práticas culturais e publicou uma série de inquéritos relacionados aos microcosmos da literatura, da religião, da filosofia, da alta costura e da ciência (WACQUANT, 2002). Ou seja, sociólogo produziu uma descrição minuciosa da cultura, compreendida em um sentido amplo de valores, estilos, estruturas psicológicas e gostos (SILVA, 1995).

No livro *A distinção (La distinction: critique sociale du jugement*, em francês), promoveu uma grande transformação do estudo das classes sociais e das culturas ao demonstrar que o julgamento – ou seja, o gosto, o estilo, a preferência – do indivíduo é uma habilidade aprendida socialmente (WACQUANT, 2002).

Em sua obra *Linguagem e poder simbólico (Langage et pouvoir symbolique)*, Pierre Bourdieu se dedicou exaustivamente a revelar os dispositivos utilizados pela violência simbólica, uma força ou um mecanismo social que inculca nos indivíduos condicionamentos e colabora para a reprodução das desigualdades sociais e econômicas. Caro aluno, vamos agora conhecer a maneira pela qual Bourdieu concebe o papel e o lugar da ciência? Vamos lá?

Uma sociologia engajada

De acordo com Wacquant (2002), Pierre Bourdieu transformou o modo como os estudiosos da sociedade, da história e da cultura, em todo mundo, exercem e percebem suas profissões. Esta influência sobre o modo de se fazer ciência deve-se tanto às suas contribuições teóricas inovadoras, quanto ao posicionamento político que assumiu como intelectual. Ao longo de sua vida, Bourdieu manteve um compromisso fiel com a justiça social e com a ciência.

É importante notar que embora seja graduado em Filosofia, o sociólogo francês acabou se deslocando para outras disciplinas. Após desenvolver pesquisas de campo sobre diversos grupos sociais no interior da França e da Argélia (uma fase de antropólogo), ele optou pela Sociologia que, como relembra Wacquant, era, à época, uma disciplina pouco importante na academia francesa. Bourdieu conseguiu, ao longo de sua trajetória como cientista, renovar, revitalizar e tornar a Sociologia amplamente influente na esfera pública.

Desde o início de sua carreira como pesquisador, Bourdieu se mostrou fortemente comprometido com as questões políticas e sociais. Vale aqui lembrar novamente sua defesa da independência da Argélia, no início da década de 1960. Diante do avanço da globalização neoliberal – caracterizada pelo conjunto de ideias econômicas e políticas capitalistas que defendem a não intervenção do Estado na economia – ocorrida a partir da década de 1970, Bourdieu escreveu uma série de ensaios políticos em defesa dos desempregados, dos desabrigados, dos imigrantes ilegais e na

defesa da autonomia intelectual (WACQUANT, 2002). Ou seja, Pierre Bourdieu se tornou uma espécie de porta-voz de uma ciência militante em defesa de uma sociedade mais justa e alcançou leitores para além dos muros da academia (as instituições de ensino superior).

Pierre Bourdieu se tornou amplamente conhecido como intelectual ainda jovem com a publicação de *Les héritiers* (traduzido para o português como *Os Herdeiros*), em 1964. Nessa obra, escrita também em parceria com J. C. Passeron, discute-se as desigualdades de acesso ao ensino superior e na educação de uma maneira geral. Apesar de seu sucesso precoce, Bourdieu sempre se posicionou de forma crítica com relação ao estrelato midiático. De acordo com Wacquant (2002), uma prova desta postura pode ser vista em sua constante recusa em juntar-se aos *society games*, denominação das revistas intelectuais francesas.

Ao contrário, Bourdieu canalizou seus esforços na construção de uma produção científica protegida das regras do mercado e do comando estatal. Foi diretor por vinte e cinco anos da série "O senso comum" (no original, *Le sens commun*), na prestigiosa casa *Éditions de Minuit*, na qual publicou obras clássicas e fundou, em 1975, o periódico interdisciplinar *Ações da pesquisa em ciências sociais* (no original, *Actes de la recherche en science sociales*), que conduziu até um estágio avançado de sua doença.

Com o início dos movimentos de massa por toda a França, em 1995, diante da diminuição das políticas do Estado de Bem-Estar Social, Bourdieu lançou a *Raisons d'agir Editions*, uma editora acadêmica e militante. O sucesso de vendas do livro *Sobre a Televisão* (*Sur La télévision*, em francês) e de "A Miséria do Mundo" (*La Misère du monde*, em francês), fez com que as *Raisons d'agir Editions* se tornasse um fenômeno editorial ajudando a propagar a sua crítica à revolução neoliberal.

A sociologia engajada de Pierre Bourdieu, com suas teorias e posições políticas, influenciou de maneira decisiva a ação e o pensamento de cidadãos envolvidos em diversos movimentos sociais – dos LGBT's, dos ecologistas, dos sem-teto aos movimentos antirracistas. Bourdieu conseguiu unir a pesquisa científica de excelência com a ação política.

Segundo Wacquant (2002), Pierre Bourdieu sempre idealizou um "intelectual coletivo" cuja produção científica fosse além dos muros da

universidade, para fomentar o debate público na construção de uma agenda progressiva e crítica com relação às históricas injustiças sociais. Cara (o) aluna (o), até aqui compreendemos um pouco da trajetória intelectual de Bourdieu. Que tal agora aprendermos sobre o método científico que ele desenvolveu? Ou seja, vamos conhecer como este notável sociólogo formulava e executava suas investigações!

Premissas teórico-metodológicas

Para Bourdieu, a Sociologia deve descobrir as causas objetivas e as razões subjetivas que contribuem para as pessoas serem o que são e fazerem o que fazem. De acordo com Wacquant (2002), a sociologia de Bourdieu tem como principal objetivo “desnaturalizar” o mundo social. Em qual sentido a expressão “desnaturalizar” deve ser compreendida? Vejamos.

É preciso adotar uma postura de estranhamento em relação ao mundo social, por isto “desnaturalizar” pode ser compreendida como uma expressão que aponta para o posicionamento crítico e analítico que o sociólogo deve assumir diante de fenômenos que se caracterizariam em discursos do senso comum como naturais. Ou seja, é preciso apreender o mundo social como objeto de estudo científico a fim de compreender suas razões mais profundas e desnaturalizá-lo. Como afirma Wacquant (2002), a sociologia bourdieusiana se propõe a dissecar os mecanismos do mundo social para detectar dimensões até então não compreendidas. Mas, afinal de contas, como Bourdieu realizava suas investigações?

O sociólogo francês desenvolveu uma abordagem científica que tenta compreender a lógica da ação ou conduta humana tomando como análise a relação entre as condutas individuais (dimensão subjetiva) e as estruturas objetivas onde se desenrola o cotidiano humano. Esta análise praxiológica (ou seja, em busca da lógica da ação) é efetuada a partir de dois conceitos fundamentais da sociologia bourdieusiana: *habitus* e campo. *Habitus* é o conjunto das disposições (escolhas, preferências, juízo) socialmente adquiridas pelo indivíduo (dimensão subjetiva) e campo designa as forças objetivas em disputa que compõem espaços relativamente autônomos entre si (dimensão objetiva) (WACQUANT, 2002). Bourdieu pretende investigar a relação entre as dimensões subjetiva e objetiva da vida social.



Habitus é um conjunto de desejos, vontades e habilidades, socialmente constituídas, que são ao mesmo tempo cognitivas, emotivas, estéticas e éticas (WACQUANT, 2002).

Não se trata de uma tarefa simples, uma vez que a captura analítica da relação entre estas duas esferas (subjéctiva e objectiva) talvez seja o principal desafio teórico-metodológico das ciências sociais. Pierre Bourdieu aceitou este desafio e formulou um arsenal de investigação cujo objectivo é, em suas palavras, “descobrir as estruturas enterradas de maneira mais profunda nos diversos mundos sociais que compõem o universo societário, bem como os mecanismos que tendem a assegurar sua reprodução ou transformação” (Bourdieu, 1989, p. 7 apud Peters, 2013, p. 48).

Caro aluno, os instrumentos conceituais desenvolvidos por Bourdieu pretendem capturar a relação entre a reprodução/transformação das estruturas coletivas (dimensão objectiva) e as trajetórias biográficas dos atores individuais (dimensão subjéctiva). Esta relação, por sua vez, torna-se visível, ou seja, é corporificada nas práticas sociais. Para Bourdieu, existe uma inter-relação entre a produção da conduta individual (o *habitus*) e as propriedades estruturais dos contextos de socialização (o campo). Nesta relação entre *habitus* e campo se encontra o princípio da criação das práticas sociais – uma vez que as práticas sociais articulam os polos da agência (a dimensão subjéctiva, a ação do indivíduo) e da estrutura (dimensão objectiva) (PETERS, 2013).

A proposta teórica metodológica de Bourdieu tenta, portanto, compreender a articulação entre agência (a ação do indivíduo) e estrutura (realidade objectiva que condiciona as ações individuais) através da investigação das práticas sociais. É importante ponderar que para Bourdieu há uma precedência (no sentido do que vem primeiro em uma ordem hierárquica) do nível objectivo sobre o nível subjéctivo da realidade social. Ou seja, a liberdade e o alcance da ação individual tendem a ser limitados por estruturas sociais dificilmente alteráveis.

Bourdieu desenvolve uma sociologia que pretende contribuir para a “desnaturalização” das relações de dominação. Isto quer dizer

que para ele a sociologia pode ser um instrumento de compreensão das estruturas que dominam as ações individuais e uma forma de se defender destes condicionamentos impostos como se o processo de dominação fosse uma consequência natural entre homens e mulheres, por exemplo. Ou seja, ainda que a ação individual seja fortemente condicionada pelas estruturas sociais, o exercício sociológico, ou melhor, a prática científica da sociologia, pode ajudar os indivíduos a compreenderem diversos aspectos do mundo social e, principalmente, tomarem consciência acerca de suas próprias realidades sociais e transformarem algumas de suas estruturas.



Refleta

Caro aluno, até aqui temos visto que Bourdieu acreditava em uma sociologia combativa, ou seja, disposta a questionar e alterar a realidade social ou, pelo menos, fomentar uma visão crítica sobre as estruturas de dominação. Nesse sentido, de quais formas a sociologia bourdiesiana pode ser incorporada à prática docente? Ou seja, como a sociologia desenvolvida por Bourdieu pode contribuir para a compreensão crítica dos processos educativos reproduzidos no cotidiano escolar?

Concepção de estrutura social

A noção de estrutura social é utilizada nas ciências sociais muito antes de Pierre Bourdieu. Tal noção postula a existência da sociedade como um todo formado internamente por um conjunto diferenciado de estruturas. Religião, família, parentesco, língua, cultura e economia são exemplos de estruturas sociais. A noção de estrutura social foi amplamente associada nas ciências sociais a algo estático, imóvel, que não se modifica nem se transforma. Contudo, para Bourdieu as estruturas sociais das sociedades modernas não são estáticas, uma vez que são constituídas de forma processual e contínua podendo ser historicamente reproduzidas ou transformadas pelas práticas de agentes (indivíduos) hábeis (PETERS, 2013).

Para Bourdieu, a estrutura social pode ser compreendida como um sistema hierarquizado de poderes e privilégios e a principal característica das sociedades modernas é a organização desse sistema levando em consideração dois

princípios para a diferenciação dos grupos ou indivíduos – o capital cultural (bens simbólicos) e o capital econômico (bens materiais). A desigualdade na distribuição do capital cultural e econômico é o que sustenta a produção e reprodução das classes dominantes e classes dominadas. Ou seja, as classes dominantes e as classes dominadas são definidas pelo volume de seu capital (WACQUANT, 2002). Esse pressuposto teórico compreende que o espaço social é composto por grupos que competem entre si, tal qual se verifica na disputa pelas ideias hegemônicas dentro de um campo.

Para Bourdieu, o universo social das sociedades modernas é sustentado pelo campo e pelo *habitus*. Como foi dito acima, o conceito de campo de Bourdieu refere-se a espaços objetivos (dimensão objetiva) de relações entre indivíduos (ou agentes) que possuem capital cultural e econômico desigualmente distribuído, mas que também compartilham um conjunto de ideias, regras e posicionamentos (por exemplo o campo científico, o campo político, o campo religioso, entre outros), apesar de não podermos nos esquecer de que há disputas no interior deles. Ou seja, a quantidade específica de capital (recursos materiais e simbólicos) de cada indivíduo é o que determina sua posição social dentro do campo. O conceito de *habitus* aponta, por sua vez, para esquemas simbólicos subjetivamente internalizados (dimensão subjetiva) e transmitidos de geração para geração e organizam a atividade prática dos agentes individuais. São esquemas apropriados que tomam a forma de disposições mentais e corporais, isto é, modos potenciais de agir, pensar, sentir, perceber, interpretar, classificar e avaliar (PETERS, 2013). Isto quer dizer que para Bourdieu as sociedades modernas estão organizadas a partir da divisão desigual dos recursos materiais e simbólicos que, por sua vez, define o posicionamento social e as disposições individuais dos sujeitos. A sociologia, por sua vez, pode proporcionar que os indivíduos carentes de recursos materiais e simbólicos tomem consciência da dominação a qual estão submetidos. Dominação esta que é mantida e reproduzida pelas classes dominantes de muitas formas, principalmente pela violência simbólica. Mas isto já é tema de outra seção.



Exemplificando

É comum ouvirmos a expressão “gosto não se discute”. Pois bem, para Bourdieu o gosto é algo discutível sim, pois revela as disposições incorporadas pelos indivíduos nos processos de socialização – desde a família até a escola. Segundo Bourdieu, um indivíduo que cresceu nas camadas mais altas da sociedade e adquiriu um vasto conhecimento cultural irá desenvolver julgamentos e realizar escolhas específicas que remetem aos valores de sua classe, o mesmo vale para os indivíduos oriundos das classes subalternas. Ou seja, Bourdieu conseguiu revelar que o gosto e as escolhas dos indivíduos são socialmente influenciados e não fruto do acaso. De maneira geral, aquilo que um determinado indivíduo julga como belo e agradável revela, via de regra, sua posição social.



Pesquise mais

Caro aluno, você pode aprender mais sobre Pierre Bourdieu e encontrar links para inúmeros artigos, teses e dissertações sobre o autor em: <<http://colunastortas.com.br/tag/bourdieu/>>. Acesso em: 3 de abr. 2018.

Sem medo de errar

A situação-problema desta seção apresenta Mamadu Barbosa, um homem adulto nascido em Nova Guiné (ex-colônia portuguesa), que conseguiu estudar informática em Portugal e atualmente reside no Brasil, onde iniciou há pouco o curso de Sociologia. Mamadu está fascinado com a Sociologia, pois reconheceu nas teorias de Pierre Bourdieu inúmeros elementos que explicam sua trajetória pessoal de vida. Com base nesta constatação de Mamadu, como é possível justificar a aproximação de alguns conceitos de Bourdieu a determinadas situações da vida pessoal da personagem ou da nossa própria vida? E de que forma a valorização que os brasileiros atribuem aos conhecimentos adquiridos por Mamadu na Europa, em detrimento de seus aprendizados em seu território de origem, um país pobre da África, revela a concepção de estrutura social, apresentada por Pierre Bourdieu?

Pois bem, para resolver esta situação-problema é preciso compreender alguns aspectos fundamentais da sociologia

bourdieusiana. Em específico, é preciso atentar para a abordagem teórico-metodológica desenvolvida por este autor. Pierre Bourdieu desenvolve uma abordagem que analisa a relação entre as dimensões objetivas e subjetivas da realidade social. Nesse sentido, compreender como e por que os indivíduos fazem suas escolhas é algo fundamental em sua análise sociológica. Se a sociologia de Pierre Bourdieu considera a dimensão subjetiva da realidade social, ou seja, as escolhas e disposições dos indivíduos como objeto de análise passível de compreensão científica, não é de se estranhar que Mamadu se sinta familiarizado com as formulações teóricas de Pierre Bourdieu, uma vez que sua própria trajetória de vida – e a de qualquer um de nós – poderia ser analisada sociologicamente.

No mais, o objeto de estudo da sociologia de Pierre Bourdieu, assim como de toda sociologia, é a própria sociedade. Por isto, é perfeitamente compreensível, para não dizer desejável, que as considerações teóricas a respeito da realidade social revelem muito do que as pessoas vivem em seu cotidiano. Por exemplo, as dificuldades que Mamadu enfrentou ao se mudar de seu país de origem, um país pobre do continente africano, para Portugal são reveladoras da desigualdade social que existe entre os países na sociedade capitalista, principalmente entre os países que foram metrópoles e aqueles que foram colonizados. Isto quer dizer que as experiências negativas de Mamadu podem ser compreendidas como indicadores de uma realidade social própria, que possui razões e causas que podem ser reveladas através da sociologia bourdieusiana. De toda forma, a essa abordagem é concebida como uma arma de combate para se decifrar e denunciar as desigualdades sociais e, neste ponto, a euforia de Mamadu com a teoria de Bourdieu está justamente na possibilidade que ele encontrou em compreender de uma forma científica – analítica e crítica – as dificuldades que enfrentou em sua vida.

Para Bourdieu, a estrutura social pode ser compreendida como um sistema hierarquizado de poderes e privilégios, cuja principal característica nas sociedades modernas seria a organização em dois princípios de diferenciação dos grupos e indivíduos – aquele que leva em consideração o capital cultural (bens simbólicos) e o que considera o capital econômico (bens materiais). A desigualdade na distribuição do capital cultural e econômico é o que sustenta a produção e reprodução de classes dominantes e classes dominadas.

Ou seja, as classes dominantes e as classes dominadas são definidas pelo volume de seu capital. Quando comparamos Guiné Bissau com Portugal, qual país possui maior capital econômico? Obviamente que a resposta correta é Portugal. Pois bem, de acordo com as formulações de Bourdieu, Portugal, além de seu passado como Metrópole (o que lhe garante outro capital, aquele que se relaciona ao prestígio, o capital social), possui também mais recursos e, por isto, na geopolítica capitalista assume uma posição de destaque quando comparado à Guiné Bissau. A maior quantidade de capital econômico garante a Portugal uma condição de país dominante, quanto à Guiné Bissau, seu passado colonial por certo deixou marcas profundas em sua sociedade (talvez parecidas com a realidade que Bourdieu vivenciou na Argélia), o que o condiciona a ocupar uma posição periférica e, por isto, menosprezada pelos brasileiros, que tendem a valorizar Portugal, o país mais rico, ou melhor, o país que possui mais recursos econômicos.

Caro aluno, veja que a partir dos elementos presentes no item *Não pode faltar* é plenamente possível resolver esta situação-problema.

Avançando na prática

Neutralidade científica ou sociologia engajada?

Descrição da situação-problema

Em uma escola do interior de Minas Gerais, um professor de Sociologia chamado Pedro Luís vem sendo pressionado pela direção do colégio. O argumento do diretor é que Pedro Luís tem articulado o conteúdo de suas aulas com situações reais do cotidiano escolar. O diretor disse a Pedro Luís que ele deve se ater somente ao conteúdo teórico e que manifestações políticas, como a denúncia que Pedro Luís fez de possíveis desvios dos recursos da escola, não devem mais ocorrer. De acordo com os preceitos da sociologia bourdieusiana, qual deve ser a atitude de Pedro Luís? Ou seja, ele deve concentrar seus esforços somente na reprodução dos conteúdos?

Resolução da situação-problema

A situação-problema revela um contexto muito interessante para

se pensar a concepção que Bourdieu tem a respeito do papel da sociologia. Ao longo de sua trajetória como intelectual, participou de inúmeras questões políticas, pois acreditava que a sociologia é uma espécie de esporte de combate para se defender das injustiças sociais. De acordo com Bourdieu, a missão da sociologia não é somente revelar de quais formas as desigualdades sociais são reproduzidas, mas sim ser um instrumento de empoderamento e emancipação diante das estruturas de dominação.

Por isto, a partir dos preceitos da sociologia defendida por Pierre Bourdieu, o professor Pedro Luís deve continuar se utilizando da sociologia como uma arma de defesa dos estudantes, pois ser um professor e um intelectual consiste, segundo o sociólogo, em se posicionar de forma crítica contra toda forma de opressão e injustiça. Ou seja, a sociologia bourdieusiana não prega uma neutralidade científica – isto quer dizer que Pedro Luís não deve simplesmente compreender sociologicamente o possível desvio de recursos – e sim se utilizar das ferramentas sociológicas para denunciar e defender os interesses dos estudantes da escola, o que pode ser feito a partir da promoção de debates, da formalização da denúncia e da cobrança por uma resolução da situação.

Por último, ao se utilizar de sua condição de diretor para coibir o professor, ocorre justamente o que Bourdieu afirma acerca das diversas formas de violência simbólica que contribuem para a reprodução das desigualdades, uma vez que aqueles que detêm mais poderes sempre tentarão manter uma determinada ordem. A sociologia, aqui, deve ser uma força que irrompe contra as estruturas de poder, pelo menos é isto o que defendia Bourdieu.

Faça valer a pena

1. Pierre Bourdieu é um sociólogo contemporâneo que pode ser considerado um clássico. Isto se explica não só pelo número de obras publicadas pelo autor, mas também pelo alcance da sociologia que desenvolveu. No entanto, em sua trajetória intelectual, Bourdieu enfrentou inúmeras dificuldades e sempre negou o estrelato midiático ao qual poderia se render.

A respeito da trajetória biográfica de Pierre Bourdieu e de suas contribuições no campo da sociologia, escolha a alternativa correta:

a) Pierre Bourdieu teve uma infância privilegiada em Paris, capital francesa, onde cresceu em contato com intelectuais e artistas, o que explica sua inclinação à pesquisa científica.

b) Pierre Bourdieu escolheu a sociologia desde o início de sua carreira intelectual, realizou vários estudos sociológicos na Argélia, onde viveu exilado, por questões políticas, a maior parte de sua vida.

c) Bourdieu teve uma origem humilde em uma província distante da capital francesa. Seu desempenho escolar foi o que lhe garantiu seguir nos estudos, inicialmente na Filosofia e, posteriormente, na Antropologia e, finalmente, na Sociologia.

d) Bourdieu acreditava em uma sociologia estritamente dedicada a compreender a sociedade e a reprodução das desigualdades sociais e, por isto, pouco se interessou pelas questões políticas de seu tempo.

e) Bourdieu graduou-se em Filosofia, área do conhecimento para a qual dedicou a maior parte de sua vida, tendo migrado para a Sociologia somente durante sua velhice.

2. Uma das principais contribuições teóricas de Pierre Bourdieu foi o desenvolvimento de uma análise praxiológica, ou seja, pautada na compreensão das condutas individuais. Tentou, dessa forma, criar um arsenal metodológico capaz de analisar as dimensões subjetivas e objetivas da realidade social.

Com relação às premissas teórico-metodológicas da sociologia bourdieusiana, escolha a alternativa correta:

a) A análise bourdieusiana da realidade social não leva em consideração a dimensão subjetiva, ou seja, aquela que se refere à ação/agência dos indivíduos, uma vez que, para Bourdieu, essa preocupação é própria de outras áreas do conhecimento, como a Psicologia.

b) Pierre Bourdieu corroborou com a compreensão da estrutura social como uma categoria estática e imutável, uma vez que não acreditava na possibilidade de transformação dessas estruturas.

c) A sociologia bourdieusiana pretende ser uma arma em defesa da reprodução das desigualdades sociais, uma vez que, para Bourdieu, a principal missão da ciência é manter as estruturas de poder.

d) A sociologia de Pierre Bourdieu tentou unir em um mesmo projeto científico a compreensão acerca da dimensão subjetiva (ação/agência do indivíduo) e da dimensão objetiva (as estruturas sociais ou campos) a fim de revelar as razões mais profundas das práticas sociais.

e) Pierre Bourdieu não inovou o arsenal conceitual da sociologia, uma vez que se utilizou dos mesmos conceitos e preceitos metodológicos que seus antecessores.

3. O conceito de *habitus* e de campo talvez sejam as maiores contribuições teórico-conceituais da sociologia bourdieusiana. Um claro avanço em relação aos sociólogos que o precederam foi dado a partir destas inovações para a investigação da realidade social.

A respeito dos conceitos de *habitus* e campo presentes na sociologia de Pierre Bourdieu, escolha a alternativa correta:

- a) *Habitus* é o conjunto das disposições (escolhas, preferências, juízo) elencado por cada indivíduo a partir de seus próprios interesses.
- b) Campo designa as forças subjetivas que compõem espaços relativamente autônomos entre si e que são socialmente adquiridas pelo indivíduo.
- c) Campo designa as forças objetivas que compõem espaços relativamente autônomos entre si (trata-se, portanto, da dimensão objetiva).
- d) Campo designa as forças objetivas que compõem os espaços altamente interdependentes entre si. Corresponde, portanto, à dimensão objetiva da realidade social.
- e) O *habitus*, conjunto das preferências, escolhas e juízo, é socialmente adquirido pelo indivíduo e compõe, portanto, a dimensão objetiva da realidade social.

Seção 1.2

Principais conceitos da Sociologia de Pierre Bourdieu

Diálogo aberto

Caro aluno, por que algumas formas de conhecimento são mais valorizadas que outras? Você já parou para pensar nisso? Esta pergunta poderá ser respondida a partir dos conceitos da sociologia de Pierre Bourdieu trabalhados nesta seção.

Na situação-problema desta seção, teremos o exemplo de Mamadu, um africano nascido em Guiné-Bissau que vive no Brasil. Mamadu, apesar de frequentar as aulas do curso de Sociologia em uma universidade pública e gratuita do Estado de Minas Gerais, busca também inserção no mercado de trabalho para suprir suas necessidades. Ele está prestes a se candidatar a uma vaga de emprego em uma grande multinacional localizada na região metropolitana de Belo Horizonte. Em uma ficha de inscrição do processo seletivo, ele precisa indicar suas competências. Mamadu está em dúvidas se indica somente seus conhecimentos em informática e o domínio da língua portuguesa culta, adquiridos em Lisboa, e inglesa (que aprendeu em suas viagens pela Europa) ou se também cita seus aprendizados obtidos em Guiné-Bissau durante sua infância e adolescência. O que você, aluno, faria se baseando nas contribuições de Pierre Bourdieu?

Isto quer dizer que é preciso ler com muita atenção o conteúdo do item *Não Pode Faltar*. Bons estudos!

Não pode faltar

Capital econômico, cultural, social e simbólico: o *habitus* e o campo

Caro aluno, na seção anterior alguns dos principais conceitos da sociologia bourdieusiana foram inicialmente discutidos. É por isto que nesta seção retomaremos alguns pontos específicos com o fim de explicá-los com mais detalhes e exemplos. Em específico, iremos aprofundar a compreensão a respeito do *habitus* e do campo. Vamos lá!

Na concepção de Pierre Bourdieu, o mundo social é composto por campos (estruturas) internamente divididos pelas posições ocupadas pelos agentes (indivíduos) no seu interior. Dentro do campo, os agentes, mesmo em constante disputa, compartilham um conjunto de normas, comportamentos e ideias. Por sua vez, o que determina a posição social são o volume (quantidade) e a qualidade de capital que o agente detém (BOURDIEU, 1992b: 72 apud THIRY-CHERQUES, 2006). Ou seja, quanto mais capital, melhor a posição social do indivíduo (agente) e, obviamente, quanto menos capital, pior sua posição social na sociedade ou num campo. Mas o que é capital? E como ele é adquirido?

Bourdieu concebe o conceito de capital a partir de sua noção econômica, na qual o termo capital, em linhas gerais, corresponde aos recursos (dinheiro, terra, máquinas, imóveis) capazes de gerar riqueza dentro de uma determinada estrutura que organiza o processo produtivo. Contudo, para o autor não existe somente o capital econômico (dinheiro, riqueza material, patrimônio, bens), mas também o capital cultural, o capital social e o capital simbólico (síntese do capital econômico, cultural e social).

De acordo com Bourdieu, o capital cultural compreende as habilidades, as informações e, sobretudo, o conhecimento. Assim, para Bourdieu, o conjunto das qualificações intelectuais de um agente é o seu capital cultural. Ou seja, o capital cultural se refere ao conjunto de conhecimentos socialmente valorizados pela sociedade capitalista e suas instituições sociais. Mas como se transmite este capital? Segundo esse pesquisador o capital cultural é transmitido pela família e pelas instituições sociais (isto será retomado em uma seção futura), entre elas a escola.

Já o capital social corresponde ao conjunto de relações sociais que o agente detém. Ou seja, são as redes de contatos e os relacionamentos a partir dos quais o indivíduo desenvolve o seu cotidiano. Neste contexto, acredita-se que o capital social possa ser importante para os agentes na manutenção ou assimilação de uma nova posição social.

O capital simbólico corresponde ao reconhecimento social ou o prestígio do indivíduo e é uma síntese dos demais capitais (econômico, cultural e social). Podemos afirmar que do capital simbólico deriva um poder simbólico que surge de um status

especial ligado à erudição e distinção do agente dentro de um determinado campo, por exemplo, científico, artístico, político. Alguém que acumula grande quantidade de capital simbólico detém um conjunto variado de recursos: possui poder econômico (bens, alta remuneração), alto nível escolar (possui títulos acadêmicos e/ou frequentou instituições escolares de excelente qualidade) e ocupa uma posição social de destaque (por exemplo, como professor em uma grande universidade, cargos de chefia em uma grande empresa ou no funcionalismo público).

Apesar das definições apresentadas de cada uma das formas do capital, essas formas são conversíveis. Ou seja, o capital cultural pode ser convertido em capital econômico e vice-versa (BOURDIEU, 1984:114 apud THIRY-CHERQUES, 2006).

Caro aluno, uma vez que a posição social é determinada pela quantidade e qualidade de capital (econômico, cultural, social), os agentes (indivíduos e grupos) fazem uso de estratégias para conservar ou conquistar posições. Ou seja, para Bourdieu os agentes lutam entre si de maneira política, material e também simbolicamente para tentar preservar (reproduzir) ou subverter uma determinada ordem. É aqui que os conceitos de campo e *habitus* entram em cena. Vejamos.

O campo é formado por estas relações de força entre os agentes e as instituições que lutam pelo seu domínio (BOURDIEU, 1984:114 apud THIRY-CHERQUES, 2006). Por isto podemos considerar que o campo é internamente constituído por posições distintas e cada posição está atrelada a uma quantidade/qualidade específica de capital. Para Bourdieu, o mundo social é formado por campos, que são espaços ou microcosmos de relações objetivas que possuem uma lógica própria. De acordo com este autor, o campo é uma estrutura que subjuga os agentes, como um “campo de forças” e também um “campo de lutas” em que os agentes procedem de acordo com suas respectivas posições (BOURDIEU, 1996).

Para este autor as propriedades de um campo são definidas pelo *nomos* e a *doxa*. O *nomos* são as leis de funcionamento que regulam a luta pela dominação do campo. Já a *doxa* é a opinião consensual compartilhada pelos membros do campo. Trata-se, portanto, de sistemas de classificação, o que é demandado ou não, o que é interessante ou não (BOURDIEU, 1984 apud THIRY-CHERQUES,

2006). O *nomos* e a *doxa* são aceitos no meio e pelo meio social conformado pelo campo. Por isso a distribuição de capital é desigual em todo campo, uma vez que os grupos e indivíduos dominantes defendem seus privilégios enquanto os demais indivíduos e grupos subalternos buscam posições melhores.

Ainda que o campo estabeleça suas próprias regras, ele sofre influências e pode ser condicionado por outros campos. Conforme exemplifica Thiry-Cherques (2006), os campos são mundos, na definição que usamos para nos referir ao mundo científico, literário, político, artístico e religioso. E aqui chegamos ao conceito de *habitus*, já que todo campo é caracterizado por agentes dotados de um mesmo *habitus*. Ou seja, o *habitus* constitui o campo e o campo estrutura o *habitus* (BOURDIEU 1992b apud THIRY-CHERQUES idem).

Caro aluno, lembra-se que na seção anterior aprendemos que Bourdieu desenvolve uma teoria praxiológica? Ou seja, que tenta compreender o sentido das ações dos indivíduos. De maneira geral, ele procura revelar a lógica por trás destas ações. Para o autor, os indivíduos atuam a partir de um sistema adquirido de percepção, preferências e classificações (BOURDIEU 1996: 44 apud THIRY-CHERQUES, 2006). É o *habitus*, ou seja, é este sistema adquirido socialmente pela família ou instituições que inscreve os princípios geradores e organizadores das nossas ações.

Como observa Thiry-Cherques (2006), o *habitus* é o produto de um processo de aprendizagem do qual não temos consciência. Mais especificamente, são as rotinas corporais e mentais que nos permitem agir sem reflexividade, ou seja, sem pensar criticamente no que estamos fazendo. Para Bourdieu, é este sistema de disposições (modos de sentir, de fazer, de perceber, de pensar), que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada.

De acordo com Thiry-Cherques (idem), o termo *habitus* foi adotado por Bourdieu para estabelecer uma diferença com conceitos correntes tais como praxe, hábito, tradição, costume, e também para operar como um mediador entre a estrutura e a ação. Adquirido mediante a interação social, o *habitus* é composto pelo *ethos* (conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos), pelo *eidos* (apreensão intelectual da realidade) e pelo *hêxis* (aptidão corporal adquirida socialmente como as expressões corporais e as posturas) (BOURDIEU 1984 apud THIRY-CHERQUES,

2006). Ou seja, presente na mente (formas de classificar, de ver) e no corpo (posturas, gestos), o *habitus* automatiza as ações e as escolhas em um campo determinado. Thiry-Cherques (idem) se utiliza de um exemplo bem sugestivo sobre o *habitus*, e afirma que se trata de uma espécie de programa, na concepção da informática, que todos carregamos. É mediante este processo parecido a um programa de informática que o *habitus* gera condutas regulares e possibilita que as práticas em determinado campo sejam previstas (BOURDIEU, 1987 apud THIRY-CHERQUES, 2006).

Caro aluno, uma vez que conhecemos o conceito de capital para Pierre Bourdieu e sua vinculação às ideias de *habitus* e campo, vamos agora compreender um pouco mais sobre a posição social, o poder e o prestígio no pensamento deste autor. Vamos lá!



Assimile

O conceito de campo e de *habitus* é utilizado por Pierre Bourdieu a partir de uma orientação teórico metodológica que procura revelar as razões mais profundas no modo de pensar, agir e ser dos indivíduos, a quem ele chama de agentes. O campo aponta para o que comumente é relacionado à estrutura, a dimensão objetiva da vida social e *habitus* indica a dimensão subjetiva, o que é próprio do agente, do indivíduo. A relação entre o campo e o *habitus* é a base da análise praxiológica de Bourdieu, em suma, uma contribuição teórica que procura ir além da oposição entre sociedade e indivíduo.

Posição social, poder e prestígio

Temos visto que para Bourdieu o mundo social é formado por agentes (indivíduos e grupos) que disputam as posições sociais desigualmente distribuídas no interior dos campos. Mais que uma luta política, trata-se de uma luta pelo poder que, na maioria das vezes, ocorre de forma inconsciente. De acordo com Thiry-Cherques (2006), existe uma série de estratégias utilizadas nesta luta pelo poder, tais como o investimento na educação por parte das famílias para o ingresso de seus herdeiros nas camadas dominantes e a acumulação econômica, social, cultural e, principalmente, simbólica.

O poder é algo central para Bourdieu e a luta por poder travada pelos agentes tem como causa esta distribuição desigual de capital.

Thiry-Cherques (idem) afirma que o campo do poder é uma espécie de “metacampo” (no sentido de que vai além, transcende), pois é este campo que regula as lutas em todos os campos.

A estrutura de posições, oposições e alianças resulta da configuração de um dado campo do poder. Quem acumula mais poder, ou seja, os agentes, os grupos, as frações ou classes sociais dominantes impõem a sua espécie de capital como princípio de hierarquização de cada campo. Isto quer dizer que os mais poderosos – aqueles que ocupam as melhores posições sociais – estabelecem o que é mais valoroso, o que deve ser almejado por todos os outros agentes.

Para pertencer a um determinado campo, o agente precisa conhecer as regras do jogo, possuir um capital específico e conhecer a história do campo. No entanto, cada campo possui um sistema de seleção distinto. Isto quer dizer que um agente dominante em um campo pode não o ser em outro, afirma Thiry-Cherques (2006).

A nossa posição em um campo determina a forma como consumimos o ensino, a política, as artes. No entanto, o poder ou a posição social que detemos na sociedade não depende exclusivamente de uma situação de prestígio de que desfrutamos por possuir escolaridade ou do volume de dinheiro que acumulamos, mas está na articulação de sentidos que esses aspectos podem assumir em cada momento histórico (SETTON, 2011). Mas como é produzida esta articulação de sentidos? Chegou a hora de falarmos sobre violência simbólica!

Violência simbólica

Caro aluno, temos visto que existe um conflito, uma luta pelo poder, entre os agentes que dominam um campo e os demais. No entanto, de qual forma esta dominação se perpetua? Ou melhor, de qual forma os dominadores mantêm sua condição diante dos dominados? Segundo o estudioso desta seção de estudo esta situação de dominação é mantida através da violência simbólica (BOURDIEU, 1984).

O conceito de violência simbólica indica o caráter não explícito ou não evidente e sim sutil desta violência. Isto quer dizer que não se trata necessariamente de uma violência física. A violência

simbólica é considerada legítima no interior de cada campo porque é vista pelos agentes como própria do sistema. Ou seja, a violência simbólica se reproduz a partir da convivência das suas vítimas.

Como exemplifica Thiry-Cherques (idem), a violência simbólica está presente na atitude do intelectual, no discurso do mestre e na autoridade do burocrata. Veja que se trata de atitudes e poderes aceitáveis, considerados legítimos (ou seja, que possuem razão de ser). A dominação que se reproduz a partir da violência simbólica resulta de um conjunto complexo de ações cujos agentes – dominadores e dominados – não estão conscientes (BOURDIEU, 1996 apud THIRY-CHERQUES, 2006).

Vamos conhecer outro exemplo: o sistema de ensino como um todo. Bourdieu defende que a cultura escolar é dominada pela cultura burguesa. Ou seja, o conhecimento transmitido pelas instituições de ensino nada mais ofertam do que os códigos intelectuais, comportamentais e linguísticos desta classe social.

Isto quer dizer que aprendemos nas instituições de ensino o conhecimento acumulado por uma determinada classe social. Por isto não valorizamos outras formas de conhecimento, ou seja, não consideramos como legítimo o conhecimento oriundo de outros grupos ou classes sociais. É comum, inclusive, que outras formas de conhecimento sejam rotuladas como “saberes” ou “conhecimentos tradicionais”, uma vez que conhecimento “de verdade” seria aquele acumulado e reproduzido pela classe social dominante na sociedade capitalista em que vivemos, a burguesia.

Os agentes (indivíduos e grupos) dominantes procuram repetir a cultura hegemônica de modo a reproduzir as desigualdades sociais nas maneiras de trabalhar, de falar e de julgar (DUBET, 1998 apud THIRY-CHERQUES, 2006). A escola, a família e o meio social validam inconscientemente esta reprodução e, por isto, são considerados por Bourdieu como aparelhos de dominação. Ou seja, contribuem para a reprodução da desigualdade, característica da sociedade capitalista.

Como temos visto, a vida social é orientada pelos interesses específicos do campo e a violência simbólica opera com o objetivo de reproduzir as ilusões necessárias à manutenção e funcionamento do sistema. É preciso que um conjunto de crenças seja compartilhado em um campo e que os seus integrantes não tenham consciência das determinações as quais estão submetidos.

Como explica Thiry-Cherques (idem) é como se houvesse um encantamento no microcosmo que torna o que é vivido pelo agente como evidente, uma vez que ele adere à *doxa*, ou seja, à opinião consensual do campo.

Uma forma de violência específica – a violência simbólica – atua com a finalidade de conservar a dominação da burguesia e reproduzir as desigualdades sociais. Mas isto quer dizer que o gosto cultural e os estilos de vida são sempre os mesmos independentemente da classe social do agente? Ou seja, de quais formas os estilos de vida e os gostos culturais são produzidos na sociedade capitalista? Qual relação existe entre uma classe social específica e determinadas práticas de lazer e consumo de cultura? É o que veremos na próxima seção!



Exemplificando

Como observam Silva e Oliveira (2017), as relações de gênero (homem e mulher) na sociedade capitalista são fortemente influenciadas pela violência simbólica. É esta violência simbólica que fundamenta o machismo, ou seja, a visão de mundo, infelizmente ainda dominante, de que as mulheres são “mais fracas”, “menos inteligentes” e “menos confiáveis”. O machismo, a expressão da dominação masculina, é, para Bourdieu, um exemplo cabal de como a violência simbólica opera em nossa sociedade.

Gosto cultural

Bourdieu desenvolveu uma reconhecida investigação científica sobre as práticas de consumo de cultura entre os franceses (nas obras **Anatomia do Gosto**, publicada em 1976, e **A Distinção** de 1979). Suas pesquisas tentam explicar a variação do gosto entre as classes sociais. De acordo com Setton (2011), sua tese é a de que o gosto cultural e os estilos de vida do operariado, da burguesia e das camadas médias (as classes sociais que compõem a sociedade capitalista) estão profundamente marcados pelas trajetórias sociais próprias de cada uma delas. Vamos compreender este importante argumento!

Para Bourdieu, o gosto cultural, ou seja, as maneiras de se relacionar com as práticas culturais, são condicionadas, em grande parte, pelas trajetórias socializadoras e educativas. O gosto cultural,

portanto, é produto de um processo educativo estruturado na escola e na família. Isto quer dizer que o gosto cultural não é oriundo de uma sensibilidade inata dos agentes sociais, mas sim apreendido a partir de determinações específicas. Desta forma, o gosto cultural de um indivíduo (agente) revela os processos educativos na escola e na família aos quais foi submetido. Isto quer dizer que o agente escolhe determinadas práticas culturais a partir do que aprendeu em sua trajetória e do que lhe foi socialmente disponibilizado e valorizado. De acordo com Setton (idem), para Bourdieu o gosto é o resultado das relações de força fundadas nas instituições transmissoras da cultura na sociedade capitalista.

A escola e a família são instituições transmissoras de cultura responsáveis pelos nossos gostos culturais. Existe, porém, uma diferença entre esses dois tipos de aprendizado – o escolar e o familiar –, que são duas formas de adquirir e se habituar aos bens da cultura. Na família, o aprendizado é marcado pela invisibilidade e desprendimento (a apreensão e apreciação cultural ocorrem facilmente). Já o contato com a produção cultural através do aprendizado que ocorre na escola é marcado por uma série de condições que limitam a efetivação desta apreensão cultural – isto será discutido de uma maneira mais pormenorizada na próxima seção.

Ainda de acordo com Setton (2011), o gosto cultural de cada agente revela o “capital cultural incorporado”, ou seja, a predisposição (*habitus*) a gostar de determinados produtos da cultura, por exemplo, música, livros e filmes. Ou seja, todos têm uma tendência que foi desenvolvida a partir da interiorização de certas informações e/ou conhecimentos. Isto quer dizer que nosso gosto cultural revelaria, no limite, o capital simbólico que acumulamos em nossas trajetórias de vida. Em suma, o gosto cultural se adquire e é o resultado de oportunidades sociais e diferenças de origem.

Ocorre que vivemos em uma ordem social injusta onde as classes dominantes impõem que suas práticas culturais são “superiores”. Como a cultura das classes sociais é classificada hierarquicamente, os gostos culturais das classes e grupos sociais subalternos tendem a ser considerados como de mau gosto.

Nas sociedades capitalistas, apenas uma pequena parte das famílias possuem a bagagem letrada e culta para se apropriar e se identificar com os ensinamentos transmitidos na escola. Por isso, os

indivíduos de origem social “superior” tendem a ter mais facilidade do que aqueles de origem “inferior”. Ou seja, parte dos ensinamentos da escola já foi apreendida pelos indivíduos de origem social elevada em casa, uma vez que a cultura das classes e grupos sociais dominantes e a cultura escolar são em alguns momentos semelhantes.

Como observa Setton (2011), o problema é que o sistema de ensino cobra de todos (ricos e pobres, dominadores e dominados) a familiaridade com a cultura culta (ou melhor, burguesa) que só alguns detêm, os dominadores. Uma vez que o sistema de ensino não considera essa diferença, há um desalinhamento entre o que é ensinado e exigido pela escola e as competências culturais das classes e grupos populares. Ou seja, ao invés de oferecer acesso democrático a todos, o sistema de ensino enfatiza e contribui para reproduzir as diferenças de capital cultural dos estudantes, já que não valoriza a cultura das classes ou grupos subalternizados nas instituições sociais, tal como na escola.

Como resultado, somente alguns poucos privilegiados são beneficiados pela transmissão de uma cultura culta, sendo que a grande maioria, como não possui o conhecimento cultural socialmente valorizado, continua excluída desse acesso. Bourdieu chamou esse processo de violência simbólica (lembra-se dela?), pois, de fato, uma única forma de cultura é transmitida e também acessada apenas por alguns. As culturas dos segmentos populares são inferiorizadas e ridicularizadas, uma vez que, via de regra, estas não operam na mesma lógica da cultura burguesa, a única forma de cultura valorizada na sociedade capitalista.

Por último, é importante dizer que, conforme pondera Setton (2011), ainda que a teoria sobre as práticas de cultura de Bourdieu continue sendo muito respeitada, outras pesquisas vêm demonstrando que há outros espaços legitimadores e transmissores de um dado gosto cultural, e não somente a família e a escola. Mas isto é assunto para a próxima seção!



Reflita

Para Bourdieu, um agente (indivíduo) com uma origem social simples terá muitas dificuldades em apreender o conteúdo curricular transmitido nas instituições de ensino. Qual é o papel da escola neste processo? Ou seja,

se a escola pretende não ser simplesmente uma instituição que reproduz as desigualdades sociais, o que é preciso ser feito para que o acesso aos diversos tipos de conhecimento seja realmente democratizado?



Pesquise mais

Caro aluno, você pode aprender mais sobre a questão dos gostos culturais com o artigo intitulado *A moda como prática cultural em Pierre Bourdieu*, em que a autora reflete sobre a moda a partir dos conceitos teóricos da sociologia bourdieusiana.

Disponível em: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiaara/wp-content/uploads/2015/01/05_IARA_Setton_versao-final.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018).

Sem medo de errar

Para resolver esta situação-problema será preciso compreender, a partir da teoria de Pierre Bourdieu, quais são as formas de transmissão dos conhecimentos na sociedade capitalista. Ou seja, será preciso mobilizar a compreensão que Bourdieu tem a respeito do sistema de ensino como reprodutor das desigualdades sociais através da violência simbólica.

Na situação-problema desta seção, Mamadu está em dúvidas sobre quais conhecimentos deve indicar em um processo seletivo que está participando. Mais especificamente, ele não sabe se deve citar o que aprendeu em sua infância, no interior de Guiné-Bissau, ou se indica somente suas competências escolares mais clássicas, como o domínio da língua inglesa e informática. Como resolvemos esta situação-problema levando em conta os conceitos de Pierre Bourdieu?

Conforme aprendemos no item *Não pode faltar*, a sociedade capitalista valoriza alguns tipos de conhecimento em detrimento de outros. Isto quer dizer que enquanto algumas competências são valorizadas, e outras são classificadas como pouco importantes. O mercado de trabalho – contexto em que Mamadu está inserido –

reproduz esta visão hegemônica. Ou seja, o modo de produção capitalista estabelece quais conhecimentos são estratégicos para a reprodução do capital.

Mamadu é um agente, nos termos de Bourdieu, que em sua trajetória de vida acumulou diferentes tipos de conhecimento. No seio familiar no interior de Guiné-Bissau aprendeu uma série de conhecimentos extremamente importantes para aquele meio social, como a prática da pesca. Posteriormente, Mamadu ingressou no sistema escolar onde teve acesso a outro repertório de conhecimentos.

Para resolver esta situação-problema devemos focar no objetivo central de Mamadu, que é a conquista de um posto de trabalho. Neste sentido, Mamadu deve considerar que este campo onde pretende se inserir possui suas regras próprias. Ou seja, Mamadu pouco pode fazer para alterar as "regras do jogo". Neste caso, é mais sensato que ele indique as competências curriculares socialmente valorizadas por aqueles que escolherão por sua contratação ou não. Veja que Mamadu pretende alçar uma posição no mercado de trabalho e está se candidatando a uma vaga específica. Ele pode indicar as competências valorizadas como símbolo da cultura dita "universal", como o conhecimento em informática e em língua inglesa e, em uma situação posterior, no momento da entrevista, por exemplo, poderá expor um pouco de sua biografia.

De acordo com os conceitos da sociologia bourdieusiana, Mamadu terá mais chances de sucesso se destacar o conhecimento que adquiriu nas instituições escolares, uma vez que é esta a forma de conhecimento valorizada pelo mercado de trabalho e, de maneira geral, por toda sociedade. Nos termos de Bourdieu, se Mamadu luta por uma posição, ele deve dispor dos recursos específicos que são exigidos pelo campo no qual ele pretende se inserir.

Caro aluno, veja que nesta situação-problema Mamadu deve tomar uma decisão, um exercício da reflexividade, ou seja, pensar de forma crítica – como proposto por Bourdieu. Isso é algo que pode lhe ajudar, pois o conhecimento das lógicas de um determinado meio social pode ser convertido em mais poder e capital. Por isto é tão importante estudar sociologia, não é mesmo?

Visita ao museu municipal

Descrição da situação-problema

Raquel é uma professora das séries iniciais do ensino infantil que atua no interior de São Paulo. A escola em que trabalha se localiza em uma área rural e os estudantes são, na grande maioria, filhos de trabalhadores rurais. Raquel avalia que o pouco capital cultural acessado pelos estudantes é a principal causa de suas dificuldades de alfabetização. Com o objetivo de disponibilizar uma experiência cultural aos estudantes, Raquel, mesmo sem a ajuda da direção da escola e da prefeitura, organizou uma visita ao museu municipal. No entanto, a maioria dos estudantes não se mostrou muito interessada pelas obras de arte e, via de regra, disseram que “acharam tudo aquilo muito esquisito”. Agora Raquel pretende escrever um relatório descrevendo os resultados desta atividade e procura em Bourdieu a fundamentação teórica do que se passou nessa visita ao museu. Como você, aluno, elaboraria tal relatório? Ou seja, como é possível mobilizar o arsenal conceitual da sociologia bourdieusiana para resolver esta situação-problema?

Resolução da situação-problema

Caro aluno, esta situação-problema é extremamente pertinente porque faz referência à realidade vivida por muitos professores. Ou seja, como proceder pedagogicamente diante de estudantes que possuem pouco capital cultural. Será que a melhor opção é propor uma visita ao museu? Não é fácil responder a esta pergunta, mas podemos elaborar algumas reflexões.

Inicialmente, temos que procurar compreender a reação dos estudantes. Ou seja, ainda que a professora espere que eles gostem da atividade, o fato é que eles foram expostos a um conteúdo cultural totalmente distante do que até então acessaram. Este estranhamento por parte dos estudantes é totalmente compreensível, mas isto não quer dizer que eles não possuem conhecimento. Afinal, quem pode consumir obras de arte? Somente os mais privilegiados. A reação dos estudantes

exemplifica bem o que Bourdieu diz sobre o gosto cultural, uma vez que os estudantes irão se sentir atraídos por aquilo que lhes é familiar, por aquilo que lhes foi transmitido, inicialmente, no seio familiar. A não democratização dos conhecimentos tidos como eruditos e a trajetória de vida de cada um dos estudantes explicam, em termos bourdieusianos, os resultados da atividade.

Ainda que os museus sejam extremamente importantes, a professora deveria refletir sobre outras atividades culturais a serem desenvolvidas. Por exemplo, é comum que as escolas formadas por estudantes de origem rural apresentem situações de baixa autoestima, uma vez que estes estudantes tendem a interiorizar uma série de preconceitos sobre esta origem social, além do fato de sua cultura não ser valorizada neste ambiente. Nesse sentido, a professora poderia realizar atividades de valorização da cultura popular, por exemplo. Ou seja, a professora pode contribuir para enfatizar que todas as formas de conhecimento são importantes, ainda que algumas sejam mais valorizadas pelas instituições escolares e pela sociedade no geral e outras não.

Faça valer a pena

1. É comum ouvirmos e assistirmos histórias de pessoas que ascenderam socialmente. Isto porque a sociedade capitalista em que vivemos reproduz a ideia de que todos podem alcançar as mais altas posições sociais, independentemente da nossa origem social. No entanto, a sociologia de Pierre Bourdieu questiona e critica este argumento.

A partir das concepções de Pierre Bourdieu a respeito das posições sociais e capital simbólico, escolha a alternativa correta:

- a) Pierre Bourdieu defende a ideia de que a posição social do indivíduo é definida pela liberdade de escolha que compete a cada agente. Ou seja, em sociedades complexas, como a nossa, não existem condicionamentos sociais.
- b) Na sociologia de Bourdieu não há nada que se refira à dimensão subjetiva do agente como causa ou resultado de sua posição social, uma vez que é somente a dimensão objetiva que interfere na configuração das posições sociais.
- c) Para Bourdieu as posições sociais, distribuídas de forma igualitária dentro de um referido campo, são aceitas pelos indivíduos. Por este motivo os agentes tendem a não lutar por melhores posições sociais, já que todas as posições se equivalem.

d) Um agente oriundo de classes populares dificilmente conseguirá ascender socialmente, uma vez que a sociedade conta com vários mecanismos para reproduzir a desigualdade social. Ou seja, alguém de origem simples terá menos possibilidades de acumular capital simbólico.

e) Um agente pode conseguir acumular capital econômico em sua atividade profissional, mas somente através da família é que irá acumular capital cultural e capital simbólico.

2. Costumamos ouvir das pessoas que um dos principais problemas no Brasil é a violência. Geralmente, esta referência é feita após algum crime hediondo ou algo do tipo. Por outro lado, a violência sutil presente no cotidiano e que, *a priori*, não causa sofrimento físico é amplamente aceita pelo meio social em que vivemos. É preciso pensar em quais sentidos esta violência física tão justamente alardeada não é resultado de outros mecanismos de violência, aquela violência simbólica como conceitua Bourdieu.

Com relação ao conceito de violência simbólica, escolha a alternativa correta.

a) Para Bourdieu não existe diferença entre violência simbólica e violência física, uma vez que ambas emergem em situações em que ocorrem tentativas de ruptura com a ordem social. Ou seja, as duas formas de violência são fruto da não aceitação dos agentes das desigualdades sociais.

b) Um exemplo de violência simbólica é a dominação masculina sobre as mulheres. O machismo, amplamente aceito por indivíduos e instituições sociais, resulta desta violência simbólica.

c) A violência simbólica implica em estratégias desenvolvidas pelos subalternos na tentativa de alterar a estrutura social vigente.

d) Para Bourdieu, a escola é a única instituição que não pratica a violência simbólica, uma vez que consegue valorizar os conhecimentos de todos os segmentos sociais.

e) Para Bourdieu, violência simbólica é contestada por suas vítimas, o que gera o início das transformações sociais e a possibilidade do fim do ciclo de reprodução das desigualdades sociais.

3. O Brasil é um país de poucos leitores. O Brasil é um país de miseráveis. Qual a relação entre as duas sentenças? Para Bourdieu, a busca por capital cultural é fundamental para a alteração da realidade social. Então, a quem interessa que o país seja povoado por uma multidão de pobres e semianalfabetos? Veja que a não democratização do ensino no país tem sido uma estratégia histórica utilizada pelas nossas elites para se perpetuarem no poder.

A respeito dos conceitos de capital cultural, poder e gosto cultural no pensamento de Bourdieu, escolha a alternativa correta:

- a) As elites tendem a incentivar a democratização do ensino, uma vez que o capital cultural acumulado pela população em geral não afeta o seu lugar de privilégio.
- b) Ao definir o seu próprio padrão de cultura como dominante, as elites tentam impedir os segmentos populares de acessarem este conhecimento.
- c) É comum que as expressões culturais oriundas das classes populares sejam consumidas pela elite, uma vez que todo conhecimento é considerado valoroso por ela.
- d) Privar grande parte da população de um país em ter acesso à escolarização e conhecimento é uma prática que colabora para o rompimento do ciclo de reprodução da desigualdade social.
- e) A origem social e o acesso ou não à educação não são fatores que condicionam o gosto cultural dos agentes.

Seção 1.3

Contribuições de Pierre Bourdieu para a compreensão da sociedade contemporânea

Diálogo aberto

Caro aluno, é comum ouvirmos no cotidiano expressões tais como “isso já vem de berço”, geralmente dita quando alguém quer indicar que determinada pessoa possui ou não uma habilidade herdada no seio familiar, não é mesmo? Mas não só, muitas vezes diante da habilidade ou do conhecimento de alguém também é comum ouvir algo do tipo “esse aí tem o dom, já nasceu assim”. Você já parou para pensar que essas expressões podem ser compreendidas a partir de algumas teorias sociológicas? Pois então, na presente seção serão trabalhados, justamente, alguns elementos relacionados aos processos de socialização ocorridos na família e na escola. Afinal, qual é o papel da família e da escola na trajetória dos indivíduos?

Vejam os caso de Mamadu. Como ele é muito curioso, sociável e está sempre em busca de se divertir para esquecer-se das saudades que sente de sua terra natal, Guiné-Bissau. Além disso, ele tem se interessado pelas expressões culturais brasileiras, como o Carnaval. Ano passado, ele participou de um bloco de carnaval em Belo Horizonte composto somente por africanos residentes no Brasil. Embora não domine plenamente os ritmos do samba, ele não teve muitas dificuldades em tocar alguns dos instrumentos que formam a bateria. Um dos integrantes do bloco disse a Mamadu que ele deve ter nascido já sabendo tocar os instrumentos, que lhe respondeu dizendo que, de acordo com o que estava aprendendo no curso de sociologia, não era bem essa a razão de sua habilidade. Caro aluno, a partir dos conceitos da sociologia de Pierre Bourdieu, o que explicaria esta facilidade de Mamadu em tocar os instrumentos percussivos brasileiros?

Para resolver esta situação-problema, você deverá compreender os principais aspectos relacionados à socialização dos indivíduos

a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu. Ou seja, será preciso mobilizar a compreensão bourdieusiana de como ocorre o processo de socialização através da família e da escola. Por isto, é fundamental que você leia atentamente o conteúdo disponibilizado no item *Não pode faltar*. Bons estudos!

Não pode faltar

Condições específicas de socialização: família, escola e o que mais?

Bourdieu compreende que a família e a escola são subespaços sociais que difundem, produzem e reproduzem disposições de cultura (*apud* SETTON, 2010). De acordo com esta concepção, a primeira instância socializadora (a família) é a responsável por transmitir o patrimônio cultural e econômico, além da formação do *habitus* primário – a primeira identidade social do indivíduo. Dessa forma, um estilo de vida moral, religioso e ético, uma cultura e um nome são transmitidos pela família aos seus descendentes. No entanto, não é transmitido somente o volume de cada um desses recursos, mas também uma maneira específica de se relacionar com esse patrimônio.

A concepção de que a família é uma instituição socializadora primordial para os indivíduos não é inaugurada com a obra de Bourdieu, uma vez que outros sociólogos, como Émile Durkheim, já tinham formulado esta preposição. A inovação teórica de Pierre Bourdieu reside na compreensão a respeito do papel da socialização familiar na trajetória escolar de cada indivíduo. Ou seja, a transmissão do capital econômico e cultural pela família teria um papel fundamental na construção de uma trajetória de sucesso ou fracasso de cada indivíduo nas instituições escolares.

Qual é, então, o papel da escola na socialização dos indivíduos? Segundo Bourdieu (*apud* SETTON, 2010) a cultura aprendida na escola propiciaria esquemas de pensamentos singulares (*habitus* escolar) que são aplicados pelos indivíduos em campos diferentes da ação. Ou seja, família e escola fornecem este conjunto de disposições de cultura e de pensamento (*habitus*). Isto quer dizer que a escola e a família devem ser compreendidas como estes espaços produtores de valores identitários e morais. De acordo com Setton (*idem*), a família e a escola fabricam, a partir de relações

intensas e tensas, um sistema de disposições que influenciaria as escolhas de uma variedade infinita de práticas de cultura.

Caro aluno, ao longo desta seção a relação entre a família e a escola será discutida de uma maneira mais pormenorizada. Antes, porém, é necessário ponderar que nas sociedades contemporâneas, ainda que a família e a escola continuem sendo instituições fundamentais na socialização dos indivíduos, outros espaços e instituições também participam deste processo. A partir desta perspectiva, os indivíduos também são socializados a partir de sua participação em grupos específicos (“tribos urbanas”, coletivos culturais, movimentos sociais). Por último, também é preciso considerar o papel socializador dos meios de comunicação e das mídias digitais – esta discussão será realizada em uma unidade específica. Por ora, vamos aprender mais sobre as instituições de ensino e a transmissão de conhecimentos!

Instituições de ensino e transmissão de conhecimentos

Bourdieu apresenta um modo inovador de interpretação da educação e da escola. Como vimos na seção anterior, a educação é vista pelo sociólogo como uma instituição através da qual se legitimam e se mantêm os privilégios sociais. Inicialmente, é preciso ponderar sobre o peso dessa interpretação para a Sociologia da Educação. Como observa Nogueira (2002), até a metade do século XX era predominante uma visão otimista com relação à escola. Ou seja, acreditava-se que a instituição escolar contribuiria para a diminuição das desigualdades sociais, uma vez que se o acesso à escola pública fosse amplamente democratizado, isto possibilitaria a todos os cidadãos alcançarem melhores condições de vida. Isto quer dizer que a escola era vista como uma das formas mais eficazes de se proporcionar o combate às injustiças sociais.

Caro aluno, como pontua Nogueira (idem), nos anos 1960 o papel dos sistemas de ensino na sociedade foi profundamente questionado. Esta mudança de perspectiva decorreu da constatação, através de uma série de pesquisas específicas, da relação entre o desempenho escolar e a origem social dos alunos (local de moradia, classe, etnia, sexo). Ou seja, iniciava-se a compreensão de que o desempenho escolar não dependia dos dons individuais, mas era resultado de condições socioeconômicas específicas. É a partir da leitura destes

dados que Bourdieu passou a sustentar sua teoria, qual seja, a de que se devia abandonar a postura otimista com relação à escola e passar a enxergá-la de uma maneira crítica a fim de compreender de quais formas a instituição escolar ao invés de promover a transformação social contribuía para a reprodução das desigualdades sociais.

Para Bourdieu, os estudantes não são indivíduos dotados de capacidades intelectuais de origem fisiológica (e, portanto, "natural"). Pelo contrário, o sucesso escolar estaria vinculado à bagagem social e cultural de cada agente. De acordo com Nogueira (2002), Bourdieu afirma que a escola não é neutra, pois ainda que todos sejam tratados de modo igual (mesmas formas de avaliação, mesmas aulas), alguns estudantes estariam numa condição mais privilegiada do que outros para atenderem às exigências da escola. Isto porque Bourdieu demonstrou que a cultura escolar é um reflexo da cultura dominante e o que a escola apresenta como cultura universal seria, na verdade, um conjunto de conhecimentos próprios dos grupos dominantes. Neste sentido, os estudantes oriundos de um grupo social subalterno teriam muito mais dificuldades em apreenderem este conjunto de conhecimentos do que os estudantes oriundos dos grupos sociais privilegiados.

Mas exatamente de que forma a posse de capital cultural favoreceria o desempenho escolar? Para Bourdieu, aqueles que detêm capital cultural aprendem mais facilmente os conteúdos e códigos escolares. Como observa Nogueira (2002), as crianças oriundas de grupos privilegiados (por isto, detentores de capital cultural) se deparariam na escola com uma espécie de continuação da educação familiar. Já para as crianças pertencentes aos grupos subalternos, os conteúdos escolares seriam, via de regra, algo estranho e distante daquilo que aprenderam no seio familiar. Ou seja, a escola valoriza, transmite e cobra dos alunos aquilo que somente alguns poucos privilegiados já aprenderiam de antemão no âmbito familiar.

Como pondera Nogueira (idem), para Bourdieu a cultura transmitida pela escola não é objetivamente superior a nenhuma outra. No entanto, ao ser imposta como legítima pelas classes dominantes, a cultura escolar é socialmente reconhecida como a única universalmente válida. Mas esta imposição não é explícita. Ou seja, a cultura escolar é, de fato, apresentada como uma cultura neutra. Como todos os estudantes são formalmente tratados de

modo igual, a escola acaba por privilegiar, de maneira dissimulada, aqueles que, por sua bagagem familiar, já são privilegiados.

Para Bourdieu, a escola ao disfarçar que transmite unicamente a cultura das classes dominantes, também oculta os efeitos que isso tem para o fracasso escolar das classes subalternas e para o sucesso escolar das classes dominantes. E de qual forma a escola explica essas diferenças nos resultados escolares? Como diferenças de capacidade (dons desiguais). Dessa forma, como pondera Nogueira (2002), a escola cumpriria sua função de legitimação e reprodução das desigualdades sociais.

De acordo com Nogueira (2002), Bourdieu afirma que os professores transmitem uma mensagem como se todos os alunos tivessem os mesmos instrumentos de decodificação. Mas o fato é que apenas os mais privilegiados possuem estes instrumentos, aqueles que têm a cultura escolar como cultura familiar. Com isto, os filhos das classes subalternas acreditam que suas dificuldades escolares têm como causa a tal "inferioridade", ou seja, que lhes "faltam inteligência", que não possuem "vontade de aprender" ou que "não têm cultura". Na realidade podemos explicar, pela perspectiva bourdieusiana, que os subalternos têm sim cultura, o que ocorre é que os aspectos dessa cultura não são valorizados pela instituição escolar.

Oficialmente julgados por suas habilidades naturais, os alunos provenientes das classes subalternas além de não possuírem o capital cultural exigido pela escola, ainda tenderiam a desvalorizar os conhecimentos que trazem de seus ambientes familiares e culturais. Ou seja, os grupos sociais subalternos, que possuem um vasto conhecimento e formas de saber fazer próprios, tendem a valorizar somente a cultura dominante, uma vez que não há espaço nas instituições escolares para os conhecimentos trazidos do cotidiano e de casa, que não são reconhecidos pelas classes dominantes e, por isto, não são transmitidos por estas instituições.



Assimile

Bourdieu contribuiu para que a escola passasse a ser vista de uma forma crítica. Ou seja, após Bourdieu, tornou-se inevitável não pensar a respeito das contribuições das instituições escolares nos processos de reprodução das desigualdades sociais. Especificamente, ele conseguiu demonstrar a relação entre o desempenho escolar e a origem social dos estudantes.

As ideias de Pierre Bourdieu no Brasil

Como retomam Catani et al. (2001), os primeiros textos de Bourdieu traduzidos no Brasil são dois artigos publicados em 1968. Contudo, é somente na metade da década de 1970 que Bourdieu começa a ser mais intensivamente lido, principalmente com a primeira edição brasileira de *A Reprodução*, de 1975. Questões educacionais e sociológicas desenvolvidas por Bourdieu chegam ao conhecimento de professores e estudantes universitários.

No entanto, Catani et al. (2001) ponderam que o impacto inicial do autor no campo educacional brasileiro não foi muito grande por dois motivos principais: Bourdieu é considerado um autor de leitura difícil e, principalmente, suas teorias não atendiam aos principais anseios das lutas acadêmicas da época, focadas na militância política a fim de promover a transformação social. Ou seja, Bourdieu foi inicialmente tomado como um teórico que não apresentava alternativas e estratégias para o rompimento com a sociedade capitalista.

Catani et al. (idem) ponderam que esta primeira leitura de Bourdieu foi se transformando a partir do final da década de 1970 e uma série de estudos no campo educacional brasileiro passaram a tomar seus conceitos e alguns resultados de análises obtidos pelo autor. Aqui é preciso considerar que a realidade educacional brasileira era extremamente excludente, neste sentido, por mais que a lógica da reprodução seja um mecanismo em qualquer instituição escolar, em qualquer país, no Brasil não há como negar que a escola, para aqueles que tiveram acesso, sempre teve papel importante na ascensão social das classes menos privilegiadas, o que demonstra também que transplantar tais ideias do contexto educacional francês para o contexto brasileiro exigiria certos cuidados e muita cautela. A partir daí Bourdieu começa a ser visto como um teórico importante para a compreensão deste fenômeno.

Contudo, em linhas gerais, ainda que Bourdieu passe a ser considerado um autor crítico e que sua teoria forneça instrumentos teóricos conceituais para uma formulação crítica da função exercida pela escola na sociedade capitalista, ainda prevalece a leitura de que o autor é politicamente pouco mobilizador, uma vez que não forneceria armas para a ação. Ou seja, considera-se que Bourdieu assume para a sua sociologia apenas a dimensão **reprodutivista** da

escola, e não consegue elaborar uma análise mais profunda das contradições da realidade social. O que é contestável.

A leitura de Bourdieu no Brasil concentra-se na questão da superação da sociedade capitalista, e nestes termos, a obra do autor é associada como insuficiente para os fins da transformação social. Esta apreensão de sua obra não permite que outros elementos de sua teoria sejam mais amplamente considerados. Ou seja, os anseios políticos próprios desta geração de leitores acabam por reduzir ou simplificar as contribuições teóricas de Bourdieu. É como se o campo educacional brasileiro não conseguisse compreender suas teorias para além de uma problemática estritamente relacionada com a busca por uma teoria que levasse à superação da sociedade capitalista.

Para Catani et al. (idem), Bento Prado Jr. (1980) foi um dos melhores leitores de Bourdieu no Brasil e suas análises acerca das contribuições do sociólogo francês se contrapõem à esta visão reducionista pela qual sua obra foi interpretada por outros intérpretes.

Apesar da boa leitura de Bento Prado Jr., o fato é que, como observam Catani *et al* (idem), nos anos 1980 se consolidou no campo educacional brasileiro a leitura que rotulou Bourdieu como um teórico “crítico-reprodutivista” ou, simplesmente, “reprodutivista”. De acordo com os autores, isto se deveu a cinco aspectos. Primeiramente, pouca atenção foi dada ao arcabouço conceitual desenvolvido por Bourdieu, a saber, os conceitos (campo, *habitus*, violência simbólica, poder simbólico e capital (cultural, social, econômico e simbólico)) e às operações relacionais entre esses conceitos. Um dos fundamentos da sociologia de Bourdieu, a existência das autonomias e das mediações relativas entre os campos também não foi considerado. Como consequência, Bourdieu passou a ser interpretado como o autor de uma “teoria da educação” que, embora denunciadora e crítica, era não dialética. Com isto, desconsiderou-se a principal contribuição de Bourdieu: a formulação de uma antropologia das trocas simbólicas e das práticas a partir da análise do sistema de ensino, por exemplo.

De acordo com Catani et al. (2001), a obra de Bourdieu no Brasil, se viu refém da dicotomia “reprodução *versus* transformação”, algo reducionista, porém, com grande ressonância no campo educacional da época. Como resultado, Bourdieu foi transformado em um “pedagogo reprodutivista”. Catani et al. (idem), consideram

que o principal problema proposto por Bourdieu não pode ser reduzido à dicotomia “reprodução *versus* transformação”, uma vez que a proposta teórica do sociólogo francês é a de entender como os agentes sociais aderem à ordem estabelecida e como o sistema de ensino está implicado nesta adesão. Ou seja, a discussão “reprodução *versus* transformação” não teria um sentido científico, ou melhor, não corresponde à problemática central elaborada por Bourdieu.

A superação desta interpretação reducionista da obra de Pierre Bourdieu no Brasil, de acordo com Catani et al. (idem), só ocorre a partir da década de 1990 com o declínio dos modos de análise presos na dicotomia “reprodução *versus* transformação” e a emergência de pesquisas no campo educacional brasileiro inspiradas em Bourdieu. Mais do que a incorporação ou uso dos conceitos do sociólogo, passa-se a incorporar de uma maneira criativa uma forma de fazer ciência propriamente bourdiesiana.

Caro aluno, até aqui vimos de qual forma a produção intelectual de Bourdieu foi interpretada no Brasil. Vamos agora compreender mais detidamente as críticas e as contribuições deste sociólogo francês!

A favor e contra Bourdieu: um teórico reprodutivista?

Até aqui vimos que, no Brasil, Bourdieu foi inicialmente associado a uma leitura reprodutivista cuja teoria da educação supostamente não apresentava alternativas para a superação da sociedade capitalista. Ainda que esta crítica à Bourdieu tenha se vinculado a um modo muito particular de fazer pesquisas no campo educacional nas décadas de 1960 e 1970 no país, é preciso considerar os pontos fracos ou problemáticos da sociologia bourdiesiana. É o que faremos agora.

De acordo com Setton (2010), a classificação de Bourdieu como um teórico da reprodução da ordem deriva de uma leitura parcial de seus trabalhos, uma vez que a originalidade de sua reflexão estaria justamente na abordagem dialética do social. Ou seja, para Bourdieu os agentes e instituições são influenciados por estruturas sociais e psicológicas que produzem determinações materiais e simbólicas em situações historicamente contextualizadas, através de uma complexa relação de interdependência. No limite, a sociologia de Bourdieu, ao contrário de uma sociologia da reprodução, seria uma teoria das práticas culturais em que a manutenção ou a subversão das estruturas sociais de dominação é o seu objeto por excelência.

É importante compreender um pouco mais sobre as críticas feitas a Bourdieu. Como observa Nogueira (2002), algumas críticas importantes foram feitas com relação às reflexões do autor sobre a escola, principalmente no modo como ele utiliza o conceito de classe social para compreender o sistema escolar. Como temos visto, para Bourdieu a escola é uma instituição que reproduz e legitima os interesses das classes dominantes. No entanto, uma série de autores vem contrapondo-se a esta visão a partir do argumento de que não necessariamente os conteúdos escolares são escolhidos por pertencerem à classe dominante. Ocorreria justamente o inverso, ou seja, pelo fato desses conteúdos serem considerados “superiores” é que foram apropriados pelos grupos dominantes.

O problema deste argumento, apesar de relativizar a dominação dos conteúdos pelos grupos dominantes, é que os conteúdos continuam sendo qualificados em “superiores” e “inferiores”. Ou seja, ainda que a escola não reproduza um conteúdo pelo fato dele pertencer aos grupos dominantes, mas sim o conteúdo superior, isto revelaria, no limite, que há uma qualificação entre conteúdo “superior” e “inferior”.



Refleta

Quais critérios são levados em conta para que determinados conteúdos sejam classificados como superior e mais importante que outros? Parece que voltamos necessariamente à Bourdieu aqui, pois se um determinado conteúdo é superior a outro, deve-se questionar quem o avalia e o classifica. Seriam aqueles que possuem um local privilegiado de fala? Fica a reflexão.

De acordo com Nogueira (2002), outras críticas a Bourdieu apontam para o fato de que há muita diversidade interna no sistema de ensino. Ou seja, não há um único sistema de ensino, uma vez que os professores e as escolas não seriam todos iguais. Critérios de avaliação, princípios pedagógicos e o modo de organização das escolas podem ser muito distintos.

Neste ponto, o que dizer das pedagogias que valorizam justamente os conteúdos de cada grupo social, ou mais especificamente, que partilham de uma pedagogia que valoriza os conhecimentos dos não

privilegiados, como a pedagogia do oprimido do pedagogo brasileiro Paulo Freire? Parece claro que nestes casos ocorre justamente uma inversão dos pressupostos de Bourdieu. Mas isto não esgota sua contribuição, uma vez que superar um determinado autor não é, necessariamente, invalidar sua teoria, mas sim avançar a partir dela.

Voltando às críticas específicas à teoria de Bourdieu, grande parte delas aponta que as análises centradas no conceito de classe social são insuficientes, uma vez que esta categoria (classe social) não daria conta de identificar as práticas escolares dos diferentes grupos familiares. Ou seja, duas famílias de classe média poderiam tomar decisões muito diferentes com relação ao planejamento da trajetória escolar de seus filhos, pois os indivíduos e as famílias seriam o produto de múltiplas influências sociais e não poderiam ser reduzidos à sua posição de classe.



Exemplificando

Entre as contribuições da obra de Bourdieu para a Sociologia da Educação estão as análises que este autor desenvolveu a respeito das estratégias que cada classe social cria a respeito das práticas educativas. Segundo Bourdieu, as classes populares tendem a realizar um investimento modesto na educação, pois não possuem recursos econômicos suficientes para manterem seus filhos estudando por muito tempo e os poucos investimentos precisam apresentar resultados rapidamente – ou seja, é improvável que invistam em carreiras que demandem muito recurso e que demorem muito tempo. Já a classe média investiria pesadamente na educação com vistas a alcançar as melhores posições sociais. Por último, as classes dominantes, embora também invistam na educação, não precisam se preocupar em ascender socialmente, uma vez que já ocupam as melhores posições. Ou seja, Bourdieu conseguiu mapear uma série de estratégias relacionando cada classe social a um conjunto específico de estratégias relacionado aos investimentos na educação.

De toda forma, como observa Nogueira (2002), na obra de Bourdieu prevalece a perspectiva de que o processo de reprodução das estruturas sociais através da escola é inevitável. Ainda de acordo com esta autora, Bourdieu teria boas razões para esse pessimismo ao levar em consideração as relações entre as classes sociais em

um plano macrossocial. Contudo, em um plano microssociológico, por certo há diferenças na forma como cada professor e ou escola participa desse processo de reprodução social. E aqui uma crítica pertinente pode ser feita à Bourdieu, uma vez que essas diferenças foram ignoradas pelo autor. Por último, ainda que se façam ressalvas com relação às análises do autor, o fato é que após Bourdieu, nunca mais as desigualdades escolares puderam ser consideradas simplesmente como o resultado das diferenças naturais entre os indivíduos. E isto não é pouco.



Pesquise mais

Caro aluno, para conhecer mais a respeito da socialização dos indivíduos, em especial, a partir da categoria de habitus de Pierre Bourdieu, leia o artigo de Maria da Graça J. Setton intitulado A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 8 abr. 2018.

Boa leitura e bons estudos!

Sem medo de errar

Na situação-problema desta seção você deve explicar, à luz da teoria bourdieusiana, as facilidades de Mamadu no aprendizado dos ritmos percussivos brasileiros. Iniciemos a partir da discordância de Mamadu diante da afirmação de um colega de que ele já nasceu sabendo tocar. Mamadu, no caso, mobiliza justamente a sociologia para discordar do colega. Considerando a teoria de Bourdieu, nenhuma habilidade é inata, ou seja, nasce com o indivíduo. De acordo com ele, o indivíduo é socializado e recebe, inicialmente na família e posteriormente na escola, uma bagagem cultural que lhe proporcionará o desenvolvimento de habilidades, disposições e aptidões, o que recebe o nome de *habitus*.

Isto quer dizer que se Mamadu apresenta alguma facilidade na aprendizagem dos ritmos percussivos brasileiros, a partir da perspectiva da sociologia bourdieusiana isso deve ocorrer porque Mamadu traz consigo uma bagagem de conhecimentos percussivos

que deve ter sido transmitida para ele durante sua infância no seio familiar ou, posteriormente, ao longo de sua trajetória escolar.

Sabemos que Mamadu cresceu em Guiné-Bissau, um país africano que possui alguns elementos culturais parecidos com esses que ele encontrou no Brasil. Ou seja, há um fundo cultural em comum, ou melhor, por certo que ao conhecer o Carnaval, Mamadu teve um sentimento de familiaridade. Na visão de Bourdieu, este sentimento de familiaridade e não de estranhamento com relação àquilo que se pretende aprender é um fator importante para o sucesso no aprendizado.

Lembre-se que Bourdieu avalia que o desempenho de um agente em uma situação de aprendizagem está diretamente vinculado à bagagem cultural trazida do seio familiar. Isso quer dizer que se Mamadu não tivesse nenhuma familiaridade com os ritmos musicais, muito provavelmente o seu aprendizado seria dificultado.

Caro aluno, perceba que os conceitos da sociologia bourdieusiana podem ser mobilizados para a compreensão de processos de aprendizagem específicos, uma vez que sua teoria abandona e critica a ideia de dom (ou seja, de um conhecimento inato) e lança luz sobre a importância e dinâmica dos processos de socialização ocorridos na família e na escola.

Faça valer a pena

1. A importância da escola é algo inquestionável. É na escola que somos apresentados a uma gama de conhecimentos acumulados pela humanidade, é nela que aprendemos a encarar a realidade com curiosidade intelectual e de uma forma crítica. É na escola que aprendemos a questionar as coisas como elas são e que aprendemos que elas poderiam ser de uma forma diferente. Mas, por que, apesar da existência da escola, o mundo continua desigual e injusto?

A partir da concepção de Bourdieu sobre a escola, escolha a alternativa correta:

- a) Para Bourdieu, a escola é uma instituição democrática, que valoriza os conhecimentos dos alunos oriundos de todas as classes sociais.
- b) De acordo com a teoria bourdieusiana, a escola ao adotar como conteúdo escolar o conjunto de conhecimento das classes populares contribui para a manutenção da desigualdade social.

- c) Bourdieu possui uma perspectiva pessimista com relação à escola, uma vez que em sua perspectiva ela legitima e reproduz a desigualdade social.
- d) Bourdieu possui uma perspectiva otimista com relação à escola, já que para ele é na escola que os indivíduos adquirem aquilo que não aprenderam no seio familiar.
- e) Bourdieu foi classificado como um teórico crítico não reprodutivista, uma vez que sua teoria da educação foi associada a uma perspectiva de transformação da realidade social.

2. Apesar das transformações na sociedade contemporânea, a família e a escola continuam sendo as principais instituições de socialização dos indivíduos. As configurações familiares se alteraram com o passar dos tempos, mas o que aprendemos no seio familiar parece continuar contribuindo com as escolhas que tomaremos ao longo de nossas vidas. Com a família ou contra a família, parece que não há como escapar dela.

A respeito dos processos de socialização ocorridos na família e na escola a partir da sociologia bourdieusiana, escolha a alternativa correta:

- a) Para Bourdieu, a socialização ocorrida na escola se sobrepõe à socialização ocorrida na família, uma vez que é na escola que os indivíduos irão adquirir sua bagagem cultural.
- b) De acordo com a perspectiva bourdieusiana a escola é a responsável pela formação do habitus primário, o conjunto de disposições culturais inalteráveis ao longo da vida dos indivíduos.
- c) A escola e a família promovem uma socialização de tipos distintos, a primeira transmite um conjunto de conhecimentos representativo de todos os grupos sociais, enquanto a segunda transmite um conjunto limitado de conhecimentos.
- d) Bourdieu inovou teoricamente ao demonstrar a relação entre o capital cultural adquirido na família com o sucesso escolar. Ou seja, a partir de Bourdieu, sucesso e fracasso escolar passaram a ser compreendidos a partir de novos termos.
- e) De acordo com Bourdieu, a escola promove uma espécie de continuação da socialização ocorrida na família, por isto ela acolhe amplamente os conhecimentos de todos os grupos sociais.

3. Muitos são os sociólogos, mas apenas alguns conseguem deixar como legado uma obra que permanece ao longo dos tempos. Esse parece ser o caso de Pierre Bourdieu. Pois ainda que se critique seus conceitos, é inegável sua importância para a sociologia.

A respeito das leituras críticas da obra de Pierre Bourdieu, escolha a alternativa correta:

- a) Pierre Bourdieu talvez seja um dos únicos teóricos sociais que não recebeu nenhum tipo de crítica consistente, ou seja, ele é invariavelmente aceito em todas as suas proposições teóricas.
- b) Bourdieu geralmente é criticado pela abordagem revolucionária que faz em suas obras e ao indicar caminhos factíveis para a superação das desigualdades sociais, transformou-se no principal porta-voz das revoluções que sacudiram o século XX.
- c) A inexistência de críticas à obra de Pierre Bourdieu decorre da não produção conceitual do autor, cuja obra sempre procurou reproduzir conceitos anteriormente disseminados nas ciências sociais.
- d) Reprodução ou transformação. Esta dicotomia um tanto simplista acabou minando uma leitura mais rigorosa da obra de Pierre Bourdieu, um cientista preocupado em formular uma teoria das práticas culturais.
- e) Bourdieu foi muito criticado por adotar uma postura otimista com relação à superação das desigualdades sociais, esta postura foi duramente criticada por aqueles que o rotularam como um crítico reprodutivista.

Referências

BOURDIEU, P. **Le Bal des célibataires**. La crise de La société paysanne em Béarn. Paris: Seuil/Points, 2002b.

_____. **Sociologie d'Algérie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001a [1957].

_____. **Contre-feux 2: pour um movimento social europeén**. Raisons d'agir, 2001b.

_____. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001d.

_____. **La Domination masculine**. Paris: Editions du Seuil, 1998a.

_____. **Contrafogos 1: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998e.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. **Sur la télévision**. Paris: Raisons d'agir, 1996a.

_____. (Org.). **La misere du monde**. Paris: Seuil, 1993a.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992b.

_____. **La noblesse d'Etat: grandes écoles et sprit de corps**. Paris: Editions de Minuit, 1989.

_____. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

_____. **Langage et pouvoir symbolique**. Paris: Points, 1984b.

_____. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 1979a.

_____. **Anatomy du goût**. Actes de La Recherche em Sciences Sociales. Paris, 1976.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **Les héritiers**. Les étudiants et la culture. Paris: Ed. de Minuit, 1964.

_____. **La reproduction**. Éléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris: Editions de Minuit, 1970.

CANAL Curta! **Quem foi Pierre Bourdieu?** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VbiA29A4mDk>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CATANI, A. M.; CATANI, D. B.; PEREIRA, G. R. de M. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. **Revista Brasileira de Educação**. n. 17, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a05.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2018.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, 2002. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 1 de abr. 2018.

PETERS, G. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28 n. 83, 2013. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n83/04.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SETTON, M. G. Gosto se discute. **Revista Cult. Especial Filosofia Contra o Sistema**. São Paulo: Editora Bregantini, 2011. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/gosto-se-discute/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

_____. A moda como prática cultural em Pierre Bourdieu. IARA. **Revista de Moda, Cultura e Arte**. v. 1, n. 1, 2008.

SETTON, M. da G. J. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 8 de abr. 2018.

_____. Processos de socialização, práticas de cultura e legitimidade cultural. **Estudos de Sociologia**, v. 15, n. 28, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2549>>. Acesso em: 4 de abr. de 2018.

SILVA, L. F.; OLIVEIRA, L. O papel da violência simbólica na sociedade por Pierre Bourdieu. **Revista FSA**, v. 14, n. 3, os. 160-174, 2017. Disponível em: <<http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1342>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SILVA, G. O. V. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Irformare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, p. 24-36, 1995. Disponível em: <www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003184/2910c6bcdafa6d460065cebfed30a95>. Acesso em: 10 mar. 2018.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública (Fundação Getúlio Vargas)**, v. 1, n. 40, p. 27-55, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 mar. 2018.

WACQUANT, L. J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 19, p. 95-110. Curitiba, 2002. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782002000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 8 mar. 2018.

A sociologia foucaultiana

Convite ao estudo

Caro aluno, você já parou para pensar que nossas escolhas e modos de vida são diretamente influenciados por estruturas de dominação, controle e punição? Existe alguma relação entre saber, poder e nossos corpos? Para compreender mais a respeito destas e outras questões iremos conhecer nesta unidade as principais contribuições de Michel Foucault para o pensamento sociológico. Apesar de filósofo, os escritos de Foucault também possuem uma presença marcante na sociologia pela potência de suas análises da sociedade contemporânea.

Espera-se que durante a unidade você possa compreender as principais teorias e conceitos construídos por Michel Foucault para contextualizar historicamente a obra desse autor, e identificar como esses fundamentos teóricos se apresentam no cotidiano.

O contexto de aprendizagem desta unidade traz o exemplo de um fato ocorrido em uma escola estadual de ensino médio paulista. A maioria dos funcionários aprovou a instalação de câmeras de segurança pelo interior da escola, com exceção de João Pedro, professor de sociologia. Ele foi o único a alertar que esta medida, ao invés de promover segurança, era muito mais uma forma de controle e vigilância dos corpos que frequentam a instituição cotidianamente. João Pedro pretende se mobilizar contra esta medida baseando-se nos conceitos de Foucault para explicar para o restante da comunidade escolar o seu ponto de vista. Caro aluno, em que medida os sistemas de segurança suprime as liberdades individuais?

Ao longo desta unidade você poderá refletir sobre esta e outras questões relacionadas aos discursos, ao poder e ao corpo. Inicialmente a unidade abordará a produção intelectual

de Michel Foucault, a radicalidade de seu pensamento e suas premissas teórico-metodológicas. Na sequência, abordaremos quais as relações entre os discursos e o poder, assim como a relação entre saber, poder e sujeito. Finalmente, abordaremos a influência de Michel Foucault no Brasil. Bons estudos!

Seção 2.1

Introdução ao pensamento de Michel Foucault

Diálogo aberto

É comum ouvirmos que a maioria tem sempre razão, não é mesmo? Não é exatamente isto o que pensa Michel Foucault, um filósofo contemporâneo que produziu uma vasta obra sobre temas diversos envolvendo saber, poder, formas de dominação e controle do corpo.

O contexto de aprendizagem desta unidade apresenta uma situação vivida por João Pedro, um professor de sociologia do ensino médio na Escola Estadual Florestan Ribeiro, localizada no interior do Estado de São Paulo. Apesar de nutrir um bom relacionamento com o restante do corpo docente e a equipe pedagógica, ele foi o único a votar contra a instalação de câmeras no interior da escola – corredores e salas de aula. Ao contrário do argumento da grande maioria, o de que a instalação das câmeras iria “reforçar a segurança”, João Pedro justificou que tal medida era uma forma de coibir estudantes, funcionários e professores, uma vez que todos estariam sendo vigiados. Porém seu posicionamento não surtiu efeito e João Pedro propôs uma aula pública intitulada “Chorem, vocês estão sendo filmados!”, na qual abordará temas relacionados à história das instituições e as formas de controle dos corpos dos sujeitos. Agora, ele precisa mobilizar os conceitos do pensador Michel Foucault para embasar seus argumentos e proferir uma ótima aula.

A situação vivida por João Pedro na escola em que atua não é algo isolado. Ou seja, tal ordem das coisas poderia muito bem ser explicada a partir de alguns estudos e conceitos de Michel Foucault. Caro aluno, como um professor de sociologia, como você elaboraria uma análise foucaultiana do evento relacionado à instalação de câmeras e a resistência por parte do professor João Pedro?

Elementos biográficos e produção intelectual de Michel Foucault

A produção intelectual de Michel Foucault compreende o período exato de três décadas. Nascido em 1926 em Poitiers, uma pequena cidade da França, e graduado em Filosofia e Psicologia, seu primeiro livro, *Doença Mental e Psicologia*, foi publicado em 1954, e o último, *História da Sexualidade* (segundo e terceiro volumes) em 1984, ano de sua morte. Michel Foucault deixou como legado um pensamento que abalou profundamente as Ciências Sociais no século XX.

Como observa Aquino (2013) a pluralidade e a ampla circulação das obras de Foucault dificultam uma análise que abarque o conjunto de sua obra, pois suas produções têm sido tomadas como parâmetro metodológico, temático e teórico. Muitas também são as críticas a Foucault, intelectual cujos posicionamentos foram duramente atacados.

De acordo com Thiry-Cherques (2010), os escritos de Michel Foucault sobre temas como a moral, a loucura e a disciplina são extremamente complexos e fecundos. Foucault toma como objeto de análise as práticas que ordenam as regras que condicionam aquilo que dizemos, fazemos e pensamos. Por isso, seu principal problema é compreender as relações entre o sujeito, a constituição da experiência e a verdade (apud AQUINO, 2014). Para Foucault as experiências precisam ser problematizadas e analisadas a partir de suas articulações com os processos históricos que as tornaram possíveis.

Thiry-Cherques (idem) identifica dois ciclos na teoria do conhecimento elaborada por Foucault, um período inicial marcado pela arqueologia e um ciclo posterior identificado pela genealogia. O modelo arqueológico de Foucault marca uma diferença com relação à história factual, pois mais que uma periodização de eventos, a arqueologia de Foucault é um estudo das condições políticas, econômicas, sociais, institucionais, técnicas, filosóficas, etc. de emergência dos discursos do saber em geral e da articulação entre eles em uma época.

A arqueologia de Foucault se interessa pelos conhecimentos e saberes particulares, pelas formas de pensar dos indivíduos

tendo como fundamento a ideia de que uma época só pode ser entendida a partir dela mesma (apud THIRY-CHERQUES, 2010). Já a abordagem genealógica postula, a partir de uma inspiração através da obra do filósofo Nietzsche, que o que já ocorreu somente pode ser entendido a partir do presente. No entanto, na trajetória intelectual de Foucault ocorreu menos afastamento ou ruptura entre o método arqueológico e a genealogia e mais mudança nos objetos de análise. Ou seja, esses dois ciclos na obra de Foucault não podem ser vistos como modelos estanques que produziram uma interpretação do objeto de estudo, mas sim como propostas de caminhos metodológicos percorridos ao longo da sua carreira como professor, pesquisador e filósofo. É importante notar que uma das críticas feitas a Foucault o acusa de não ter uma proposta metodológica muito bem definida. No entanto, como poderemos compreender melhor em uma seção futura, para Foucault o pesquisador deve adequar os procedimentos metodológicos ao objeto de estudo em questão.

Ao abordarmos a produção intelectual de Foucault é importante identificarmos o ciclo arqueológico e o ciclo genealógico. De acordo com Thiry-Cherques (idem), o ciclo arqueológico compreende a obra *História da Loucura*, de 1961 (2002b), originalmente sua tese de doutorado, quando Foucault examina a loucura em diferentes épocas históricas (período Clássico, Renascimento, século XIX e surgimento da psicanálise). O argumento central da obra é de que embora a loucura tenha sido um objeto permanente de análises e formulações, o conhecimento sobre ela se modificou ao longo do tempo.

O período arqueológico de Foucault continua em *O Nascimento da Clínica*, de 1963 (1998), em que o autor aborda a organização do sistema médico ao longo da história e em *As palavras e as coisas*, de 1966 (2002a), em que Foucault analisa as determinações (estruturas) dos saberes sobre a linguagem, a economia e a vida. Para Foucault a humanidade é fonte e produto dos seus saberes, algo que também é abordado em *A Arqueologia do Saber*, de 1969 (2004).

De acordo com Thiry-Cherques (2010), o ciclo genealógico nas obras de Foucault tem início no livro *Vigiar e punir*, de 1974 (publicado no Brasil em 1977), obra em que os presídios (mas também as escolas, os hospitais) são vistos como espaços de

desenvolvimento de técnicas disciplinares em que o poder sobre o corpo resulta da vigilância contínua que cria mecanismos de punição dentro das instituições sociais. Já em *A vontade de saber*, de 1976, que se trata do primeiro tomo de *História da sexualidade: vontade de saber* (2001f), Foucault analisa a sexualidade como uma invenção do Ocidente. As obras *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*, segundo e terceiro tomos de *História da sexualidade*, completam o ciclo genealógico, em que nelas Foucault estuda as relações que construímos com o corpo e o modelo cristão da ordenação do desejo.



Exemplificando

No livro *Vigiar e Punir*, que marca o início do ciclo genealógico de Michel Foucault, o autor consegue demonstrar como o Ocidente operou uma mudança nas práticas punitivas mais cruéis (torturas e execuções públicas, como as que ocorriam com o uso de guilhotinas) com a adoção do sistema prisional. O surgimento do sistema prisional, na virada do século XVIII para o XIX, inaugurou uma série de outras medidas de controle e punição, como a concentração dos detentos em espaços fechados, fortemente marcados pela disciplina e vigilância do corpo.

A radicalidade no pensamento de Michel Foucault

De acordo com o historiador Paul Veyne (apud Aquino, 2013) Michel Foucault foi o acontecimento mais importante do século XX do ponto de vista das ideias. A par da grandiosidade de sua obra, o pensamento de Michel Foucault carrega em si uma radicalidade particular. Isto porque Foucault compreende que o exercício da crítica pode criar resistências e zonas de liberdade em que a pesquisa e a escrita funcionariam como armas de guerra (Foucault [1984] apud Filho et al., 2014).

Como observam Filho et al. (2014), para Foucault existem três tipos de luta política: contra as formas de exploração econômica, contra as formas históricas de sujeição e contra as formas de dominação. Em seu conjunto, estas lutas políticas devem se voltar contra os dispositivos, as estratégias e os mecanismos de determinação das condutas cotidianas presentes nas instituições

sociais. Por isto Foucault acredita que as práticas de liberdade e resistência devem ser promovidas com o objetivo de produzir outras subjetividades e outros corpos, o que envolve necessariamente a recusa da nossa condição através de um enfrentamento cotidiano.

Para Foucault, o intelectual ocupa um lugar central na construção desse enfrentamento, pois sua atitude crítica possibilita questionar a forma de atuação das instituições de poder. De acordo com Filho et al (2014), ao analisar os dispositivos de poder-saber Foucault produziu instrumentos de análise (método genealógico) para problematizar as práticas sociais em um movimento de recusa de quem somos. No horizonte das lutas de Foucault está a promoção de outros modos de ser e de novas formas de subjetividade.



Refleta

O filósofo Michel Foucault é uma referência teórica muito importante do século XX em temas relacionados ao saber, ao poder e ao corpo. Seu pensamento nos instiga a questionar as formas de ser e de viver que são impostas pelos mecanismos de dominação. Além das instituições reguladoras como o Estado, as igrejas e as escolas, qual outra instituição social também colabora para a construção de modos de ser e subjetividades?

Pesquisa histórica e genealogia como métodos de pesquisa

Em suas obras, Foucault expressou seu inconformismo com os métodos até então disponíveis – estruturalismo, marxismo, fenomenologia – e criou procedimentos e termos para suas descobertas científicas. Thiry-Cherques (2010) observa que Foucault não se utilizava de um único procedimento de pesquisa e identifica três dimensões de seu legado epistemológico: a busca de um olhar novo sobre os temas e as teorias, o dever para com a verdade e o esforço analítico exaustivo, sem fronteiras e pressupostos.

A obra de Foucault gravitou em torno de alguns temas específicos, principalmente o surgimento dos saberes, do poder, da loucura e as relações com o corpo. Sua principal preocupação foi desvendar de quais formas os modos de compreender e as estruturas do conhecimento se transformam de acordo com o período histórico e lugar. Para Thiry-Cherques (idem) é a originalidade dos processos de

investigação e a prática de pesquisa fundamentada em um princípio de decifração o que explicam a fecundidade e a profundidade das obras de Foucault. Retomemos o ciclo arqueológico e o ciclo genealógico nas obras de Foucault para compreender suas premissas metodológicas.

Em sua fase arqueológica, os documentos, compreendidos como arquivos, são analisados porque contém o conjunto de relações que liga os diferentes tipos de discursos correspondentes a uma época. Para Foucault o discurso é um conjunto de enunciados submetidos a regras de funcionamento comuns. Mais que isto, para Foucault o discurso é uma prática. A arqueologia empreendida por ele articula as "práticas discursivas" com as práticas sociais, econômicas e políticas com o objetivo de descobrir qual a "ordem do discurso" em uma época, descrever suas transformações e questionar as condições de emergência dos elementos discursivos.

Posteriormente, Foucault adicionará aos arquivos as maneiras de se comportar e de ser (práticas não discursivas), utilizando-se do conceito de dispositivo, uma noção que envolve além das práticas, as táticas e as instituições (famílias, escolas, hospitais, igrejas, presídios).

De maneira geral, Foucault privilegia os objetos e os acontecimentos que não parecem ter história para buscar o que limita, condiciona e institucionaliza as formações discursivas e para detectar as relações entre o saber, o corpo e o poder na sociedade moderna. Tanto para a arqueologia quanto para a genealogia não existem leis básicas e essências fixas, e a abordagem genealógica absorve a análise arqueológica em uma dimensão interpretativa em que o pesquisador deve compreender a significação das práticas culturais da sua época a partir do interior dessas práticas.

Arqueologia e genealogia são constituídas por formas de descoberta, de decifração, mas, para além dos discursos, a análise genealógica também executa uma investigação pormenorizada do saber geral, das memórias específicas e particulares. Ao contrário da arqueologia, a genealogia tem interesse pela atualidade e pelas relações de poder no nível micro. A investigação genealógica primeiramente identifica as condições presentes para, posteriormente, interrogar de maneira sistemática como tal ordem das coisas se constituiu.

Como observam Lemos e Júnior (2009), as pesquisas históricas de Foucault são diagramas, ou cartografias, ou ainda mapas que operam uma história problematizadora pautada em um exercício constante de demolição das evidências. Foucault nega qualquer relação causal entre acontecimentos, por isso que, para ele, os historiadores erram ao buscar a origem de um objeto, uma vez que a genealogia nega a pesquisa de origem.

Para Foucault a história não é marcada pela continuidade e sim pela mutação e metamorfose. Não existe uma história-memória para Foucault e sim o desejo de se fazer uma história que produza a destruição das evidências e que reintroduza o descontínuo em nosso próprio ser (FOUCAULT [1979] apud LEMOS; JUNIOR [idem]). Documentos que narram o cotidiano e os detalhes considerados banais, que aparentemente não teriam história, são os objetos a partir dos quais o genealogista deve produzir análise. Lemos e Júnior (2009) ponderam que o historiador tem como tarefa interrogar os documentos-acontecimentos, compreendendo-os como uma espécie de emaranhado de descontinuidades sobrepostas, uma vez que para Foucault a história não teria uma duração única e sim uma multiplicidade de tempos.

A genealogia tem como questão metodológica central a relação do poder com o saber e do saber com o poder. Para que as relações entre saber e poder sejam analisadas, Foucault (apud LEMOS; JÚNIOR [idem]) forjou a noção de dispositivo (que engloba mecanismos, estratégias, discursos, leis ou medidas administrativas), que se refere a uma espécie de operador, instrumento ou ferramenta metodológica no auxílio da análise das práticas de poder, discursivas e de subjetivação. Uma vez que as relações de poder fabricam realidades, produzem saberes e criam modos de ser, analisá-las seria um dos objetivos de uma genealogia.



Assimile

A produção científica de um determinado autor é fundamentada em pressupostos teóricos metodológicos. As metodologias utilizadas por Michel Foucault se transformaram ao longo de sua trajetória intelectual, pois suas investigações exigiam formas diferentes de análise e investigação. Podemos dividir sua metodologia científica em duas

fases: o ciclo arqueológico e o ciclo genealógico. De maneira geral, em sua fase arqueológica, Foucault se deteve à análise dos discursos e dos saberes. Na fase genealógica, por sua vez, toma como foco de análise as práticas marcadas pelas relações de poder.

Ontologias do presente: filosofia, história e atualidade

Temos visto que a trajetória intelectual de Foucault é marcada por mudanças, mas não necessariamente rupturas em suas abordagens metodológicas. O interesse pelo presente é algo muito marcante em sua fase genealógica e, por isto, é possível falar em uma ontologia (grosso modo, o estudo do ser) do presente. Ou seja, Foucault pretende analisar como nos tornamos o que somos tomando como ponto de partida não um passado longínquo, mas o presente.

Filho et al. (2014) consideram que Foucault desenvolveu uma modalidade de análise específica voltada para a história do presente. A história aqui não é utilizada para o estudo de uma época recuada no tempo e sim como um recurso para se compreender e criticar o presente. No limite, a história é tomada por Foucault como um método para o exercício filosófico. Foucault pretende neste movimento construir uma crítica e recusa dos nossos modos de vida e de ser, pois compreende que nossa subjetividade e nossas relações são engendradas por mecanismos normalizadores. Ou seja, para Foucault existe muito controle e punição dos corpos e das subjetividades. Ao efetuar esta crítica ao presente, Foucault, em última análise, pretende revelar e desmontar estes mecanismos de controle da vida social.

De acordo com Aquino (2014), a ontologia (estudo do ser) de Foucault é pautada por uma atitude de dúvida e interrogação em relação àquilo que somos ou que pensamos que somos. Ou seja, só é possível elaborar uma crítica ao nosso modo de vida a partir do questionamento das condições que nos criaram e que, a priori, são tomadas como "naturais". Foucault questiona tudo o que nos é apresentado como necessário e obrigatório, pois pretende demonstrar que a verdade mais profunda revela que sobre nós operam mecanismos que reproduzem imposições arbitrarias, ou seja, contrárias à nossa vontade mais profunda, próprias de uma sociedade disciplinar.

Thiry-Cherques (idem) ressalta que a preocupação e tomada do presente como objeto de análise não se restringe a uma análise conjuntural, mas busca o que é o mais fundamental no período presente. Por isso, Foucault pretende explicar o presente a partir da decifração dos princípios que comandam os discursos e as práticas não discursivas.



Pesquise mais

Caro aluno, a obra de Michel Foucault é grandiosa e complexa. Você pode pesquisar mais sobre sua biografia e temas investigados por esse instigante autor em <<http://colunastortas.com.br/michel-foucault/#foucault2>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

Sem medo de errar

Na situação-problema desta seção você deve elaborar uma análise foucaultiana do evento relacionado à instalação de câmeras e a resistência por parte do professor João Pedro.

A partir de alguns conceitos de Michel Foucault inicialmente discutidos ao longo desta seção, é possível identificar alguns elementos de seu pensamento na situação vivenciada pelo professor João Pedro. A instalação de câmeras reforçaria o que Foucault identificou como formas de controle e vigilância sobre os corpos. Para Foucault, todas as instituições promovem este controle sobre os indivíduos, e no caso da instalação das câmeras, é plenamente possível assegurar que as liberdades individuais tendem a diminuir em nome de um bem maior, no caso, a segurança de todos.

Outro ponto que remete ao pensamento de Foucault diz respeito a este discurso de segurança reproduzido pela maioria dos funcionários da escola. Ou seja, existe um discurso dominante que se coloca como verdade. Um dos métodos de pesquisa praticados por Foucault, o arqueológico, tem como objeto de análise os discursos reproduzidos. Neste caso, o discurso em defesa da segurança representa este discurso dominante que se sobrepõe a outros discursos, como o do professor João Pedro.

Até aqui conseguimos identificar para o caso relatado dois conceitos foucaultianos, o controle e cerceamento da liberdade individual próprios das instituições, e uma ordem nos discursos proferidos quando um tipo de discurso assume a condição de verdade. Resta agora perceber de que forma a atitude de resistência do professor João Pedro também mobiliza conceitos propriamente foucaultianos.

Para Foucault o intelectual tem um compromisso com o enfrentamento cotidiano das formas de dominação. Cabe ao intelectual tentar produzir espaços de liberdade em que outras formas de conduta, de modos de ser e de subjetividade venham à tona. Lutar contra a dominação é uma das lutas políticas nas quais o intelectual pode se envolver. Por tudo isto, é possível compreender o posicionamento do professor João Pedro como embasado numa postura fortemente foucaultiana, pois ele se mobiliza contrariamente às formas de cerceamento da liberdade ao enfrentar um discurso hegemônico. Afinal, lutar e resistir ao que se coloca como verdade é algo extremamente foucaultiano, não é mesmo?

Faça valer a pena

1. Somente alguns pensadores conseguem produzir um número de obras tão grande a ponto de desenvolverem e aplicarem diferentes métodos de pesquisa ao longo de sua trajetória intelectual. Um desses pensadores é Michel Foucault. Não bastasse a novidade nos temas de pesquisa, Foucault é conhecido nas ciências sociais como um pensador inovador também porque inovou em seus pressupostos metodológicos.

A respeito das metodologias utilizadas por Michel Foucault em suas análises, escolha a alternativa correta:

- a) Foucault é amplamente conhecido por sua conformidade com o método marxista de análise da realidade social, que o inspirou a formular o que ficou conhecido como método genealógico foucaultiano.
- b) A busca de um novo olhar sobre os temas e as teorias não foi algo relevante nas obras de Foucault.
- c) Foucault não tinha como premissa o dever para com a verdade, uma vez que se utilizava de um método arqueológico de pesquisa científica.
- d) Foucault realizava em suas pesquisas um esforço analítico exaustivo sem fronteiras e pressupostos.

e) Foucault não se preocupava em desvendar de quais formas os modos de compreender e as estruturas do conhecimento se transformam de acordo com o período histórico e lugar.

2. O adjetivo radical geralmente é tomado como significado de algo extremado, negativo. Mas o segundo significado para o termo remete a algo relacionado à raiz, à origem. A radicalidade do pensamento de Michel Foucault deve ser compreendida a partir desse último significado, uma vez que suas investigações tinham como objetivo decifrar os mecanismos mais profundos de dominação e controle. O enfrentamento cotidiano e a luta política de Foucault, por outro lado, aparentemente remeteriam ao significado primeiro. Mas parece não se tratar de uma crítica justa, pois extremado e negativo, de fato, talvez sejam os sistemas de punição e controle que Foucault tão bem estudou.

A respeito desta radicalidade no pensamento de Michel Foucault, escolha a alternativa correta:

- a) Foucault compreende que diante a dominação é impossível criar resistências e zonas de liberdade.
- b) Uma das críticas injustas contra Foucault é aquela que atribui a ele a ideia de que a pesquisa e a escrita funcionariam como armas de guerra
- c) Para Foucault não existem formas de determinação das condutas cotidianas e as subjetividades são produzidas a partir de inúmeras práticas de liberdade.
- d) A atitude crítica do intelectual possibilita questionar a forma de atuação das instituições de poder.
- e) Ao analisar os dispositivos de poder-saber Foucault produziu instrumentos de análise (método genealógico) para naturalizar as práticas sociais em um movimento de recusa de quem somos.

3. A arqueologia de Foucault é um método científico e não a ciência que estuda as culturas e os costumes dos povos antigos através do material (monumentos, artefatos, fósseis) deixados por estes povos. Mas a prática científica da arqueologia de Foucault também se debruça sobre um material específico: os documentos, compreendidos como arquivos e analisados porque contém o conjunto de relações que liga os diferentes tipos de discurso correspondentes a uma época.

A respeito do método arqueológico de Foucault, escolha a alternativa correta:

- a) Para Foucault não existe uma ordenação dos discursos, pois é impossível impor regras de funcionamento a eles.
- b) Foucault adicionará aos arquivos as práticas não discursivas se afastando do método genealógico desenvolvido até então.
- c) Descrever as transformações e questionar as condições de emergência dos elementos discursivos que compreendem os objetivos da arqueologia empreendida por Foucault.
- d) A arqueologia empreendida por Foucault desarticula as “práticas discursivas” das práticas sociais com o objetivo de descobrir qual a “ordem do discurso” em uma época.
- e) Utilizando-se do conceito de dispositivo, uma noção que envolve além das práticas, as táticas e as instituições (hospitais, igrejas, presídios), Foucault inaugura o método arqueológico.

Seção 2.2

Principais conceitos da sociologia de Michel Foucault

Diálogo aberto

Você já parou para pensar que em nosso cotidiano somos controlados e vigiados de muitas maneiras? Muitas vezes, em nome da segurança e do bem comum, é promovido um intenso cerceamento das liberdades individuais. No contexto de aprendizagem desta unidade temos o caso do professor de sociologia, João Pedro, que foi o único funcionário a votar contra a instalação de câmeras de segurança no interior da escola. João Pedro acredita que tal medida é uma forma de coibir estudantes, funcionários e professores, uma vez que todos estariam sendo vigiados.

A situação-problema desta seção se refere justamente ao professor João Pedro, que teve seu discurso vencido pela maioria – convencida de que a instalação das câmeras de segurança pela escola seria positiva. Como compreender tal situação a partir dos conceitos foucaultianos de discurso, poder e controle? Ou seja, como podemos utilizar a sociologia de Foucault para explicar o fato do argumento do professor não ter sido aceito? Caro aluno, para resolver a situação-problema você deve ler atentamente o conteúdo disponível no item *Não pode faltar*, principalmente a relação entre discurso, poder e controle. Bons estudos!

Não pode faltar

Discursos e relações de poder

Como se estruturam as relações de obediência e dominação? Ou seja, de quais formas o poder age sobre os indivíduos e sobre a sociedade? De onde ele emana e como opera? Estas questões relativas à problemática do poder foi tema de uma série de investigações desenvolvidas por Foucault que causaram muita repercussão. Entretanto, como observa Maia (1995), não há uma teoria geral do poder em Foucault que possa ser aplicada a todas

as relações de poder existentes numa sociedade, em qualquer contexto, local e época. Foucault desenvolve uma analítica que tenta dar conta do funcionamento local do poder, em épocas determinadas, em discursos e campos específicos.

Ainda de acordo com Maia (idem), o modo de análise empregado por Foucault é descritivo por excelência e busca identificar os mecanismos, estratégias e táticas para explicitar a forma de funcionamento das relações de poder em sociedade. Foucault não se interessa, por exemplo, por questões relativas à origem do poder, e abandona a visão tradicional do poder que se baseia em seus aspectos negativos.

Outra percepção do poder é adotada, uma vez que para Foucault o poder se mantém e é aceito, porque ele forma saber e produz discurso (FOUCAULT, 1979a apud MAIA, 1995). Ou seja, o poder, com suas técnicas e estratégias, também produz efeitos produtivos. As práticas ou relações de poder efetuam-se e funcionam discursivamente. Como sugere Araújo (2007), o conceito de formação discursiva é fundamental para compreender o que Foucault entende por discurso, verdade, ciência e saber, pois é ela enquanto prática que configura o saber de uma época.

Foucault demonstra que o discurso tem um suporte histórico e o sujeito do discurso é aquele que pode usar determinado enunciado porque possui competência técnica para tal e ocupa um lugar institucional específico. Como observa Araújo (2007), o enunciado de um discurso pode circular conforme um interesse ou uma prática, sendo necessária uma formação discursiva para que os objetos sejam decretados como objetos de saber. As relações discursivas funcionam como práticas que, por sua vez, são prestigiadas por produzirem verdade. Conforme Foucault (apud ARAÚJO, 2007), na modernidade quem detém a prerrogativa da verdade é a ciência. Por isto, é possível afirmar que o discurso científico possui um poder intrínseco.



Exemplificando

Conforme exemplifica Araújo (2007), os enunciados possuem a prerrogativa de verdade, como o enunciado de um psiquiatra ao diagnosticar uma doença mental em um determinado paciente. A aferição da aprendizagem de uma criança por um pedagogo ou do

psicólogo ao detectar distúrbios de comportamento são outros exemplos de enunciados proferidos sobre objetos de saber específicos.

Um objeto de saber pode ser uma criança e suas características psicológicas, que se torna alvo de intervenção de uma área científica específica. Ao operacionalizar os conceitos de comportamento, inteligência, adaptação e psicomotricidade, um dado discurso científico produz "verdade" sobre um determinado "quadro clínico".

Saber, poder e sujeito

Foucault demonstra que o saber está fortemente vinculado às relações de poder e se esforça para encontrar as teorias e conhecimentos que o constituem (FOUCAULT, 1966 apud ARAÚJO, 2007). Para Foucault o saber se constitui em um espaço de ordem, ou seja, a partir de teorias, conhecimentos, reflexões e ideias possíveis em uma determinada época. O projeto arqueológico foucaultiano demonstra que diferentes épocas produziram saberes diferentes e a análise desta ordem do saber é feita a partir do discurso. Para a arqueologia foucaultiana o discurso se arma na constituição histórica de certos saberes. O discurso é o objeto de análise cujas unidades são os enunciados, que formam as práticas discursivas do saber de uma determinada época. As práticas discursivas têm relação com outras práticas culturais, sociais e econômicas.

Araújo (idem) observa que em *A Arqueologia do Saber* (1969) Foucault demonstra como uma ciência emerge em uma formação discursiva a partir do caso da psiquiatria. O surgimento da psiquiatria no século XIX, até então uma novidade, provocou intensa transformação de temas e conceitos a partir de um jogo de relações entre internamento, regras de jurisprudência e de exclusão social, hospitalização, regras do trabalho industrial e da moral burguesa. Esta prática discursiva em exercício com o surgimento da psiquiatria extrapolou os circuitos científicos, uma vez que passou a ocupar também os textos jurídicos, a literatura, a vida cotidiana e as decisões políticas.

Conforme pondera Araújo (idem), embora Foucault atente para o fato de que nem toda formação discursiva alçará o status

de ciência, ele pretende mostrar a formação discursiva que concede a um determinado enunciado o caráter de enunciado científico. Trata-se, sobretudo, de evidenciar as estratégias de um campo de saber.

Para Foucault a ciência nasce de condições que se formam num campo mais amplo, o do saber de uma época, e todo discurso científico obedece a critérios e apresenta uma forma específica de lidar com alguns objetos, maneja conceitos e se utiliza de estratégias próprias (FOUCAULT, 1969 apud ARAÚJO, 2007).

Ainda de acordo com Araújo (idem), para Foucault “saber” é aquilo sobre o qual uma prática discursiva pode falar e pode fornecer um conjunto específico de elementos, a saber: uma posição ao sujeito (o pedagogo para falar das dificuldades de aprendizagem de uma criança), um domínio de objetos (o aprendizado infantil), um campo de utilização para os enunciados (a relação entre escola e família nos processos de aprendizagem das crianças) e as possibilidades de uso e de apropriação que o discurso oferece (o modo como esses discursos circulam, as instituições que os acolhem ou proíbem).

Em suma, Foucault demonstra que a ciência pertence a uma prática histórica e que a verdade é produzida e não, necessariamente, a descoberta de cientistas. Existe um fundo histórico, o saber de uma época, que possibilita o nascimento das ciências.

Conforme observa Navarro (2013), a medicina é um bom exemplo de saber-poder. Isto porque ela incide tanto sobre o corpo como sobre a população, o organismo e seus processos biológicos. Este saber concentrado pela medicina permite, por sua vez, que se produzam efeitos regulamentadores e disciplinares. Existe também um caráter positivo deste saber-poder, uma vez que campos correlatos ao da medicina, como os da engenharia genética e biomedicina, por exemplo, promovem a cura de doenças. Nos termos de Foucault, um poder que atua sobre o corpo é um biopoder.

Ainda de acordo com Navarro (idem), Foucault conseguiu demonstrar que o nascimento do biopoder refere-se a uma visão específica nascida no final do século XVIII, a saber, a compreensão de que a população é um problema político. Isto quer dizer que garantir a vida da população passa necessariamente em regulamentar os

processos biológicos dos seres humanos, por exemplo, investir em medidas com o fim de diminuir a mortalidade.

Voltaremos a discutir as estratégias de poder que incidem sobre o corpo mais adiante. Antes disso, tentaremos compreender melhor as formas pelas quais o poder se faz presente no cotidiano e em um âmbito local, espacialmente localizado.

Microfísica do poder

De acordo com Maia (1995), para Foucault todo agrupamento humano está permeado por relações de poder, uma vez que a existência deste tipo de relação é coexistente à vida social. Na visão foucaultiana o Estado não é o centro das relações de poder, pois a dominação é preexistente ao Estado, ou seja, as relações de poder existem antes do Estado. Por isso, Foucault procura compreender as relações de poder a partir do estudo de sua microfísica, ou seja, a partir da concepção de que o poder é formado e exercido por uma rede de relações. Pois o poder não emana de um único ponto e sim toma a forma de uma rede que permeia todo o corpo social através das instituições – o Estado, a prisão, a escola, o hospital, a família, a fábrica – que se apoiam umas nas outras.

O funcionamento do poder deve ser compreendido a partir da ideia de que ele se exerce por meio de estratégias e seus efeitos têm como causas manobras técnicas e táticas. Ainda que parte considerável das relações de poder tenha paulatinamente passado ao controle do Estado, a perspectiva de Foucault é relacional, pois há dinâmica – movimento, fragmentação – nessas relações.

Como observa Maia (1995), na concepção foucaultiana há nas relações de poder um enfrentamento constante e perpétuo, uma vez que o poder envolve forças que se chocam e se contrapõem. Por isso, para Foucault há liberdade e possibilidade de reação diante do poder exercido. Isto quer dizer que não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta. Neste ponto, é importante ressaltar que para Foucault o exercício do poder ocorre de formas sutis, não necessariamente negativas, e a violência, instrumento passível de ser utilizado, não é um princípio básico da sua natureza.

De acordo com Maia (idem), as investigações de Foucault demonstraram que a partir do final do século XVII na sociedade ocidental ocorreu a tomada do poder sobre os corpos com o desenvolvimento de uma série de tecnologias. Visando a progressiva organização da vida social, o exercício do poder sobre os corpos ocorreu em dois níveis. Primeiramente, com um objetivo disciplinar, tema tratado em *Vigiar e Punir* (1977). Posteriormente, em *A Vontade de Saber* (1979b), Foucault irá abordar as relações de poder que passaram a compreender o corpo como uma espécie (a população) com o surgimento de uma biopolítica ou biopoder. Isto quer dizer que o corpo passa a ser alvo de políticas específicas, por exemplo, medidas em saúde para combater a mortalidade, programas para o controle da natalidade. Ou seja, além de disciplinar os corpos adestrando-os e padronizando seus comportamentos, passou-se a desenvolver uma série de medidas com o fim de gerir a população. Ciências tais como a Estatística, a Demografia, a Sociologia e a Economia irão fornecer os subsídios teóricos desta gestão dos corpos levada adiante pelo Estado por meio de suas instituições. Em suma, o objeto de atuação do poder é o corpo e a vida humana.

Desta forma, a partir do fim do século XVII ao início do século XIX uma nova tecnologia de utilização/aproveitamento da força dos corpos veio à tona. As instituições fundamentais ao funcionamento da sociedade industrial capitalista, como escolas, fábricas, hospitais, prisões, hospícios e hospitais, operacionalizam técnicas e táticas com o objetivo de disciplinar os corpos. Foucault demonstra que os corpos passam a ser tratados como máquinas que devem ser adestradas para que a extração do trabalho seja ampliada e aperfeiçoada com vistas a integrá-los ao circuito próprio da produção capitalista (MAIA, 1995).

O poder disciplinar é a forma de atuação do poder sobre os corpos que nasce na sociedade ocidental a partir do século XVII, baseada em mecanismos de extração de tempo e trabalho dos corpos. No entanto, ao longo do século XIX o **panóptico** é desenvolvido, uma tecnologia de poder utilizada nas prisões, escolas, fábricas e hospitais que tem como função impor uma conduta específica a uma multiplicidade de indivíduos. Ou seja, trata-se de uma técnica de poder que visa ordenar a distribuição espacial, a vigilância perpétua e o controle constante do tempo dos indivíduos.



O **panóptico** é uma concepção de Jeremy Bentham (1748-1832), presente na obra de Foucault. O panóptico é um modelo de construção que possui uma torre central que tem uma visão de 360º, a qual permite que se observe tudo o que ocorre abaixo dela sem que aqueles que estejam sob sua vigilância saibam, exatamente, quando estão sendo observados. O panóptico é uma concepção de Jeremy Bentham (1748-1832), presente na obra de Foucault. O **panóptico** é um modelo de construção que possui uma torre central que tem uma visão de 360º, a qual permite que se observe tudo o que ocorre abaixo dela sem que aqueles que estejam sob sua vigilância saibam, exatamente, quando estão sendo observados.

Figura 2.1 | Modelo de Panóptico



Fonte: <<https://goo.gl/BPBMGY>>. Acesso em: 28 maio 2018.

Posteriormente ao poder disciplinar erigiu-se um tipo de poder com foco nos processos biológicos do corpo. Uma série de intervenções passou a tentar controlar as taxas de nascimento, mortalidade, o nível de saúde, etc. Este poder sobre o corpo-espécie, um biopoder, não implicou no abandono do poder disciplinar, mas sim uma gestão mais efetiva dos corpos.



Se a dominação é algo essencialmente negativo, como explicar o seu sucesso? Ou seja, como é possível que se mantenha a imensa rede de dominação sobre os corpos em exercício na sociedade? Diante de uma sociedade injusta e desigual, como é possível que tal ordem se mantenha?

Corpo: controle, disciplina e punição

Em *Vigiar e Punir* (1977) Foucault descreve o poder disciplinar sobre o corpo representado pelo panóptico, termo utilizado para se referir a uma sociedade disciplinar inspirada na arquitetura de uma prisão ideal. O estilo arquitetural panóptico adotado nos presídios possibilita que um único vigilante observe todos os prisioneiros. A partir deste modelo de vigilância e controle sobre os corpos, escolas e hospitais passaram a se inspirar em tal orientação arquitetônica e passaram a reproduzir as práticas disciplinares e de controle dos sujeitos próprias da prisão. Como observa Navarro (2013), a constituição desta tecnologia de poder espalhou-se por toda a sociedade, fazendo surgir uma sociedade disciplinar formada por uma rede de instituições e práticas de poder disciplinares.

De acordo com Navarro (idem), Foucault consegue demonstrar que os mecanismos e dispositivos de poder funcionam como uma rede que alcança a todos. As técnicas de poder centradas no corpo do indivíduo, surgidas nos séculos XVII e XVIII, tinham como objetivos garantir a distribuição espacial e aumentar a sua força útil com a aplicação de treinamento e de exercícios físicos.

Mas o que é um corpo para Foucault? Sobretudo, um objeto de saber mergulhado no campo político. Isto quer dizer que as relações de poder incidem sobre os corpos marcando e sujeitando-o, uma vez que o corpo é uma força de produção que é investido de saber e poder (FOUCAULT, 2007 apud NAVARRO, 2013). Por sua vez, disciplinar o corpo é fundamental para sua classificação, combinação e individualização. Isto permite a organização do espaço e o controle do tempo, fundamentais para a produção com eficiência.

Ao impor uma ordem, o poder disciplinar organiza a multiplicidade dos corpos adestrando-os, transformando o corpo em objeto e

instrumento. Um fator fundamental do controle exercido sobre o corpo é o ato de vigiar. Como observa Navarro (idem), a punição se dá, sobretudo, pelo olhar e não pela força. Dessa forma, tudo aquilo que foge ao adequado é classificado como não sendo “normal” ou “anormal”. Já o objetivo da punição é, sobretudo, reduzir os desvios, as “irregularidades”, aquilo que não se adéqua à ordem estabelecida. Em suma, o corpo do indivíduo se torna um objeto fabricado.

Em suas investigações Foucault avançou na discussão sobre as relações de poder e o corpo. Inicialmente, suas pesquisas demonstraram como o poder disciplinar – este que adentra, vigia e pune – foi construído nos últimos séculos. Em um momento posterior, suas pesquisas também passaram a considerar o corpo a partir de suas dimensões biopolíticas, ou seja, ele demonstrou que o corpo – enquanto organismo fisiológico – se tornou alvo de estratégias políticas. O biopoder, o controle sobre este corpo-espécie, é alvo e objeto de decisões relacionadas à condução da vida humana, por exemplo, o estímulo ou controle da natalidade, a busca pelo aumento da expectativa de vida e a redução da mortalidade. O fato de o corpo ocupar um lugar de destaque nas investigações de Foucault não é trivial. Pois tomar o corpo como objeto de análise implica em adotar a perspectiva de que a compreensão acerca das realidades sociais passa necessariamente pela compreensão dos processos de produção, reprodução, repressão e condução dos corpos – uma vez que o corpo é, sobretudo, um objeto de saber político.



Assimile

As investigações de Foucault demonstraram que uma série de estratégias de adestramento, controle e punição incide sobre o corpo. Foucault demonstrou como o poder disciplinar esteve implícito na construção do corpo no Ocidente, a partir do século XVII, de uma sociedade específica (a sociedade disciplinar).

Foucault demonstrou que instituições como escolas, hospitais, prisões, fábricas, empresas etc., reproduzem estratégias a fim de homogeneizar corpos, ou seja, padronizar e eliminar, por exemplo, comportamentos considerados inadequados. A sociedade capitalista procura produzir corpos dóceis, passíveis de serem normatizados e submetidos às regras. O objetivo é ampliar a

capacidade de força útil destes corpos, uma vez que os corpos são considerados potências produtivas.

Em uma fase posterior, mesmo não tendo abandonado os estudos sobre o poder disciplinar, Foucault se dedicou ao estudo do que chamou de biopoder, as estratégias e políticas voltadas para o manejo e controle do corpo como espécie. Por exemplo, as políticas de controle ou estímulo ao crescimento populacional, os avanços científicos sobre o tratamento e cura de doenças. Em suma, Foucault passou a investigar as diversas formas de governo sobre um corpo considerado também em seu aspecto biopolítico, logo, as relações de biopoder em exercício.



Pesquise mais

Caro aluno, você pode conhecer um pouco mais sobre o debate sobre disciplina, corpo e poder com a leitura do artigo *Foucault: escola ou prisão?*

Disponível em: <<http://www.rizomas.net/filosofia/filosofos/455-foucault-escola-ou-prisao.html>>. Acesso em: 6 maio 2018.

Sem medo de errar

O professor João Pedro teve seu discurso vencido pela maioria que concordou com a instalação das câmeras de segurança pela escola. Por quê? Como explicar tal situação à luz da sociologia foucaultiana?

Inicialmente, é preciso considerar que as investigações de Foucault demonstraram que a sociedade disciplinar é formada por instituições (não somente a escola, mas também os presídios, os hospitais e as fábricas) em que o controle e a vigilância sobre os corpos são amplamente exercidos. Ou seja, a instalação das câmeras na escola não pode ser considerada um fato isolado, pois toda a estrutura da instituição escola já está baseada na premissa do controle e vigilância sobre os corpos. Talvez isto explique, em partes, o porquê a grande maioria dos funcionários da escola aprovou a instalação das câmeras em seu interior. Como diz Foucault, o exercício das relações de poder também produzem

positividade. Mas qual é, enfim, a positividade na instalação deste aparato tecnológico? A positividade amparada no discurso de que a segurança de todos é algo fundamental, por exemplo. Nesse sentido, a instalação das câmeras apenas insere um elemento a mais em um contexto local já marcado por outras formas de controle e vigilância.

A posição contrária do professor João Pedro, a partir do pensamento de Foucault, deve ser compreendida como uma forma de resistência às relações de poder e dominação. Pois Foucault afirma que toda forma de poder e dominação presume resistência. Ou seja, o posicionamento de João Pedro deve ser compreendido a partir da ideia de que ocorre um enfrentamento constante e perpétuo entre forças em disputa, já que o poder está fragmentado em uma ampla rede que envolve a todos e não emana de um único lugar.

Por último, é possível identificar que tanto a posição contrária quanto a posição favorável à instalação das câmeras de segurança estão estruturadas em discursos cujos enunciados procuram operacionalizar conceitos a fim de comprovar sua veracidade. Os que são favoráveis à implantação afirmam que tal medida será benéfica, pois aumentará a segurança de todos. Trata-se de um discurso com alto poder de adesão, uma vez que reforça o aspecto positivo da relação de poder exercida. Já o discurso do professor João Pedro aponta para os fatores negativos de tal medida procurando explicitar a coerção da liberdade individual dos sujeitos diante de um mecanismo de vigilância e controle por 24 horas. Percebe-se que ambos os discursos estão pautados no domínio sobre um determinado saber. Ou seja, ao manipular conceitos específicos ambos os discursos tentam produzir uma noção de verdade.

Caro aluno, um dos aspectos fundamentais da sociologia é conseguir explicitar a complexidade dos fenômenos sociais. Veja que uma situação que poderia ser considerada "óbvia" ou "natural", qual seja, a instalação de câmeras de vigilância em uma escola, pode ser amplamente problematizada, não é mesmo?

Faça valer a pena

1. Existe nas Ciências Sociais uma porção de pensadores que refletiram acerca da problemática do poder. Ora visto como intrínseco à humanidade ou consequência da influência da sociedade, o fato é que pensar sobre o poder é algo fundamental para compreender como operam as estruturas de dominação em nossa sociedade. Nesse sentido, as contribuições de Michel Foucault foram muito prósperas.

Acerca da contribuição de Foucault a respeito da problemática do poder, escolha a alternativa correta:

- a) Não há uma teoria geral do poder em Foucault que possa ser aplicada a todas as relações de poder existentes em sociedade, em qualquer contexto local e época histórica.
- b) Para Foucault, não existe nenhuma ligação entre as relações de poder e o discurso, uma vez que o poder é exercido unicamente pelas instituições.
- c) Foucault demonstra que a sociedade capitalista aumentou a liberdade dos indivíduos, pois há um sentimento de confiança generalizado entre os sujeitos, o que não justifica que formas de controle ou vigilância sejam executadas.
- d) Há em Foucault uma teoria geral do poder que nega as relações de poder existentes em sociedade, independentemente do contexto local e época.
- e) Foucault compreende que as relações de poder são essencialmente negativas, uma vez que impossibilita a existência de resistência e rebeldia naqueles sobre os quais o poder é exercido.

2. Qual a semelhança entre um hospital, uma fábrica e uma escola? À primeira vista, cada uma destas instituições serviria a fins distintos. No entanto, Foucault consegue demonstrar que há um fundo comum em todas as instituições da sociedade capitalista: o controle sobre os corpos.

A respeito da existência e dos modos de operação do poder na sociedade disciplinar a partir das instituições sociais, escolha a alternativa correta:

- a) Foucault procura compreender as relações de poder contrapondo-se a um estudo de sua microfísica, uma vez que para ele o poder emana exclusivamente do Estado.
- b) Na concepção foucaultiana não há nas relações de poder um enfrentamento constante e perpétuo, uma vez que o poder envolve forças que se chocam e se contrapõem.

- c) Para Foucault o exercício do poder ocorre de formas sutis, não necessariamente negativas, e a violência não é um princípio básico da sua natureza.
- d) O funcionamento do poder deve ser compreendido a partir da ideia de que ele se exerce por meio do constrangimento físico, exercido por forças repressoras específicas.
- e) Instituições como o Estado, a prisão, a escola, o hospital e a família agem de maneiras distintas sobre os corpos dos indivíduos e não há uma unidade comum entre elas.

3. Qual o preço da sensação de segurança? Por que aceitamos tantas formas de controle e vigilância na vida em sociedade? Estas questões intrigavam Foucault, um pensador que compreendeu que o poder não emana de um único ponto de poder, pelo contrário, está fragmentado em uma ampla rede que envolve a todos.

A respeito dos estudos de Foucault sobre o poder disciplinar presente na sociedade ocidental escolha a alternativa correta:

- a) A sociedade ocidental capitalista produziu um desprezo pelos corpos, uma vez que os corpos são vistos como forças descartáveis e sem nenhum valor agregado.
- b) A disciplina procura incentivar a multiplicidade dos corpos, libertando-os de todas as relações de poder possíveis.
- c) Foucault inova ao distanciar as noções de corpo e política, uma vez que para ele o corpo é compreendido, sobretudo, em seus aspectos fisiológicos.
- d) Para Foucault não é possível compreender o desenvolvimento de uma sociedade disciplinar a partir das premissas teórico metodológicas de sua arqueologia.
- e) O panóptico é um termo utilizado por Foucault para se referir a uma sociedade disciplinar inspirada na arquitetura de uma prisão ideal.

Seção 2.3

Contribuições de Michel Foucault para a compreensão da sociedade contemporânea

Diálogo aberto

Qual o limite da nossa liberdade? Você já pensou que talvez a liberdade individual ou dos grupos sociais seja apenas uma promessa nunca alcançada? Pois bem, para Michel Foucault isto se deve aos dispositivos e técnicas de controle, adestramento, vigilância e punição que existem na sociedade contemporânea.

Lembremos brevemente o caso apresentado no contexto de aprendizagem desta unidade, em que João Pedro, um professor de sociologia, posiciona-se contrariamente à instalação de câmeras de segurança na escola em que é professor. A partir deste fato chegamos à situação-problema da presente seção: coloque-se no lugar dos alunos do professor João Pedro, e descreva quais seriam as justificativas que você utilizaria da obra de Foucault para elaborar um manifesto contrário ao cerceamento das liberdades individuais em curso. Diante da situação, seria possível propor uma mobilização dos estudantes a fim de refletirem sobre a questão?

Caro aluno, para resolver esta situação-problema você precisará mobilizar os conceitos apresentados ao longo do item *Não Pode Faltar*, principalmente porque é preciso compreender que a sociologia foucaultiana propõe um exercício crítico diante das situações de dominação e restrição das subjetividades. Bons estudos!

Não pode faltar

Uma sociedade vigiada

Por que as instituições são totalitárias e disciplinares? De acordo com Michel Foucault isto ocorre porque vivemos em uma sociedade que produz e adentra corpos individualizados e dóceis – uma sociedade disciplinar. Ele demonstrou que existem inúmeros

dispositivos e tecnologias cujo objetivo principal é cercear as liberdades individuais, impor padrões de comportamento, vigiar e punir aqueles que não se adequam às normas estabelecidas.

Em uma seção anterior vimos que Foucault compreende o poder como relações de dominação que estão concentradas, principalmente, em um nível microfísico. Ou seja, a vigilância e a disciplina ocorrem por meio de mecanismos sutis dispersos em todos os espaços sociais. Isto quer dizer que a tecnologia disciplinar atravessa todo o corpo social e ninguém pode escapar dela. Mas o poder também deve ser compreendido para além de seu aspecto repressivo, uma vez que existe uma positividade em seu exercício, uma força produtiva que gera corpos e saberes específicos. Conhecimentos sobre estados de saúde e doença, por exemplo, derivam do exercício do poder médico, de um domínio sobre determinado objeto.

Já as técnicas de vigilância produzem efeitos de controle normalizante, uma vez que a vigilância permite punir, qualificar e classificar. Ou seja, ao desenvolver formas de observação e vigilância sobre os corpos pretende-se um adestramento destes corpos, um controle sobre os comportamentos a fim de gerenciar os desvios. Um corpo desviante pode, então, sofrer um castigo, uma pena. Por exemplo, alguém que comete algum ato considerado criminoso é punido com a perda da liberdade, com o enclausuramento em uma prisão.

Foucault também demonstrou que as tecnologias de vigilância expressam a imbricada relação entre o poder e o saber. Isto quer dizer que há um conhecimento implicado nestas tecnologias, pois a sociedade disciplinar tem como objetivo assegurar a ordenação das multiplicidades humanas. Ao tornar os efeitos do poder estendidos para tão longe quanto possível e levados ao seu máximo de intensidade, as táticas procuram aplicar – ao menor custo possível, ou seja, de um modo sutil – formas eficazes de controle sobre os corpos.

Como observa Benelli (2014), para Foucault a disciplina caracteriza-se como um processo técnico unitário pelo qual o corpo é reduzido como força “política” e maximizada como força útil. Isto quer dizer que corpos adestrados e dóceis são mais facilmente submetidos às formas de dominação e podem produzir com mais

eficácia. Afinal de contas, a sociedade capitalista visa intensificar a exploração da força de trabalho dos homens e, para isto, precisa criar mecanismos de adestramento, controle, vigilância e punição sobre os corpos.

Foucault demonstrou que este modelo de sociedade disciplinar pode se consolidar a partir do surgimento de uma modalidade panóptica de poder. O que é panoptismo? Inspirado em um modelo arquitetural de uma prisão ideal em que todos os detentos são vistos por um único vigia, panoptismo é o processo técnico-político universalmente difundido da coerção e enquadramento dos corpos e das populações. O panoptismo difundido em toda parte faz funcionar uma maquinaria que sustenta, reforça e multiplica a assimetria dos poderes independentemente das estruturas jurídicas e políticas da sociedade.

Como observa Benelli (idem), Foucault demonstrou que na sociedade disciplinar os hospitais, as escolas, as fábricas, as empresas, os quartéis, as prisões e a polícia foram transformados em aparelhos de poder que geram conhecimentos. Desta forma, foram desenvolvidos saberes em campos específicos, como a Medicina Clínica, Psicologia da Criança, Psicopedagogia, Criminologia, partindo das diversas teorias para a racionalização do trabalho industrial, etc. Mais que isto, Foucault demonstrou que a tecnologia do exame (a análise, observação minuciosa, estudo ou investigação) está na base do surgimento das Ciências Humanas, tais como a Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Psiquiatria, Criminologia. Em suma, um novo tipo de poder – o poder que visa gerir os corpos – foi capaz de produzir novos saberes.

A sociedade disciplinar (vigiada) pode se consolidar com a constituição de uma forma-prisão disseminada por todo o corpo social. Os diversos processos para repartir os indivíduos, fixá-los, distribuí-los espacialmente e classificá-los, têm como objetivo extrair dos corpos dos indivíduos o máximo de tempo e de forças. Corpos treinados com a contínua codificação de seus comportamentos têm em torno deles um aparelho completo de observação, registro e anotações. A partir destes corpos produz-se um saber que se acumula e se centraliza (FOUCAULT, 1999b apud BENELLI, 2014).

De acordo com Benelli (idem), com a criação da detenção na passagem do século XVIII para o século XIX os mecanismos

disciplinares invadiram a instituição judiciária, e o poder de punir foi definido como uma função geral da sociedade e exercido sobre todos os seus membros. A prisão, amplamente aceita, está fundamentada na ideia de privação da liberdade. Em uma sociedade que tem a liberdade como um bem de todos, privar um indivíduo desse direito é encarado como algo razoável, como uma punição que coloca a todos em uma condição de igualdade perante a lei. A pena é então quantificada de acordo com a variável tempo. Ou seja, o que define a intensidade da punição é a quantidade de tempo de privação ao qual determinado indivíduo estará sujeito.

Ainda de acordo com Benelli, para Foucault a prisão não tem como objetivo eliminar as infrações e sim distribuí-las e distingui-las. A função da prisão não é recuperar o detento e sim organizar a transgressão e gerir as ilegalidades. Para que as ilegalidades sejam organizadas e geridas é preciso que se desenvolva o controle policial com a função de fiscalizar e vigiar a população. Ou seja, é necessário um sistema 'polícia-prisão' que se utilize da delinquência para funcionar (FOUCAULT, 1999b apud BENELLI, 2014). Em suma, é preciso produzir delinquentes, desviantes, detentos.

A compreensão da sociedade capitalista contemporânea a partir de um modelo de sociedade disciplinar erigida a partir de concepções de controle, vigilância e punição sobre os corpos é uma das grandes contribuições teóricas da sociologia foucaultiana. Foucault conseguiu demonstrar que sob a propaganda da ideia das liberdades individuais e democráticas a reprodução da sociedade ocidental está fundamentada em poderes de dominação eficazes, dispersos de formas sutis por todo o corpo social. Foucault demonstrou como os sujeitos são cotidianamente fabricados a partir de uma extensa rede de controle e adestramento dos corpos. Mas, afinal de contas, como foi possível a construção de tal ordem das coisas? Como a normatização dos discursos consegue silenciar a voz de subjetividades outras? É o que veremos a seguir.

Normatização dos discursos

De acordo com Sander (2010), na obra *História da Loucura*, Foucault demonstra como se deu o domínio da razão sobre a 'desrazão'. Ou seja, a razão é apresentada em sua faceta normativa; mas o que isto quer dizer? Que o triunfo e o estabelecimento da

razão ocorreram com violência e exclusão. Ou seja, na construção de um “homem racional” investiu-se contra a ‘desrazão’ a fim de silenciá-la. A razão normativa objetiva eliminar as formas de pensamento e comportamento tidos como desviantes, “anormais”. Os discursos elaborados tendo como referência a razão normativa criaram, por exemplo, a categoria doença mental veiculada pela psiquiatria. Por isto a loucura ou a ‘desrazão’ é classificada e tratada como uma doença da mente.

Foucault demonstra que o enclausuramento da loucura teve como base o poder médico, daí o próprio desenvolvimento da psiquiatria. Uma vez que o papel do médico está imbricado em uma relação de poder é este profissional que produz a doença mental como uma verdade incontestável. A loucura é institucionalizada, ou seja, a doença mental passa a ser uma propriedade do hospital e o médico torna-se o seu guardião. Este espaço próprio para o conhecimento e tratamento da loucura reproduz a divisão positivista entre o objeto a ser conhecido (a “doença mental”, o paciente/ o louco) e o sujeito do conhecimento (o médico psiquiatra).

Mas o fato é que este poder detido pelos hospitais e pelos médicos psiquiatras passa a ser questionado em um determinado momento. Para Foucault, as críticas aos psiquiatras e aos hospícios são formas de se questionar o poder detido pelos médicos. Como observa Sander (2010), as principais críticas recaem sobre a ineficiência dos tratamentos, a alienação e a desumanização promovidas sobre os pacientes. Em suma, ao impor um discurso e uma razão normativa a loucura foi silenciada, trancafiada e excluída da sociedade. Para Foucault, é preciso libertar a loucura e ouvir o que ela tem a dizer.

Em *A História da Loucura*, Foucault demonstrou que a construção de uma área de saber específica, a psiquiatria, foi construída a partir da normatização dos discursos, da imposição da razão sobre a ‘desrazão’. No entanto, não é somente nos hospitais psiquiátricos que esta ordem do discurso pode ser verificada. O domínio sobre determinadas áreas do saber são formas de imposição do discurso – algo presente em todas as instituições. Como normativo devemos compreender aquilo que é estabelecido como padrão, costume, lei, princípio, regras. Neste sentido, todas as instituições estão alicerçadas em um discurso normativo que se impõe sobre todos os sujeitos.

O pensamento de Foucault procura questionar exatamente o que é colocado como normativo. Ao questionar o que é dito, ou seja, o discurso vigente, e ao procurar ouvir aqueles que foram silenciados sua obra causa uma grande repercussão nas Ciências Sociais. Afinal de contas, Foucault inaugura uma forma de pesquisa histórica que toma como objeto de investigação aquilo que é ignorado – o ponto de vista dos loucos, dos errantes, dos delinquentes.

Antologias do poder, da sexualidade e da loucura



Reflita

Você já pensou que o que é considerado normal pode se referir a um discurso historicamente circunscrito? Afinal de contas, quem define o que é normal e anormal? Quais formas de violência participam da construção da normalidade?

De acordo com Rago (1995), o livro (originalmente uma tese de doutorado) *História da Loucura* de Michel Foucault causou um grande impacto nos meios acadêmicos franceses. Afinal de contas, por quais motivos Foucault não escrevera uma História da Razão ou da Psiquiatria? Ou seja, teria a loucura uma história? Para responder a estas perguntas é preciso compreender o modo pelo qual Foucault compreendia a pesquisa histórica. De início, é importante ressaltar que ele era um filósofo que nunca pretendeu ser um historiador. Ao escrever *História da Loucura* Foucault recuou até o final do século XVIII (época da Revolução Francesa com suas conquistas de liberdade e fortalecimento de ideais democráticos) para localizar a invenção da prisão e das modernas tecnologias de dominação. Veja que Foucault não se ateu aos ideais da Revolução, mas sim deslocou o seu olhar para constatar o nascimento das formas sofisticadas de dominação e exercício da violência por parte do estado burguês francês. De acordo com Rago (idem), ainda que Foucault não tenha se reconhecido como um historiador, poucos demonstraram um sentido histórico tão forte quanto ele. Com seus trabalhos sobre a loucura, a prisão, as instituições disciplinares, o corpo e a sexualidade, Foucault deslocou o foco para as 'minorias', para as margens.

Ao estudar campos percebidos até então como incapazes de serem historicizados, Foucault defendeu um modo de se fazer a História em que o pesquisador parte de um problema e procura determinar a partir dele o âmbito do objeto que é necessário percorrer para resolvê-lo. De acordo com Rago (1995), adotando uma postura historiográfica preocupada em desconstruir o real enquanto discurso, Foucault inova a pesquisa histórica ao procurar responder como as referências paradigmáticas da modernidade em relação ao poder, à posição dos sujeitos e às formas de produção de conhecimento são instituídas culturalmente. Isto quer dizer que Foucault não pretendia explicar as práticas econômicas, políticas e sexuais de determinados grupos a partir da ideia de uma estrutura social objetiva e totalizante. Isto é uma inovação importante, pois rompe com uma longa tradição dos estudos historiográficos.

Como observa Rago (idem), Foucault tratou o objeto sexualidade a partir do estudo das práticas tentando perceber quando e como a sexualidade surgiu como um tema de preocupação histórica e como um discurso difuso. O passo seguinte foi desconstruir este objeto demonstrando de quais formas ele se constituiu historicamente e foi naturalizado com o passar do tempo.

De acordo com Marinho e Veras (2017), Foucault problematiza a proliferação discursiva em torno do sexo, que passa a ocorrer a partir do século XIX, época em que se constitui no Ocidente uma “ciência sexual”, ou seja, um novo saber-poder sobre o ‘sexo-corpo-subjetividade’. Foucault demonstra que a homossexualidade moderna é uma categoria recente, nascida em um contexto particular por volta de 1870.

Isto não quer dizer que a prática homoerótica não existisse e não fosse perseguida anteriormente a este período (perseguição exercida pela Igreja, por exemplo), mas sim que o controle sobre essa prática se intensificou passando a associá-las a uma espécie de ‘aberração’. As pessoas que mantêm práticas homoafetivas passam a ser vistas como detentoras de uma ‘sexualidade perversa’ (FOUCAULT, 2009 apud MARINHO; VERAS 2017).

As pessoas homossexuais e com outras sexualidades ‘desviantes’ tornam-se objeto de estudo da medicina do fim do século XIX, e a homossexualidade passa a ser vista como um problema que precisa ser estudado e superado, a fim de que se mantenha a procriação, algo fundamental para as necessidades do sistema capitalista.

De acordo com Marinho e Veras (2017), Foucault consegue demonstrar que a sexualidade não é um fato natural da vida humana. Ao fazer isto, Foucault questiona as suposições naturalizadas sobre sexo, sexualidade, gênero e, principalmente, a produção de políticas de identidades normatizadoras intrínsecas às construções binárias, tal como na dicotomia homem versus mulher. Ou seja, Foucault demonstra que existe uma imposição do modelo heterossexual que é colocado como norma e regime político, uma heteronormatividade, por assim dizer.

Foucault elabora uma crítica à concepção que define homens e mulheres a partir de seus sexos biológicos. Como observam Marinho e Veras (idem), tal concepção exclui homossexuais, travestis, lésbicas e transexuais tanto da produção do conhecimento como da condição de sujeitos históricos possuidores de direitos e dignidade humana. Ao criar ferramentas teórico-políticas capazes de desconstruir e desnaturalizar a 'normalidade' e subverter os 'regimes de verdade' estabelecidos, o pensamento foucaultiano apontou para a possibilidade da existência de subjetividades queiram ser livres da dominação e imposição de um modelo único de relação afetiva.

Já na obra *História da Loucura* Foucault demonstrou como a loucura foi transformada em uma doença, uma enfermidade. Para Foucault não se trata de interpretar ou estabelecer uma cadeia evolutiva entre os fatos, pois a história é um campo de relações de força. Esta compreensão inaugura uma concepção em que poder e saber estão intimamente relacionados. Trata-se de um poder positivo, molecular e invisível que atua em todo o corpo social. Por sua vez, o saber não é neutro. Em suma, ao tratar de temas como a loucura, o poder e a sexualidade, Foucault procurou apresentar as formas de sujeição exercidas a partir das redes discursivas e das práticas disciplinarizantes.



Assimile

Ao tratar de temas como a sexualidade, poder e loucura Foucault trouxe para o centro das investigações históricas temáticas até então negligenciadas. Ou seja, Foucault procurou historicizar campos de investigação tidos como impossíveis de serem historicizados ou simplesmente considerados desimportantes. Mais que isto, Foucault conseguiu demonstrar que as relações de poder da sociedade ocidental incidem justamente sobre os corpos a fim de produzir subjetividades adestradas e dóceis.

As ideias de Michel Foucault no Brasil

Foucault esteve no Brasil em 1965, 1973, 1974, 1975 e 1976. Neste período, o país vivia uma ditadura militar marcada, principalmente, pela censura e perseguição daqueles que ousavam elaborar críticas ao regime. De acordo com Rodrigues (2011), Foucault proferiu conferências e deu cursos a professores, jornalistas, profissionais da saúde e estudantes em universidades e hospitais.

Em uma de suas passagens, no ano de 1975, Foucault interrompeu o curso que ministrava na Universidade de São Paulo (USP) justificando que não ensinava em países nos quais há a prática de tortura, prisão e morte de jornalistas. Este posicionamento radical de Foucault tinha como fundamento o assassinato que acabara de ocorrer do jornalista Vladimir Herzog pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOI-CODI).

O diálogo que Michel Foucault estabeleceu com os hospitais psiquiátricos no Brasil é uma das marcas de sua presença no país. Em 1973, em Belo Horizonte (MG), Foucault realizou conferências em diversos hospitais psiquiátricos e, em 1974, no Rio de Janeiro (RJ), foi a vez de realizar seis conferências no Instituto de Medicina Social. Em sua última visita ao país, ocorrida em 1976, Foucault, sentindo-se ameaçado pelas forças militares que permaneciam no poder, decide evitar os grandes centros e ministra cursos e conferências em Belém (PA), Recife (PE) e Salvador (BA).

De acordo com Cariello (2011), a presença de Foucault no Brasil causou certo desconforto em grande parte dos intelectuais principalmente por sua postura crítica com relação à Freud e Marx, dois teóricos extremamente discutidos no país. Em suas palestras na PUC-Rio, em 1973, Foucault chegou a ser acusado de ingênuo e idealista pelos expectadores.

Por outro lado, é inegável a influência de Foucault sobre alguns intelectuais brasileiros, especificamente a respeito da história da psiquiatria. De acordo com Sander (2010), Foucault permitiu aos pensadores brasileiros uma abordagem diferenciada das questões referentes à psiquiatria. Os livros e as conferências de Foucault foram fundamentais para que um grupo de intelectuais brasileiros passasse a discutir e promover uma série de propostas de mudanças no campo da psiquiatria.

Em suas passagens pelo Brasil, Foucault sempre tratou de temas relativos às instituições psiquiátricas, psicanálise, antipsiquiatria,

história da medicina e o poder médico. Segundo Sander (idem), estes temas viriam a se transformar em pautas durante as transformações ocorridas na psiquiatria brasileira a partir da década de 1980. Sander destaca que a reforma psiquiátrica, com o progressivo desmonte dos manicômios, foi fortemente influenciada pelas ideias que Foucault propagou no Brasil em suas visitas durante a década de 1970.

As ideias de Foucault também se fizeram presentes na historiografia brasileira. Rago (1995) observa que o modo proposto pelo filósofo francês de se fazer pesquisa histórica possibilitou o desenvolvimento de uma série de pesquisas inéditas no campo da historiografia. Por último, é preciso destacar a influência de Foucault nos estudos sobre educação. De acordo com Aquino (2013), a partir da década de 1990, mas principalmente a partir dos anos 2000, um grande número de publicações passou a tratar de temas relativos à educação a partir dos escritos do filósofo francês. Aquino (idem) localiza os principais temas, os quais abrangem a identidade, subjetividade, as relações de poder, a normalidade, a diferença, a desigualdade, corpo, gênero e o cotidiano escolar.

A potência do pensamento de Foucault também ecoou nas Ciências Sociais desenvolvida no Brasil, possibilitando uma série de estudos nos campos da educação, psiquiatria e historiografia. Ainda que não se acate os posicionamentos políticos e teóricos desse autor, o fato é que depois de Foucault os estudos sobre a sociedade nunca mais foram os mesmos.



Exemplificando

Alguns trabalhos foram escritos a partir da proposta de historiografia desenvolvida por Foucault. Rago (1990) em uma pesquisa intitulada *Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo* tentou demonstrar, a partir da noção de subjetivação, as formas através das quais os sujeitos participam de sua construção enquanto sujeitos morais (prostitutas) aceitando, recusando, incorporando e apropriando-se diferenciadamente das linguagens existentes num determinado momento histórico para construir suas identidades pessoais, sociais e sexuais. Ou seja, este trabalho procurou demonstrar como as prostitutas incorporaram, redefiniram e experimentaram a construção de suas sexualidades e as práticas da comercialização sexual do corpo feminino.



Pesquise mais

Caro aluno, você pode aprender mais sobre a presença de Michel Foucault no Brasil lendo o artigo intitulado *Michel Foucault no Brasil - esboços de história do presente* (RODRIGUES, 2011), disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/8669>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

Sem medo de errar

Na situação-problema desta seção foi pedido para que você se colocasse no lugar dos alunos do professor João Pedro para apresentar justificativas a partir da obra de Foucault que contestem a instalação de câmeras de segurança na escola. Afinal, como mobilizar os estudantes a fim de refletirem sobre a questão?

Inicialmente, é preciso retomar alguns pontos do pensamento de Foucault. Ao compreender a escola como uma instituição disciplinar parece razoável considerar que Foucault visualiza nos estudantes os corpos que têm suas subjetividades adestradas e controladas. Ou seja, para Foucault a disciplina exercida sobre os estudantes tende a limitar suas potencialidades. Neste sentido, os estudantes podem justificar a negativa diante da instalação das câmeras como uma forma de resistência aos mecanismos de controle já em exercício na instituição.

Ou seja, os estudantes podem se valer dos conhecimentos próprios da sociologia foucaultiana para criticarem algo que afetará enormemente o cotidiano escolar. Neste sentido, apreender o conteúdo dos ensinamentos de Foucault pode ser uma forma de fortalecer o discurso dos estudantes em oposição ao discurso dominante da instituição.

Como Foucault demonstrou, as relações de poder estão imbricadas em relações de saber. Neste ponto, é importante que os estudantes compreendam que o conhecimento é uma forma de poder e apreender os conteúdos da sociologia foucaultiana os torna mais poderosos também.

Como a dominação é algo sutil, mas vivida cotidianamente por todos, os estudantes podem propor outras formas de vivência no

ambiente escolar. Por exemplo, por que ao invés de investir em técnicas de vigilância a escola não promove atividades, conferências e palestras tomando como tema a confiança e a ajuda mútua entre os indivíduos que frequentam a escola diariamente? Ou seja, os estudantes podem apontar para as formas possíveis de construção de uma sociabilidade pautada em respeito, tolerância e confiança. Afinal, ao vigiar os corpos que frequentam a escola a instituição estará reforçando uma imagem negativa das pessoas identificando-as como potenciais transgressores. Mais do que se rebelarem contra as formas de dominação vigentes, os estudantes podem colaborar, fomentar e incentivar práticas sociais baseadas em redes de apoio mútuo e solidariedade.

Faça valer a pena

1. Vejamos a letra da música Vamo que vamo da banda Forróçacana:

[...]

deixe de lado a censura que isso é parada dura
se der mole a gente fura o bloqueio e você dança,
as vezes eu me pergunto se eu quero ser igual
eu não quero ser normal, comportado, obediente!
não quero ser igual a nada que dizem pra eu ser
eu quero ser o que eu quiser
e o que eu puder eu vou fazer

A sua criatividade não interessa pro sistema

ao contrário é um problema que eles tentam reprimir [...]

CACHAÇA. Vamo que vamo. In FORROÇACANA. Forróçacana. São Paulo: Atração Fonográfica, 1999. Faixa 13.

A partir das ideias presentes no trecho da letra da música acima citada, escolha a alternativa que melhor relaciona estas ideias com o pensamento de Michel Foucault:

a) Não é possível aproximar o conteúdo da letra da música aos pensamentos de Michel Foucault, uma vez que a letra da música problematiza a questão da liberdade individual, algo que não existe na obra de Foucault.

b) Foucault ficou conhecido por suas posições apologéticas em relação à sociedade disciplinar, ou seja, para ele o indivíduo deve obedecer pacificamente às formas de controle impostas, algo que é criticado pela letra da música citada.

c) É impossível associar a letra da música ao pensamento de Michel Foucault, uma vez que a primeira trata de situações cotidianas e a obra de Foucault elabora reflexões estritamente abstratas.

d) A letra da música afirma que a criatividade tende a ser desvalorizada pelo 'sistema', referência à sociedade contemporânea. Este ponto é algo criticado por Foucault, que identifica na sociedade contemporânea inúmeras formas de promoção da criatividade.

e) Existe uma aproximação possível entre o trecho da letra citada e os pensamentos de Foucault, em especial, a identificação de que as subjetividades tendem a ser controladas a partir de inúmeras formas de controle.

2. Na sociedade contemporânea as técnicas de vigilância tendem a ser naturalizadas enquanto formas de garantia da segurança. Ou seja, a ideia de que existe um perigo eminente reforça o argumento para que as liberdades individuais sejam cerceadas.

A respeito da sociedade disciplinar tratada por Michel Foucault em suas obras, escolha a alternativa correta:

a) Foucault demonstrou que a sociedade contemporânea abandonou técnicas de vigilância existentes nas sociedades do passado. Ou seja, ele conseguiu identificar que os valores relativos à liberdade dos indivíduos foram maximizados na contemporaneidade.

b) Foucault demonstra que o homem é mal por natureza e, por isto, é necessário que se desenvolva inúmeros mecanismos de controle, vigilância e punição dos corpos, pois o contrário nos levaria ao caos social.

c) A sociedade disciplinar, ou uma sociedade vigiada, nasceu historicamente na passagem do século XVIII para o século XIX tomando como modelo de poder uma inspiração panóptica.

d) Para Foucault as instituições que compõem a sociedade contemporânea são de naturezas distintas umas das outras, uma vez que, por exemplo, as escolas e os hospitais são lugares de liberdade, o que não se pode dizer dos presídios, por exemplo.

e) Para Foucault todo o poder emana do Estado e inexistem relações de poder em outras esferas do corpo social.

3. É difícil precisar a influência de um determinado autor sobre um campo de conhecimento científico. No que toca as Ciências Sociais no Brasil, é inegável a influência de Foucault sobre alguns intelectuais brasileiros, mas também é inegável a resistência e as críticas elaboradas a ele.

Sobre as ideias de Michel Foucault no Brasil, escolha a alternativa correta:

- a) As ideias de Foucault no Brasil foram amplamente associadas por intelectuais marxistas e teóricos adeptos à teoria freudiana.
- b) Em suas passagens pelo Brasil, Michel Foucault fez questão de tecer elogios ao regime militar que estava no poder à época.
- c) Foucault influenciou o fortalecimento das instituições psiquiátricas no país, uma vez que ministrava palestras e conferências para os profissionais da saúde mental.
- d) Foucault visitou o país apenas em duas ocasiões e em ambas teceu enormes críticas ao regime militar que estava no poder no Brasil.
- e) A influência de Foucault pode ser percebida, principalmente, na formulação da reforma psiquiátrica e em alguns estudos historiográficos.

Referências

ARAÚJO, Inês L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. **Revista Aulas**, Dossiê Foucault. v. 3, n. 1. In RAGO, M.; MARTINS A. L., 2007. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/view/1924>>. Acesso em: 4 maio 2018.

AQUINO, Julio G. A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 301-324, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/VzCe3m>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. O pensamento como desordem: repercussões do legado foucaultiano. **Proposições**, v. 25, n. 2 (74). p. 83-101, 2014. Acesso em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v25n2/05.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BENELLI, S. J. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: **A lógica da internação**: instituições totais e disciplinares (des) educativas. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 63-84. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-04.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2018.

CARIELLO, Rafael. As viagens de Foucault ao Brasil. Folha de São Paulo. **Ilustríssima**. São Paulo, 22 de maio de 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/6peU8H>>. Acesso em: 22 julho 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2002b.

_____. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 2001f.

_____. **Ditos e Escritos I**. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999b.

_____. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979a.

_____. **A vontade de saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **L'archéologie du savoir**. Paris, Gallimard, 1969.

FILHO, K. P.; LOBO, L. F.; LEMOS, F. C. S. A história do presente em Foucault e as lutas atuais. **Fractal, Revista de Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 29-42, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/Hqs9DG>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

LEMOS, F. C. S.; JÚNIOR, H. R. C. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 353-357, 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf>. Acesso em: 18 abril de 2018.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social. Rev. Sociol.**, São Paulo, v. 1-2, n. 7, 1995. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/download/85208/88047>>. Acesso em: 2 maio 2018.

MARINHO, C. M.; VERAS, E. F. Michel Foucault e a teoria queer. Dossiê. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 11, n. 17, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12527/8649>>. Acesso em: 7 junho 2018.

NAVARRO, Pedro. Um corpo de saber-poder: elementos de uma análise arqueogenealógica de discursos. **REDISCO**. Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo. Vitória da Conquista, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/2117/1798>>. Acesso em: 3 maio 2018.

RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social. Rev. Sociol.**, São Paulo, v. 7, n. 1 e 2, p. 67-82, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0067.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

RODRIGUES, H. de B. C. Michel Foucault no Brasil - esboços de história do presente. **Revista Verve**, São Paulo, n. 19, p. 93-112, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/8669>>. Acesso em: 10 maio 2018.

THIRY-CHERQUES, Hermano R. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação". **Lua Nova**, São Paulo, n. 81, p. 215-247, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/7AuyDs>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

SANDER, Jardel. A caixa de ferramentas de Michel Foucault, a reforma psiquiátrica e os desafios contemporâneos. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 382-387, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326457019>>. Acesso em: 12 maio 2018.

Identidades e a crise do Estado de Direito

Convite ao estudo

O tema que será trabalhado durante a presente unidade é identidade. Para esse fenômeno social complexo, existe uma longa discussão teórica nas Ciências Sociais sobre o tema. Espera-se que você, aluno, possa analisar historicamente a questão da identidade e a crise do Estado de Direito presentes na contemporaneidade.

No contexto de aprendizagem desta unidade analisaremos uma letra de música chamada *Clandestino*, do músico francês Mano Chao. A letra da música é uma narrativa sobre pessoas consideradas 'clandestinas'. A intenção do músico parece ser a de denunciar e criticar a situação vivida por milhares de pessoas que se encontram fora de seus países e territórios de origem, e não são reconhecidas como cidadãos plenos nos países em que se estabelecem. Mas, para além destes imigrantes ou refugiados, o termo 'clandestino' também poderia ser utilizado em outras situações de exclusão social, como a invisibilidade que muitos grupos étnicos sofrem no interior de sociedades nacionais que não os aceitam ou os reconhecem. Por certo que o termo 'clandestino' não se trata de uma autoidentificação, pois a letra da música diz "me chamam clandestino", e não o contrário, ou seja, não há uma afirmação do tipo "eu sou um clandestino". O que existe são menções a outras identidades, estas sim pautadas na autoatribuição, tais como 'boliviano', 'argelino', 'nigeriano', 'africano'. Ou seja, a letra denuncia que uma série de identidades distintas são todas consideradas clandestinas e ilegais. Em suma, o termo 'clandestino' denota uma situação de violência, exclusão e estigmatização, pois classifica e condena como ilegais distintas identidades nacionais e sociais.

Ouçã a música e acompanhe a letra na plataforma de sua preferência!

Ao longo da presente unidade traçaremos um panorama histórico da noção de identidade para, na sequência, abordar os diferentes teóricos que tomaram o tema da Identidade em suas pesquisas científicas. Bons estudos!

Seção 3.1

Contextualização histórica do conceito de identidade

Diálogo aberto

Você já parou para pensar que o Brasil é um país habitado por inúmeros povos diferentes entre si? Como ocorre a convivência entre esses povos? Nosso país é intolerante em relação à diversidade cultural? Se você acha que não, por que então alguns grupos da sociedade, como negros e indígenas, ocupam posições subalternas na estrutura social? Seriam estes grupos 'estrangeiros' em sua própria terra? É a partir desta reflexão inicial que o contexto de aprendizagem desta unidade transcreve uma letra de música cujo conteúdo é uma narrativa sobre pessoas consideradas 'clandestinas'. Situação vivida por milhares de pessoas, tal fenômeno é um bom exemplo para elaborarmos uma reflexão acerca de processos relativos à construção de identidades. Na letra da música em questão, o termo 'clandestino' denota uma situação de violência, exclusão e estigmatização, pois classifica e condena como ilegais distintas identidades nacionais e sociais. Disso, além de outros casos sobre a complexa questão da identidade, deriva a situação-problema desta seção. Como o Brasil, um país formado por muitos povos (indígenas, europeus, asiáticos e africanos), ou seja, com uma configuração sociocultural tão diversa, construiu um ideal de nação pautado em um sentimento de pertencimento comum? Na resolução desta situação-problema você, aluno, deve utilizar as noções clássicas e contemporâneas de identidade para problematizar e apontar as contradições da ideia de identidade brasileira ou identidade nacional. Para tal, é necessário que você leia atentamente o conteúdo do item *Não pode faltar*. Bons estudos!

Identidade: uma perspectiva histórica

De acordo com Oliveira Santos (2010) o termo 'identidade' tornou-se popular a partir da segunda metade do século XX. No entanto, as raízes históricas deste conceito remontam ao século XVII, principalmente ao movimento filosófico chamado Iluminismo. De maneira geral, tal movimento tinha como características principais a defesa da igualdade jurídica, a liberdade individual e a valorização da razão e da produção de conhecimentos científicos. A concepção iluminista de identidade é estática, ou seja, compreende que a identidade permanece a mesma a despeito das mudanças que ocorrem ao longo do tempo. Como observa a autora, trata-se de uma concepção essencialista de identidade, pois concebe que um determinado indivíduo já nasce e permanece com a mesma identidade pessoal. Como veremos mais adiante, esta concepção de identidade, com uma raiz iluminista, será amplamente mobilizada na Alemanha durante o século XIX.

É somente no final do século, na virada do XIX para o XX, com a corrente teórica funcionalista ou positivista de sociologia, cujo expoente foi, no período, Émile Durkheim, a noção de identidade pensada pelo movimento iluminista é questionada. Durkheim defendia que a formação das identidades tem caráter social, ou seja, a sociedade influencia esta formação de modo indelével. Com as proposições de Durkheim, ocorre o fortalecimento da ideia de identidade enquanto um construto coletivo, em detrimento da concepção de identidade pessoal iluminista.

Oliveira Santos (idem) observa que a partir de Durkheim, até a década de 1950, via de regra, a identidade de um grupo foi definida a partir do posicionamento de seus membros em relação à renda. Isto quer dizer que os distintos grupos sociais tinham sua identidade definida a partir de sua posição econômica e social, mais especificamente, por sua posição de classe no interior da sociedade capitalista. Principalmente a partir das teorias marxistas, a identificação de um grupo social referia-se, sobretudo, à contradição entre capital e trabalho. Ou seja, os grupos eram identificados como proletários (trabalhadores urbanos), camponeses (trabalhadores rurais) ou burgueses (donos dos meios de produção, como fábricas, empresas, fazendas).

Até aqui é possível observar que o percurso histórico da noção de identidade é marcado por uma fase iluminista, seguida por uma reformulação funcionalista, própria da visão positivista do paradigma durkheiminiano, que, acrescida de outras correntes da sociologia, irá prevalecer até a década de 1950. A partir da década de 1960 é possível se referir a uma noção contemporânea de identidade ligada, principalmente, à ideia de valorização da diferença e da positividade da diversidade sociocultural. Antes de adentrarmos na compreensão da noção contemporânea de identidade, vamos conhecer um pouco mais de seus fundamentos históricos e sociológicos.

Identidade: fundamentos histórico-sociológicos

De acordo com Ruben (1988) é possível verificar três momentos históricos nos quais a teoria da identidade assumiu um papel crucial: a Alemanha, na virada do século XVIII para o século XIX; os Estados Unidos, durante as primeiras décadas do século XX e, finalmente, o terceiro momento é marcado pela retomada contemporânea pelas ciências sociais do ocidente da noção de identidade.

O que ocorreu na Alemanha durante a transição do século XVIII para o século XIX? Formada por povos relativamente homogêneos, faltava-lhe, no entanto, uma organização política e um território único. Esta condição de não unidade passa a representar um empecilho para a construção de uma ideia de nação na Alemanha, tal qual já havia ocorrido, por exemplo, na França. A ideia de um Estado-Nação repousa justamente em uma configuração sociopolítica em que um determinado território, organizado pelas mesmas leis (Estado), compartilha em seu interior de um sentimento comum de pertencimento (Nação) para aqueles que formam o “povo” desse país.

Ruben (idem) argumenta que é neste contexto histórico que surge, ou é retomado, um conjunto de conceitos constituído pelas noções de raça, etnia, cultura e, principalmente, identidade. Mas como era empregado este conceito de identidade? A ausência de unidade dos povos germânicos era vista, pelos ideólogos do que viria a ser o estado alemão, como um atraso e o responsável pela formulação da primeira teoria sistemática da identidade social foi o filósofo alemão Hegel. Nesta perspectiva, a noção de identidade é concebida como as relações que permitem a agregação do indivíduo à sociedade, ou seja, que possibilitam a reunião entre as

partes e a sua totalidade. À Alemanha faltaria esta identidade o que, por sua vez, era visto como um empecilho para a formação de um estado nacional na Alemanha.

Vale notar que esta noção de identidade, como uma unidade adotada especificamente neste momento histórico na Alemanha, é contrária à ideia de diversidade. Ou seja, a identidade que viria a definir o povo alemão, aqui aparece como a reunião de elementos comuns, semelhantes. Nessa visão, a diversidade é vista como algo negativo, uma vez que impede a construção de um ideário baseado na concepção de nação enquanto uma unidade. Hegel (1964) afirma que aos conflitos decorrentes da diversidade cultural somavam-se àqueles referentes às diferenças de classe social.

As relações entre a diversidade cultural e a desigualdade social eram motivos de preocupação para a filosofia hegeliana, que construiu uma teoria sobre a constituição do estado para que a sociedade moderna pudesse assegurar a sua identidade e a agregação dos indivíduos, apesar de suas diferenças e desigualdades (RUBEN, 1988). A noção de identidade hegeliana pretende reduzir as diferenças e as desigualdades em prol de uma unidade que contenha a multiplicidade. Trata-se de uma noção carregada de intencionalidade política e idealismo, uma vez que o objetivo é a consolidação de um Estado Nação na Alemanha livre de conflitos.

O segundo momento histórico em que a noção de identidade aparece como crucial diz respeito ao início do século XX nos Estados Unidos. Ruben (idem) observa que se trata de um contexto histórico complexo marcado pela chegada ao país de grupos de imigrantes oriundos de diversos locais do mundo. O que parece estar em jogo aqui é a própria consolidação de uma 'sociedade americana' uma vez que a unidade de organização – o Estado – já estava consolidada. Afinal, como lidar com a multiplicidade de formas sociais presentes em um mesmo território?

De acordo com Ruben (1988), a resposta encontrada recai na proposta formulada pelo intelectual George Herbert Mead conhecida por ser baseada nas ideias do interacionismo simbólico. Segundo esta teoria, a integração de toda e qualquer sociedade em uma relação comum de construção da identidade precisa estar baseada no "outro generalizado", ou seja, na interação entre indivíduos diferentes.

De acordo com Ruben (1988), ambas as noções de identidade – de Hegel e de Mead – vislumbram a diminuição das contradições reais, das diferenças, dos conflitos e das desigualdades. A identidade é compreendida como uma unidade, como uma teoria da não diferença.

Para Souza (2011), o contato com a obra de Hegel foi fundamental para a formulação da psicologia social de Mead, ou seja, para a compreensão de que o sujeito psicológico é, sobretudo, social. O envolvimento e posicionamento de Mead em relação aos problemas sociais estadunidenses aumentaram quando ele foi contratado como professor da Universidade de Chicago (EUA).

Chicago era uma cidade que, na época, reunia uma porção de características próprias da sociedade estadunidense capitalista em formação: industrialização exacerbada e uma grande presença de imigrantes de primeira geração (ou seja, que tinham chegado há pouco tempo ali). Essas características faziam de Chicago uma cidade em rápido crescimento e com muitas dificuldades no planejamento de tal fenômeno.

A questão principal que emergia a partir deste contexto era justamente a seguinte: como seria possível a efetivação de uma democracia em uma sociedade industrial marcada por tantas diferenças identitárias? Mead passa, então, a se envolver com a luta pelos direitos da mulher e com a reforma do código penal juvenil, acreditando que as reformas sociais seriam uma forma de resolução dos conflitos. Em suma, Mead acreditava que o cientista tinha como papel principal compreender as posições de todas as partes na criação de resoluções racionais para os conflitos.

Nas Ciências Sociais, contemporâneas a noção de identidade está intimamente relacionada à diferença, à multiplicidade e ao contraste. Como observa Ruben (1988), embora não haja um consenso em relação ao significado desta noção, e existem muitas definições e empregos diferentes, a categoria 'outro' aparece como condição para a formulação da versão contemporânea de identidade.

Mas quem é o outro? Para a teoria clássica da identidade o 'outro' é o semelhante idêntico e diferente, necessário para a construção de uma sociedade 'unida' (Ruben 1988). Já em sua versão contemporânea, a categoria 'outro' remete a alguém distante sistematicamente definido como o diverso, o desigual. Em suma, o 'outro' é colocado para além dos limites do grupo.

Resumindo, a identidade, em sua concepção contemporânea, tende a marcar a diferença dos grupos e rogar por igualdade em direitos ao passo que a identidade, em sua concepção clássica, quis apaziguar as diferenças em nome de um projeto de unidade administrativa e territorial, como no caso da Alemanha, e no projeto de constituição de uma unidade a despeito das diferenças sociais, a exemplo da consolidação de uma 'sociedade americana', no caso dos Estados Unidos do início do século XX.

Perceba que em ambas as concepções – clássicas ou contemporâneas – a noção de identidade é carregada de intencionalidade política. Em suma, parece impossível não associar as noções de identidade aos processos históricos e políticos que permitem sua emergência.



Exemplificando

Tomemos como exemplo o fenômeno conhecido como imigração, que diz respeito à saída de pessoas de seu país de origem para o estabelecimento em outro país. De acordo com Oliveira Santos (2010), o imigrante possui uma identidade dupla, o que é uma contradição dentro do Estado-Nação, uma vez que a identidade deve ser única e não duplicada. A autora observa que é comum que a primeira geração de imigrantes esteja ligada à identidade do país de origem, mas a partir da segunda geração passa a ocorrer um sentimento de duplo pertencimento, pois a identidade se encontra dividida entre a identidade dos pais (e que remete a uma origem familiar) e a do país em que se estabeleceu moradia.

Definindo identidades

Cardoso de Oliveira (2003) observa que a noção de identidade comporta uma dimensão pessoal ou individual e uma dimensão social ou coletiva. Tais dimensões são interconectadas e se referem ao mesmo fenômeno. O que difere é o enquadramento enquanto objeto de estudo, uma vez que a identidade pessoal geralmente é investigada por psicólogos e a dimensão social ou coletiva da identidade é estudada por sociólogos e antropólogos.

Identidade individual ou social tem a ver com autoafirmação. Mas por que uma pessoa ou um grupo identificam a si, ou o grupo ao qual pertence, através de um determinado nome ou categoria? Para Cardoso de Oliveira (idem) sempre que uma pessoa ou um grupo se afirmam como tal, isto é feito como uma forma de diferenciação a algum grupo ou alguma pessoa com quem se defrontam.

Note que Cardoso de Oliveira (2003) compartilha da noção contemporânea de identidade, aquela utilizada pelas Ciências Sociais, ligada à ideia de diferença e contraste, uma vez que a identidade surge por oposição. O autor também compreende que se trata de um fenômeno social complexo, que deve ser apreendido a partir dos mecanismos que refletem a identidade em processo e como ela é assumida por grupos e indivíduos em distintas situações concretas.

Apesar do desenvolvimento de nossa reflexão, ainda é preciso caracterizar alguns tipos de identidades. Até agora temos falado em identidades pessoais ou identidades de grupos, mas passaremos agora a nos referir ao termo identificação étnica. O que é isto? De acordo com Cardoso de Oliveira (1960a), a identificação étnica ocorre quando uma pessoa se utiliza de termos raciais, nacionais ou religiosos para se identificar e se relacionar com os outros.

Para Cardoso de Oliveira os grupos étnicos se formam na medida em que os seus agentes mobilizam uma identidade relacionada à etnia para classificar a si próprios e os outros. Mas o que é etnia? Nas palavras de Rodrigues Brandão, "etnia pretende ser um termo científico que substitua uma ideia arcaica e carregada de preconceitos: raça, e que livre o pesquisador do vago que a ideia de cultura sugere para o caso" (1986: 72).

Ou seja, o conceito de etnia, do grego *ethnos*, significa "povo que tem os mesmos costumes", é utilizado por ser mais abrangente que o termo raça (que se utiliza exclusivamente de critérios biológicos para classificar grupos sociais) para se referir a um determinado grupo social que compartilha um modo de vida ou uma visão de mundo semelhante, uma memória e uma história com um determinado território, uma língua ou dialeto, enfim, um conjunto de elementos sociais e culturais e que, no seu interior, os indivíduos que o compõe se autoafirmem como pertencentes a ele nas situações de contato com outros grupos.

Na identificação étnica opera o mesmo princípio da autoafirmação a partir da negação de outras identidades. Aqui é preciso definir uma característica que seria própria de todos os grupos humanos, o etnocentrismo.

Você já ouviu falar em etnocentrismo? Trata-se de um conceito amplamente utilizado na antropologia para se referir à tendência que as pessoas e os grupos têm em julgar os seus próprios costumes e modos de vida como superiores aos costumes e modos de vida dos outros grupos.

Por isso, quando uma identidade étnica se afirma negando outra, ela assim o faz a partir de uma visão etnocêntrica. Visualizar-se como portador de um costume, língua ou crença negando outros conjuntos de costumes é um traço comum do etnocentrismo nas diversas sociedades humanas. No entanto, o etnocentrismo pode assumir contornos negativos quando associado às posições de violência e práticas de extermínio de outros grupos. Foi o que ocorreu, por exemplo, na Alemanha sob o comando de Hitler, quando o etnocídio (extermínio de uma determinada etnia) do povo judeu tornou-se uma política de Estado, ou seja, uma política oficial. Veja que se trata de um caso extremo, mas que precisa ser pontuado. Voltemos às identidades étnicas.

Como pondera Cardoso de Oliveira (2003), a identidade étnica se define a partir do contraste, por isto trata-se sempre de uma identidade contrastiva. Mas uma identidade que se constitui a partir da oposição só pode ocorrer em contextos em que há contato interétnico. Ou seja, o contato e o convívio entre diferentes grupos são condições elementares para o surgimento de processos de identificação étnica.

De acordo com Oliveira Santos (2010), alguns teóricos da identidade como Barth, Cardoso de Oliveira e Cohen compreendem que a identidade é sempre relacional e são permanentemente reinventadas e reconstruídas. Os comportamentos associados às identidades são constituídos historicamente e compartilhados a partir da crença em uma identidade comum baseada no sentimento de pertencimento a um grupo.

Oliveira Santos (*idem*) assinala que a identidade étnica pode ser expressa de várias maneiras. De uma forma positiva, quando é baseada em conceitos internos e na importância que o próprio

grupo atribui a si e, de uma forma negativa, quando a imagem do indivíduo é baseada na internalização da avaliação negativa dos outros, como quando grupos étnicos ocupam posição de inferioridade ou marginalidade na hierarquia social, especialmente no caso dos grupos chamados minoritários nos Estados modernos.

Existe também um fenômeno relacionado às identidades étnicas chamado de etnicidade, que se trata de um conjunto de estratégias desenvolvidas pelos grupos étnicos com o objetivo de produzir reivindicações políticas. Ou seja, a etnicidade constitui um campo de luta no qual um determinado grupo étnico pode se lançar para denunciar e combater as injustiças e a invisibilidade sofridas por suas características étnicas.



Assimile

É importante considerar que a identidade possui uma dimensão individual e uma dimensão social que estão interconectadas. A identificação individual ou social ocorre através da autoafirmação por oposição e diferença. Ou seja, alguém ou algum grupo, ao se afirmarem, sempre o fazem em relação de contraste a outro alguém ou outro grupo.

A identificação étnica é o processo de reconhecimento de um determinado grupo como portador de uma origem e costumes comuns. A antropologia ensina que todos os grupos sociais possuem uma característica chamada de etnocentrismo, que é a tendência dos grupos e pessoas em valorizarem os próprios costumes em detrimento dos costumes dos outros. Em alguns momentos da história, o etnocentrismo assumiu contornos extremamente violentos, como nos processos de expansão capitalista durante as grandes navegações do século XVI (com a conseqüente invasão do Brasil pelos portugueses) ou na Alemanha nazista do século XX. Em ambos processos houve etnocídio – ou seja, o extermínio de grupos étnicos (no primeiro caso de inúmeros povos nativos das Américas, como os povos indígenas no Brasil, e no segundo caso do povo judeu). No caso dos povos indígenas, mais do que seu extermínio físico, houve também um processo de destruição de suas culturas, de seus modos de vida e visão de mundo, ou seja, uma violência, ao mesmo tempo, física e simbólica.

A identificação étnica é um fenômeno social complexo que envolve a busca por visibilidade de grupos minoritários que possam ser excluídos durante o processo histórico de construção dos Estados-Nações. Via de regra, na constituição das identidades étnicas há um elemento chamado etnicidade, que se trata das estratégias que os grupos étnicos desenvolvem para fortalecerem suas reivindicações políticas em defesa dos direitos historicamente negados a estas populações.

A emergência de novas identidades como fenômeno social

Como foi dito no início da seção, a noção clássica de identidade esteve associada a uma ideia de identidade coletiva organizada em torno da configuração do Estado-Nação. O sentimento de pertencimento a uma nação é conhecido como nacionalismo, um componente fundamental da identidade nacional. Como observa Oliveira Santos (2010), é possível localizar temporalmente o fortalecimento do ideal de nação no movimento romântico alemão do século XIX. Tal movimento, como já pôde ser brevemente discutido, propôs a ideia de construção de uma origem comum (Nação) como fundamento para a formação de uma organização política (Estado) na Alemanha.

A particularidade de tal fenômeno repousa no fato de que a narrativa do movimento romântico estava pautada em critérios raciais de pertencimento a partir da ideia de uma origem comum do povo alemão. Trata-se de um modelo racial de nação, uma vez que tenta construir um sentimento comum de pertencimento (ou seja, um sentimento de nação) a partir de critérios raciais que dizem respeito a povos específicos. Quais os problemas decorrentes deste movimento? Simples: diante de um modelo racial de nação, algumas porções de minorias étnicas, ou seja, grupos que não se 'encaixavam' ou não eram contemplados nos critérios definidos, passaram, a partir da segunda metade do século XIX, a ser vistas como empecilhos para a consolidação dos projetos de nação em curso mundo afora. Pois a ideia de nação remete a um povo, uma cultura, uma língua. Lembre-se que a noção clássica de identidade busca o que é comum e não o que é diferente e diverso. Isto quer

dizer que o processo de construção dos Estados-Nações foi um processo de apagamento da diversidade sociocultural.

Ocorre que a partir dos anos 1960 as minorias, que, via de regra, haviam sido invisibilizadas nos processos de construção dos Estados-Nações, passaram a se organizar a partir de movimentos sociais tendo como bandeira de luta a afirmação da identidade como forma de reivindicar direitos historicamente negados. Há muitos exemplos deste fenômeno. Podemos citar a luta por direitos civis dos negros residentes nos Estados Unidos e os movimentos negro e indígena no Brasil. Em ambos os casos, como observa Cardoso de Oliveira (2000), as identidades passaram a ser fonte de dignidade e autovalorização, algo perceptível na expressão *Black is beautiful!* (Negro é lindo!), formulada por setores do movimento negro estadunidense, uma clara manifestação da etnicidade.

Há que se considerar outro aspecto relacionado à possibilidade de fortalecimento e visibilidade de grupos até então amplamente discriminados como minorias, que se trata da intensificação do contato interétnico proporcionado pela diminuição do mundo com a modernização dos transportes. De toda forma, como observa Oliveira Santos (2010), a partir da década de 1960 a pluralidade dos movimentos sociais fez com que os conceitos tradicionais das Ciências Sociais se tornassem insuficientes para a compreensão dos fenômenos relacionados à identidade.

Tal fenômeno social aponta para um debate atual não mais sobre identidade, mas sim identidades: sociais, pessoais, culturais, étnico-raciais e de gênero. Como pontua Oliveira Santos (idem), a identidade ganhou mobilidade e multiplicidade. O fato é que um dos aspectos mais fundamentais da contemporaneidade é a política de construção e politização das identidades. Aspectos sobre os quais continuaremos aprendendo nas próximas seções desta unidade.



Refleta

Você já parou para pensar que o que costumamos chamar de sociedade humana possui uma enorme diversidade? No entanto, esta diversidade social é valorizada? Afinal de contas, como lidamos com as diferenças? É possível que as etnias, grupos étnico-raciais e culturas sejam reconhecidamente diferentes e ao mesmo tempo iguais em direitos?



Caro aluno, você pode aprender mais sobre os limites e contradições do conceito de raça com a leitura do artigo intitulado *Como trabalhar com raça em sociologia* (GUIMARÃES, 2003), disponível em: <<https://goo.gl/AQJ2cU>>. Acesso em: 28 maio 2018.

Sem medo de errar

Na situação-problema desta seção foi pedido a você, que utilizasse as noções clássicas e contemporâneas de identidade para problematizar e apontar as contradições contidas na ideia de identidade brasileira ou identidade nacional.

De início é preciso contextualizar historicamente o processo de formação do Brasil, que remonta ao século XVI, período das Grandes Navegações. Como apontado no item *Não pode faltar*, o Brasil foi invadido pelos portugueses, ou seja, nossa história é marcada inicialmente por um ato de violência. Esta violência continuou com o etnocídio dos povos indígenas, que foi o processo de extermínio físico e simbólico dos povos e culturas autóctones que aqui existiam. A partir destas considerações é possível afirmar que o que é chamado de identidade brasileira ou identidade nacional é fortemente marcado por um processo de violência e imposição dos portugueses sobre os povos indígenas.

O processo de formação do Brasil repete a mesma lógica da formação de outros Estados-Nações, nos quais em prol de uma unidade administrativa (Estado) tenta-se forjar um sentimento de pertencimento (Nação). Isto quer dizer que se utilizamos a noção clássica de identidade, pautada na ideia de superação das diferenças por um ideal comum, vemos que no Brasil houve a imposição de um único grupo, os portugueses e os europeus, de maneira em geral, sobre os demais povos que aqui viviam.

Ao mobilizarmos a noção contemporânea de identidade, noção que valoriza a diversidade e a diferença, percebe-se que o Brasil possui um grande potencial sociocultural, uma vez que é um país atualmente habitado por povos com diferentes culturas. Neste sentido, pautada na ideia de valorização da diferença e da

diversidade sociocultural como riqueza, é possível dizer que a ideia de uma unidade nacional ou de um elemento comum entre todos esses povos é praticamente impossível de ser forjado. Nesse sentido, podemos concluir refletindo que em nome de uma ideia de identidade nacional muitas vezes o que ocorreu e continua ocorrendo na história do Brasil é a não valorização da diferença, ao mesmo tempo em que a busca por uma unidade é algo que não se encaixa muito bem em nossa realidade social. Talvez o que tenhamos em comum seja exatamente a diversidade, e é a partir dessa diversidade que se coloca o desafio de continuarmos existindo como uma nação. Uma nação que exterminou muitos povos, mas que pode construir um país mais justo para os diferentes povos que aqui ainda resistem a partir da concessão de direitos legítimos que ainda lhes são negados.

Faça valer a pena

1. Identidade é igualdade ou diferença? Depende do ponto de vista e de qual noção de identidade estamos mobilizando. Houve uma grande transformação no conceito ao longo da história, e é preciso contextualização para não incorrer em erros.

A respeito das diferenças entre a noção clássica e a noção contemporânea de identidade, escolha a alternativa correta:

- a) Não houve alterações profundas nas noções de identidade; o que houve foram processos históricos em que povos que se consideravam diferentes abandonaram uma identidade por contraste e passaram a compartilhar valores universais de cultura.
- b) De acordo com a noção clássica de identidade há uma tentativa de apagamento das diferenças a favor de um sentimento de pertencimento ligado à ideia de nação e unidade.
- c) A noção contemporânea de identidade foi forjada para servir de arsenal conceitual teórico nos processos de formação dos Estados-Nações.
- d) Paulatinamente abandonou-se uma concepção clássica de identidade pautada na valorização da diferença para uma concepção contemporânea fundamentada na ideia de universalidade das culturas.
- e) A noção clássica e contemporânea de identidade se equivalem, uma vez que mobilizam a valorização da universalidade do espírito humano em detrimento das diversidades socioculturais.

2. Como classificar as diferenças sociais? Quais termos utilizar? Raça, etnia, cultura? As Ciências Sociais ao estudar a diversidade das sociedades humanas sempre precisarão rever seus métodos e instrumentos de análise, pois seu objeto de análise, a própria sociedade, transforma-se no tempo e assume contornos que, via de regra, exigem que os conceitos sejam reelaborados ou simplesmente abandonados.

A respeito do abandono e dos limites da noção de raça em favor do conceito de etnia, escolha a alternativa correta:

- a) O conceito de etnia é utilizado para classificar os diversos grupos sociais de acordo com suas características físicas e, por isso, apresenta alto rendimento teórico.
- b) O conceito de raça ainda é amplamente utilizado devido à precisão que consegue alcançar na compreensão da diversidade sociocultural.
- c) Os conceitos de raça e de etnia são igualmente criticados pelas Ciências Sociais na contemporaneidade, uma vez que é impossível formular conceitos para a compreensão da multiplicidade das sociedades humanas.
- d) O conceito de etnia foi abandonado em favor do conceito de raça, devido ao aumento do racismo observado, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX.
- e) O conceito de raça foi amplamente criticado, pois compreende a diversidade sociocultural humana a partir de elementos biológicos. Entretanto, alguns grupos sociais inverteram a conotação biológica de raça utilizando-se deste conceito na construção de suas identidades sociais.

3. “O etnocídio não é a destruição física dos homens, mas a destruição sistemática de seus modos de vida e pensamentos” (CLASTRES [1980] 2004: 55ss). A frase do antropólogo francês Pierre Clastres faz referência a um fenômeno infelizmente recorrente na história que diz respeito aos contornos mais cruéis que a intolerância cultural pode assumir.

Sobre a relação entre etnocentrismo e etnocídio, escolha a alternativa correta:

- a) Todo grupo social pratica o etnocídio, uma vez que compartilha de valores universais de cultura.
- b) A partir do pensamento de Pierre Clastres ([1980] 2004) é possível afirmar que a violência física é uma violência menor, já que a crueldade reside nas formas de violência cultural e simbólica.

- c) Os processos de formação dos Estados-Nações ao redor do mundo conseguiram evitar o etnocentrismo a partir da valorização da diversidade sociocultural dos territórios onde emergiram.
- d) A relação entre etnocentrismo e etnocídio precisa ser relativizada, uma vez que embora o etnocentrismo seja uma marca das sociedades humanas, nem sempre ele está acompanhado pelo extermínio de outros povos (etnocídio).
- e) É impossível afirmar que houve etnocídio em processos históricos tais como as Grandes Navegações e a invasão das Américas e no nazismo na Alemanha.

Seção 3.2

Crise do Estado de Direito e a crise ontológica segundo Zygmunt Bauman

Diálogo aberto

Caro aluno, você já parou para pensar sobre o que define a sua identidade pessoal? Nessa seção iremos compreender um pouco mais a respeito disto a partir das ideias de Zygmunt Bauman.

No contexto de aprendizagem desta unidade conhecemos a letra da música *Clandestino* do compositor e cantor Mano Chao. A condição de clandestino infelizmente é uma realidade para muitos indivíduos que se encontram fora de seu país de nascimento. É sobre o fenômeno da imigração que se baseia a situação-problema desta seção.

Estigmatizados como clandestinos e 'foras da lei', o fato é que milhares de pessoas abandonam seus países e territórios de origem em busca de uma vida melhor.

Como sociólogo, você foi convidado para compor uma equipe que atua no atendimento às pessoas de outros países que pretendem fixar residência no Brasil, mas que são inicialmente categorizados como "clandestinos" por não serem legalizados. Você precisa propor ações que minimizem o sofrimento dessas pessoas, e uma dessas medidas envolve a conscientização dos brasileiros em relação à presença de imigrantes no nosso território. Para isto, você precisa escrever um pequeno texto para ser veiculado na mídia impressa e nas rádios que desconstrua a imagem negativa relacionada ao termo 'clandestino', informando a necessidade de compreensão das identidades desses imigrantes para além das questões formais e burocráticas. Como você construiria este texto? O texto não pode ter mais do que 15 linhas. Por isto, seja sucinto e procure desconstruir os preconceitos indicando a complexidade da questão.

Para resolver esta situação-problema, você deverá mobilizar os conceitos dispostos no item *Não pode faltar*. O estudo atento de todo o conteúdo é fundamental para o sucesso de seu aprendizado. Bons estudos!

O conceito de identidade para Bauman

Zygmunt Bauman, sociólogo e filósofo nascido em Posnânia (Polônia), em 1925, e falecido em Leeds (Reino Unido), em 2017, aos 91 anos, não criou uma teoria ou corrente sociológica tal qual Pierre Bourdieu ou Michel Foucault, pensadores que conhecemos nas duas primeiras unidades deste livro-didático. No entanto, as contribuições de Bauman para a compreensão dos dilemas da sociedade globalizada, capitalista e, sobretudo, alicerçada no consumo, são muito valiosas. Nesta seção iremos conhecer as ideias desse grande pensador contemporâneo e autor de dezenas de livros publicados a respeito de um tema em específico: a identidade.

Nada melhor do que iniciarmos abordando alguns aspectos de sua biografia, pois Bauman teve sua vida marcada pela emigração forçada devido ao antissemitismo (perseguição aos judeus) e às durezas do regime comunista soviético.

De família de origem judia, ele emigrou para a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) quando os nazistas invadiram a Polônia. Trata-se do período em que está ocorrendo a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Já no pós-guerra, Bauman volta para a Polônia, filia-se ao partido comunista e inicia seus estudos de sociologia na Universidade de Varsóvia onde, anos mais tarde, iniciaria sua carreira como professor universitário. Mas em 1968, Bauman teve sua carreira interrompida, pois é expulso de seu país por conta da onda de antissemitismo praticado pelo regime soviético em vigência na Polônia. Nesta época, Bauman havia saído do Partido Comunista e elaborava duras críticas ao regime pelo qual acabou sendo perseguido.

Depois de dois anos em Israel trabalhando como professor universitário em Tel Aviv, Bauman foi convidado para lecionar na Universidade de Leeds, localizada na cidade de mesmo nome no norte da Inglaterra, onde permaneceu até sua morte. Bauman possui uma trajetória marcada pelos horrores da Segunda Guerra Mundial, pela construção e decepção com o regime socialista e pelo nascimento do neoliberalismo em curso na Inglaterra, a partir

do final dos anos 1970. Em atividade até o fim da vida, em uma de suas últimas obras ele abordou o problema dos imigrantes na Europa do século XXI.

Crítico mordaz do liberalismo (teoria econômica que defende o Estado mínimo e a plena autonomia do mercado), Bauman elabora uma série de reflexões sobre a identidade pessoal na contemporaneidade, época que ele denomina de modernidade líquida. O adjetivo 'líquido' é uma metáfora para as características da sociedade globalizada em vigência, entre elas, a fluidez das relações sociais e a falta de padrões ou modelos de referência. Para Bauman, nos tempos atuais prevalece uma sociedade extremamente individualista e baseada no consumo. O consumo torna-se central na construção das identidades pessoais. Mas o que é identidade pessoal?

A identidade pessoal é um problema complexo fundamentado a partir da questão "quem sou eu?". No entanto, na compreensão de Zygmunt Bauman, os indivíduos não têm autonomia para responder tal questão (REIS, 2015). Vamos compreender este importante argumento.

Bauman analisa o problema da identidade pessoal comparando dois períodos da história ocidental recente: os séculos XIX e XX, que define como um período de 'modernidade sólida' e o período que compreende o final do século XX e o início do século XXI, que denomina 'modernidade líquida'. Bauman argumenta que o problema da identidade foi formulado e resolvido de forma muito distinta em cada um destes períodos. Mas quais as diferenças entre a modernidade sólida e a modernidade líquida em sua relação com a identidade pessoal?

Para Bauman (apud REIS, 2005) a modernidade sólida foi marcada pelo domínio do Estado-Nação com a imposição de uma uniformização forçada sobre os múltiplos grupos étnicos. A identidade pessoal na modernidade sólida era definida a partir do nascimento em um determinado território nacional e deveria ser mantida durante toda a vida. Ou seja, ao nascer na França, Inglaterra ou Brasil, o indivíduo estava subordinado ao Estado-Nação, por isto a identidade pessoal era inscrita em uma 'identidade nacional'. Veja que nesta concepção de identidade há um esforço para a

construção da ideia de um 'nós' nacional, de um todo coletivo que se sobrepõe às particularidades individuais.

A partir do fim do século XX, esta modernidade sólida foi profundamente abalada por uma série de transformações sociais relacionadas ao processo de globalização da sociedade capitalista. Bauman argumenta que estas transformações acabaram por redefinir o problema da identidade pessoal uma vez que, liberto da imposição do Estado-Nação, o pertencimento a uma identidade não tem solidez, não é algo garantido por toda uma vida. Na modernidade líquida a identidade passa a ser uma escolha negociável e revogável e uma identidade 'sólida' passa a ser vista como um sinal de fracasso ou falta de alternativa. Ou seja, ao contrário do que ocorria na modernidade sólida, possuir uma única identidade pessoal por toda a vida deixa de ser valorizado.

De acordo com Reis (2005), Bauman compreende que somente aqueles que falharam e que não podem escolher o que desejam ser é que possuem 'identidades fixas'. Via de regra, essas identidades – que não são fruto da escolha –, humilham e estigmatizam, como os 'sem-terra' e os 'sem-teto'. Bauman, entretanto, não se atenta para o fato de que os grupos que se reconhecem como 'sem-teto' ou 'sem-terra' produzem essas identidades a partir de uma consciência política e se organizam para exigir transformações com o objetivo de combater as injustiças sociais. Ou seja, haveria um aspecto positivo na formulação dessas identidades que parece não ser considerado por Bauman.

Na visão de Bauman, a identidade aqui atuaria mais como rótulo e estigma, pois na 'modernidade líquida' somente os fracassados têm um projeto de vida único, somente os desprivilegiados são sólidos e fixos, enquanto que os ricos e poderosos têm a opção de escolherem o que desejam ser ou parecer.

Bauman compreende que o capitalismo planetário exige que os indivíduos sejam flexíveis, por isto a identidade pessoal precisa ser permanentemente reinventada. Ao construírem suas identidades pessoais, os indivíduos evitam o comprometimento com relacionamentos fixos, uma vez que a identidade deve estar sempre passível de ser substituída a qualquer momento. No entanto, a identidade que pode ser escolhida é um investimento que somente os ricos podem fazer. Isto quer dizer que aos pobres restam somente

as identidades estigmatizadas, aquelas que reforçam o caráter de exclusão social que vivem, uma vez que as identidades valorizadas – que são as identidades construídas a partir da posse de bens de consumo –, é um privilégio somente dos ricos.



Exemplificando

Em sua obra *Amor líquido* (2004), Bauman argumenta que a modernidade líquida impacta diretamente as relações humanas. Um exemplo estaria na forma de se viver as relações amorosas na contemporaneidade, pois, de acordo com Bauman, as pessoas atualmente têm medo de desenvolver relacionamentos mais profundos. A ideia de possuir um compromisso com alguém e ter um parceiro único para toda a vida tem encontrado muitas resistências, uma vez que a fluidez nas relações tem sido mais valorizada em um mundo em permanente movimento.

Bauman compreende que na modernidade líquida as pessoas não possuem comprometimento umas com as outras e, por isto, elas evitam os relacionamentos longos. Para o autor, é como se as pessoas preferissem uma maior 'quantidade' de relacionamentos do que 'qualidade' nos relacionamentos. Neste sentido, a ideia da frase dita nas cerimônias de casamento "sejam felizes para sempre", que se refere à perspectiva de que um casal se mantenha casado por toda uma vida, fosse algo cada vez mais distante da realidade.

Veja que Bauman possui uma visão que pode ser considerada conversadora. Pois o fato de duas pessoas se manterem casadas não necessariamente se vincula ao fato de ambas estarem felizes e satisfeitas com a relação. Neste sentido, Bauman esboça uma nostalgia com relação "aos tempos antigos", sem levar em consideração que muitas vezes as mulheres permaneceram casadas não por vontade própria, mas pelo fato de viverem uma sociedade patriarcal. Neste ponto Bauman não considera os avanços do feminismo para a libertação das mulheres e de outras possibilidades de relações afetivas e configurações familiares, como as relações que não são pautadas na monogamia e as relações homoafetivas, por exemplo.

O fim do Estado de Direito e as identidades

A modernidade líquida provocou o desmantelamento do Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*). O Estado do Bem-Estar Social

era abrangente quanto ao acesso aos serviços estatais e garantia os direitos à previdência social, auxílio desemprego, segurança, saúde e educação. Esse modelo de Estado garantidor de direitos começou a ser desconstruído com a emergência das políticas neoliberais a partir do final dos anos 1970, e ganhou força a partir dos anos 1980.

De acordo com a visão neoliberal de Estado, os indivíduos devem procurar soluções privadas para os seus problemas, uma vez que o Estado se isenta em garantir os direitos que eram assegurados pelo Estado de Bem-Estar Social. Ou seja, com o fim do Estado de Bem-Estar Social e o fortalecimento do neoliberalismo, as soluções para os problemas produzidos socialmente e sofridos coletivamente devem ser apresentadas pelos indivíduos e não mais pelo Estado.

O fim do Estado de Bem-Estar Social causou a diminuição da segurança que o indivíduo tinha com relação aos desafios a serem enfrentados em seu curso de vida. Ao garantir direitos básicos como educação, previdência e saúde, os indivíduos podiam investir em seus projetos de vida com a certeza de que diante do fracasso individual, a sociedade, através do Estado, garantiria suas necessidades básicas.

Já na modernidade líquida a segurança foi trocada por uma maior liberdade na construção das identidades pessoais, uma vez que na modernidade sólida as identidades tendiam a ser definidas pelos grupos e o indivíduo possuía poucas possibilidades de alterá-las.

Bauman (PALLARES-BURKE, 2004) afirma que na modernidade líquida e com o fim do Estado de Bem-Estar Social, os indivíduos foram abandonados aos seus próprios recursos, e todos devem procurar soluções biográficas para os desafios históricos.

Bauman (idem) relembra que durante a Segunda Guerra Mundial o governo da Inglaterra criou um programa de bem-estar social para minimizar os problemas decorrentes do conflito, como os milhões de desempregados. A concepção de Estado de Bem-Estar Social gravitava em torno da ideia de que a assistência social era necessária como uma medida temporária, uma vez que era fundamental assegurar segurança social para que as pessoas pudessem desenvolver suas trajetórias individuais e se tornarem prósperas. Nas palavras de Bauman, o Estado era obrigado a garantir uma espécie de seguro coletivo contra o infortúnio individual.

Mas com o fim do Estado de Bem-Estar Social e o avanço das políticas neoliberais que reduziram a presença do Estado ao mínimo, tudo se tornou temporário e inseguro para o indivíduo. Nas palavras de Bauman, “nossas instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades ‘auto-evidentes’” (PALLARES-BURKE 2004: 322).



Assimile

Nos países europeus onde o Estado de Bem-Estar Social deixou de existir houve um aumento da insegurança social. Este quadro de temor diante da não garantia dos direitos sociais pode ser tomado como uma das explicações para a aversão crescente aos imigrantes. Ou seja, alguns grupos de indivíduos europeus veem a entrada de imigrantes como uma ameaça. É por isto que os imigrantes, principalmente os clandestinos, são excluídos dos benefícios sociais e tendem a ter menos chances em conseguirem bons empregos.

Veja que mesmo com a mudança da concepção de identidade atrelada ao Estado-Nação ocorrida na modernidade líquida, diante de fenômenos tais como o aumento da presença de imigrantes, ressurgem nacionalismos e defensores de uma identidade homogênea. Pois ainda que os Estados-Nações tenham se fragilizado com a globalização, é impossível dizer que os indivíduos são livres para escolherem qualquer país para fixar moradia. Ainda há um controle muito grande das fronteiras e, via de regra, os imigrantes, embora necessários como mão de obra barata, são tratados com preconceito e desconfiança. Em suma, as identidades clandestinas e estrangeiras carregam um estigma negativo e condenam os seus portadores a uma situação de exclusão social direta ou indireta.

Identidade e vida social na era da modernidade líquida

Bauman argumenta que com a globalização o Estado não está mais conectado de forma sólida à nação. Isto ocorre devido ao processo de erosão da soberania nacional. Ou seja, não existe mais a necessidade de que um sentimento de pertencimento comum seja disseminado por toda a população. Por isto, o fervor patriótico é desnecessário e substituído pelo sucesso no mercado, uma vez que

o capital não se restringe a uma localização específica. Por exemplo, um grupo de capitalistas pode distribuir seus investimentos por todo o planeta e não exclusivamente em um único país.

Lembre-se que a identidade alicerçada sobre o Estado Nação tentava promover um sentimento de unidade e coesão com o objetivo de integrar todos os indivíduos de um determinado país. Mas com a globalização o número de pessoas desnecessárias para o funcionamento econômico aumentou e, por isto, elas não precisam ser mais integradas. Isto ocorre porque durante a formação do Estado Nação o capitalismo se encontrava em uma fase em que era preciso explorar o maior número possível de mão de obra. Isto mudou, pois ao capitalismo da fase globalizada não interessa mais explorar toda a mão de obra e, em consequência disso, um número cada vez maior de pessoas são simplesmente excluídas. Ao trocar a exploração dos indivíduos pela exclusão, aumenta-se a pobreza e a desigualdade.

Nesta fase atual da modernidade líquida o Estado perde o papel de protetor e mantenedor do indivíduo, já que todos estão lançados à sua própria sorte e fracasso ou à condição de miséria de um indivíduo, que não é mais vista como uma responsabilidade do Estado e sim como culpa e apatia da própria pessoa que se encontra nesta situação.

De acordo com Reis (2015), Bauman aponta para alguns efeitos colaterais deste processo de desintegração da identidade vinculada ao Estado-Nação. Um deles é o perigo dos fundamentalismos, uma vez que os excluídos podem buscar por proteção em comunidades religiosas. O crescimento de seitas e a adesão de jovens ocidentais aos grupos islâmicos extremistas são compreendidos por ele como uma resposta e reação ao vácuo deixado pela erosão da proteção antes efetuada pelo Estado.

Para Bauman os vínculos humanos tornaram-se frágeis e a construção da identidade está diretamente ligada ao consumo. A diferença entre os indivíduos é marcada pelo poder de consumo de cada um, pois consumir significa ser 'original' e integrado à sociedade de mercado capitalista. Já aqueles que não têm dinheiro serão colocados à margem (BAUMAN, 2005 apud REIS, 2015).

Na modernidade líquida a identidade pessoal precisa ser 'inventada', e 'escolhida', mas isto ocorre por imposição da

sociedade globalizada. Em suma, a identidade pessoal precisa estar sempre pronta para se adequar às rápidas transformações em curso na sociedade e, por isso, ao invés de uma identidade fixa, o que deve prevalecer é o seu aspecto vulnerável e revogável.

Na fase globalizada do capitalismo o mundo do trabalho é altamente competitivo, e cabe a cada empregado demonstrar sua competência e iniciativa para manter o emprego. Com isso a classe operária perdeu sua capacidade de mobilização política, uma vez que não existiria mais a perspectiva de se alcançar uma sociedade melhor, mas somente preocupações individuais em torno da manutenção do emprego. Isto não quer dizer que não haja descontentamento social, ou seja, por certo que há muitos grupos descontentes e críticos com relação às desigualdades e injustiças da globalização. No entanto, este descontentamento social está dissolvido em grupos e categorias (profissões, gerações, gêneros), o que leva a um enfraquecimento político geral, pois cada grupo e categoria tende a elaborar reivindicações próprias sem conseguirem promover grandes transformações sociais.

Apesar da descrição lúcida e um tanto pessimista, de acordo com Reis (idem), Bauman é um crítico da modernidade líquida, que provocou o desaparecimento da preocupação com a injustiça econômico-social e aumentou o crescimento da desigualdade. Para Bauman, o dinheiro não proporciona reconhecimento político-social, reconhecimento de direitos e cidadania plena.

Identidade como liberdade de escolha e segurança?

Como observa Mocellim (2007), para Bauman a modernidade sólida foi uma tentativa de controle racional do mundo, tudo deveria ser conhecido e categorizado para, então, ser controlado, pois o projeto moderno tinha como objetivo eliminar a ambivalência. Ao contrário, a modernidade líquida é o mundo em descontrole. Se na modernidade sólida a diferença era vista como desconfiança, na modernidade líquida a diferença se torna uma exigência e todos devem ser indivíduos particulares.

Na modernidade líquida todos devem ser distintos através de seus próprios recursos. Isto quer dizer que a construção da identidade ocorre principalmente através do consumo. Como o consumo é passageiro, o indivíduo também se torna algo

móvel e passageiro. Sem a obrigatoriedade de uma conduta em conformidade com uma comunidade específica, o indivíduo se torna livre, mas essa liberdade é relativa na medida em que suas opções de construção da individualidade são limitadas pelo consumo. A liberdade para se distinguir se tornou significativa, mas o indivíduo tem o dever de ser único.

De acordo com Mocellim (2007), Bauman compreende que o consumo assume uma importância central na construção da individualidade no período atual. Esta centralidade não se localiza propriamente no dinheiro, mas sim no ato de consumo. Na modernidade líquida o consumo se torna a principal fonte de satisfação e as relações sociais são objetificadas. Ou seja, as relações são reduzidas a relações de consumo.

A identidade pessoal só pode ser assumida através da posse de determinados objetos de consumo. A compreensão de Bauman é que a individualidade está condicionada à posse de objetos específicos, pois é o consumo constante o que permite que alguém se torne indivíduo.

Se por um lado a identidade pessoal é fortemente marcada pela liberdade, uma vez que o indivíduo da modernidade líquida não está mais preso às determinações do Estado-Nação, esta liberdade está fundamentada no consumo. Somente através do consumo é que um indivíduo pode se construir como sujeito e encontrar alguma ilusão de segurança.

Num mundo instável as identidades também se tornaram instáveis e híbridas (apud MOCELLIM, 2008). As identidades não são mais determinadas por grupos específicos e também deixam de ser o foco de estabilidade do mundo social, pois são deslocadas de um vínculo local. A identidade se transformou em uma tarefa individual submetida a uma construção ininterrupta. Na modernidade líquida, a identidade não é mais necessariamente atribuída por um coletivo e, por isto, existe certa liberdade para o indivíduo, pois é possível construir uma identidade pessoal sem precisar necessariamente seguir padrões socialmente impostos.

Mas como temos visto, essa liberdade é relativa, uma vez que o seu exercício está vinculado a seu poder de consumo. Aqueles que não podem consumir dificilmente conseguirão construir uma identidade pessoal tal como desejam. Aos excluídos deste mundo

de consumo restam as identidades subalternizadas, negativas ou estigmatizadas, por exemplo 'os moradores de rua', 'os desempregados', 'os analfabetos', etc.

Para Bauman a globalização ou modernidade líquida aumentou a injustiça e a desigualdade social, e pouco se fala em distribuição de riqueza, por isto o grande desafio continua sendo a superação da miséria humana. Em suma, em um mundo que se organiza em torno do consumo, as identidades se tornaram também algo a ser consumido.



Refleta

Você já refletiu sobre a questão "quem sou eu?" Como a sua identidade pessoal foi construída? Houve liberdade em suas escolhas? O que lhe impede e o que contribui para que você se torne quem você deseja ser? Qual o papel que o *outro* ocupa na construção do seu eu?



Pesquise mais

Caro aluno, você pode compreender mais a respeito das ideias de Zygmunt Bauman sobre identidade com a leitura da resenha *Identidades líquidas* (SZWAKO 2006), baseada na obra **Identidade** do sociólogo polonês.

Disponível em: <<https://goo.gl/hEBrRm>>. Acesso em: 10 junho 2018.

Sem medo de errar

Na situação-problema desta seção foi pedido para que você, como sociólogo que compõe uma equipe de atendimento aos imigrantes no Brasil, elaborasse um texto para ser veiculado na mídia cujo objetivo é minimizar os preconceitos com pessoas de outros países que procuram se estabelecer no nosso país. Abaixo, seguem algumas indicações de como um texto dessa natureza poderia ser construído:

- Pode ser indicado o fato de o Brasil ter recebido ao longo de sua história inúmeros imigrantes. Ou seja, os imigrantes contribuíram com a formação do país e é também por causa deles que temos uma incrível diversidade cultural.

- Outro elemento importante diz respeito ao fato de que todo tipo de preconceito deve ser superado. Neste sentido, o texto pode indicar que ao invés de se posicionar contrariamente à presença de imigrantes no país ou de rotulá-los como clandestinos é preciso atentar para o fato de essas pessoas possuírem trajetórias de vida que precisam ser valorizadas e que possuem liberdade para construir suas identidades pessoais, para além das fronteiras de seus países de origem.

- O texto pode conter uma mensagem especial aos possíveis empregadores dos imigrantes recém-chegados ao país. O texto pode apresentar uma mensagem de estímulo para a contratação dos imigrantes, ressaltando que a inserção no mercado de trabalho é algo fundamental para a garantia da sobrevivência e dignidade dessas pessoas. Pode ser escrito no texto algo referente às contribuições que pessoas oriundas de outros contextos culturais podem agregar ao ambiente de trabalho, por exemplo.

- O texto também pode incentivar os brasileiros a construir laços de sociabilidade com os imigrantes, valorizando a convivência com estas pessoas ou apenas colocando-se como disponíveis para fornecer informações a respeito das diversas situações presentes no cotidiano. O texto também pode incentivar os brasileiros a ensinarem a língua portuguesa para essas pessoas, uma vez que o aprendizado da língua do país em que elas se estabelecem é um aspecto importante nesses contextos.

- Por último, o texto pode conter uma mensagem que indique que os fluxos migratórios fazem parte de uma realidade mundial, um fenômeno muito característico da globalização. Ou seja, o Brasil não é o único país que precisa enfrentar de forma harmoniosa esta situação. Neste sentido, não há nenhum risco para o país com a presença dessas pessoas e, por isto, não faz sentido mobilizar nacionalismos exacerbados, uma vez que cada vez mais somos cidadãos do mundo.

No entanto, o texto deve apontar para uma prática de tolerância com relação às manifestações identitárias dos imigrantes,

manifestações estas que podem mobilizar exatamente o pertencimento destas pessoas a outros países.

Neste sentido, se os imigrantes escolhem evidenciar seu pertencimento a um determinado país, afirmando-se como haitianos, venezuelanos ou angolanos, isto não deve ser compreendido como algo negativo e, sim, como uma liberdade de construção identitária para a qual estas pessoas têm direito. O que deve ser evitado é a atribuição do termo 'clandestino' ou 'ilegal' a estas pessoas, pois tendem a reforçar preconceitos e estereótipos, e não a valorização de identidades múltiplas.

Faça valer a pena

1. Independentemente de ser caracterizada como modernidade sólida ou líquida, o fato é que houve muitas transformações com o acirramento da globalização e com o avanço nas tecnologias de comunicação e transporte. É impossível negar tais mudanças e que estamos diante de uma sociedade fluida e em constante transformação. Em tal contexto, não é de se estranhar que as identidades pessoais também passassem por transformações.

Com relação às transformações na identidade pessoal na passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida de acordo com Bauman, escolha a alternativa correta:

- a) A identidade pessoal na modernidade líquida é definida a partir do nascimento em um determinado território nacional e deveria ser mantida durante toda a vida.
- b) A modernidade sólida foi marcada pelo domínio do Estado-Nação com a imposição de uma uniformização forçada sobre os múltiplos grupos étnicos.
- c) A partir do fim do século XX a modernidade líquida foi profundamente abalada por uma série de transformações sociais relacionadas ao processo de globalização da sociedade capitalista.
- d) Na modernidade líquida possuir uma única identidade pessoal por toda a vida passa a ser valorizado.
- e) Bauman argumenta que as transformações sociais ocorridas na passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida não abalaram as identidades pessoais.

2. O filme *Trainspotting* (1996) começa com Mark Renton (Ewan McGregor) e seus amigos correndo pelas ruas de Londres, perseguidos pela polícia. Mark narra o texto abaixo durante a fuga:

"Escolha vida. Escolha um emprego. Escolha uma carreira. Escolha uma família. Escolha uma TV grande. Escolha máquinas de lavar, carros, CD players e abridores de lata elétricos. Escolha uma boa saúde, baixo colesterol e seguro odontológico. Escolha pagar financiamento. Escolha um lar. Escolha seus amigos. Escolha roupas da moda que combinem com sua bagagem. Escolha relaxar e questionar quem você é numa manhã de domingo. Escolha sentar no sofá e assistir a torpes programas de auditório, enfiando "junk-food" goela à baixo. Escolha apodrecer no fim de tudo, numa casa escrota, como uma vergonha para os filhos egoístas que você gerou para substituí-lo. Escolha seu futuro. Escolha vida"

A partir do trecho citado acima e das críticas de Bauman à modernidade líquida, escolha a alternativa correta:

- a) A liberdade de escolha destacada no trecho citado é uma das características da modernidade sólida, conceito elaborado por Bauman para explicar a centralidade do consumo na contemporaneidade.
- b) Bauman faz um elogio à sociedade líquida demonstrando como o consumo é libertador e garantidor da felicidade, algo que pode ser também verificado no trecho citado.
- c) De acordo com as ideias de Bauman, a modernidade líquida é marcada pelo controle sobre as liberdades individuais, por isto o trecho acima citado aparece como uma utopia não realizada na contemporaneidade.
- d) O trecho acima citado pode ser associado à crítica que Bauman elabora à sociedade líquida, já que para o pensador polonês a identidade pessoal na contemporaneidade está diretamente vinculada ao consumo.
- e) Bauman localiza no consumo a grande causa da destruição do Estado de Bem-Estar Social, uma vez que de acordo com as políticas neoliberais que entraram em vigência nas últimas décadas o consumo deve ser controlado e limitado.

3. Nas palavras de Bauman, "na época da modernidade sólida, quem entrasse como aprendiz nas fábricas da Renault ou da Ford iria com toda a probabilidade ter ali uma longa carreira e se aposentar aos 40 ou 45 anos. Hoje em dia, quem trabalha para Bill Gates por um salário talvez cem vezes maior não tem ideia do que poderá lhe acontecer dali a meio ano! E isso faz uma diferença incrível em todos os aspectos da vida humana" (Trecho da entrevista de Zygmunt Bauman a PALLARES-BURKE, Maria L. G. 2004: 322).

A partir do trecho acima citado e das ideias de Bauman a respeito das transformações na contemporaneidade, escolha a alternativa correta:

- a) O trecho acima citado faz uma crítica muito contundente às relações de trabalho colocadas em prática na modernidade líquida, principalmente, no que diz respeito à falta de segurança dos trabalhadores em seus empregos.
- b) O trecho acima citado aponta para o avanço das relações de trabalho, pois atualmente os trabalhadores ganham mais e possuem mais segurança em seus empregos.
- c) O trecho acima citado faz um elogio à modernidade líquida, que libertou os trabalhadores do regime de quase escravidão ao qual estavam submetidos até o fim do século XX.
- d) Bauman desconsidera em suas análises as transformações ocorridas no mundo do trabalho, uma vez que, para ele, as principais mudanças foram culturais.
- e) Bauman faz um elogio aos salários pagos por alguns empregadores, como Bill Gates, demonstrando como houve melhorias nas relações de trabalho na passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida.

Seção 3.3

Outros teóricos e problemas da identidade

Diálogo aberto

Em uma sociedade fortemente marcada pelos avanços tecnológicos e pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, as identidades pessoais tendem a se dinamizar e assumir contornos específicos. No entanto, em uma sociedade marcada por desigualdades históricas, como a brasileira, as identidades estão diretamente associadas às conquistas de direitos e reversão de imagens negativas.

No contexto de aprendizagem desta unidade vimos que o termo clandestino é uma classificação negativa de imigrantes que estão distantes de seus países de origem. Talvez uma pessoa em situação de clandestinidade ou de refúgio – caso de pessoas que foram obrigadas a saírem de seus países por questões políticas, por exemplo – seja mais vulnerável às representações negativas na construção de sua identidade.

Este parece ser o caso de Pierre Dominique, um jovem refugiado do Haiti que vive em Manaus (AM), onde trabalha vendendo água e picolés nos semáforos. Pierre está cansado de ouvir piadas racistas nas ruas da cidade. Ele decidiu prestar um vestibular específico para refugiados em uma universidade pública do interior de São Paulo para cursar Ciências Sociais. Seu objetivo é desenvolver um projeto de pesquisa sobre o racismo sofrido pelos refugiados como ele e, de maneira geral, pela população negra no Brasil. Na situação-problema desta seção você deve apresentar subsídios que colaborem com o projeto de pesquisa de Pierre Dominique, indicando as dificuldades enfrentadas na construção das identidades por parte das populações negras no país. Para resolver esta situação-problema, você deve ler atentamente o conteúdo disponível no item *Não pode faltar*. Bons estudos!

Castells: identidade fragmentada e múltipla de uma sociedade em rede

Nesta unidade conheceremos alguns teóricos que, além de Zygmunt Bauman, contribuíram enormemente para a discussão a respeito das identidades na contemporaneidade. Começaremos com Manuel Castells, um sociólogo catalão (a Catalunha é uma comunidade autônoma da Espanha). Entre as várias obras publicadas, Castells é autor da trilogia *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*, composta por *A sociedade em rede* (1999a), *O poder da identidade* (1999b) e *Fim de milênio* (1999c). Nessas obras o autor analisa as transformações no mundo contemporâneo diante da expansão da informação com as sociedades conectadas em rede. Nesta seção iremos compreender especificamente alguns de seus argumentos presentes no segundo livro da trilogia, *O poder da identidade*.

Para Castells a identidade é sempre construída em contextos marcados por relações de poder. Ele identifica três formas de identidades passíveis de serem construídas: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto.

A primeira forma de construção de identidades, a legitimadora, é definida pelo autor como as identidades disseminadas pelas instituições dominantes, com o objetivo de manter tal dominação. Um exemplo de identidade legitimadora é aquela forjada pelos Estados-Nações na construção do projeto de unificação, a partir da ideia de uma identidade comum para um dado território. Ou seja, ao disseminar uma única identidade como representativa de todo um território, negando identidades particulares, o Estado-Nação procura legitimá-la a fim de manter a coesão necessária para a efetivação de seu projeto de domínio e administração territorial.

Por sua vez, a identidade de resistência deve ser compreendida como uma identidade que ocorre em reação à identidade legitimadora. Ou seja, a identidade de resistência é a negação diante de uma identidade legitimadora, ou seja, é reflexo do não reconhecimento diante de uma identidade dominante. De maneira geral, as identidades de resistência são formadas por grupos historicamente estigmatizados e excluídos. Estes grupos podem

criar e se organizar em comunidades locais construídas a partir da ação coletiva e mantidas pela memória coletiva. Tais identidades expressam formas distintas da sociabilidade dos grupos dominantes, modos de vida alternativos aos impostos pelo modelo capitalista. Pensando na realidade social brasileira, talvez possamos exemplificar a identidade de resistência com a formação dos quilombos: comunidades formadas por escravos fugidos e outros segmentos da sociedade colonial (brancos pobres, indígenas) que, em geral, tratava-se de uma organização que resistia aos dominadores e padrões brancos.

Por fim, Castells compreende a identidade de projeto como aquela que, além de negar, produz uma nova identidade. Isto ocorre quando, a partir da identidade de resistência, se passa a ocorrer uma mobilização política em que as identidades extrapolam os limites das comunidades locais e se apresentam como uma força política articulada em contextos mais abrangentes. Por exemplo, o movimento social dos remanescentes dos quilombos (os quilombolas). Ao reivindicarem a demarcação territorial de áreas que vêm ocupando tradicionalmente há centenas de anos, estes quilombolas estariam mobilizando uma identidade de projeto. Em suma, se a formação dos quilombos representou, no Brasil colonial, a emergência de uma identidade de resistência, o movimento social dos quilombolas na atualidade representa no Brasil contemporâneo a articulação de uma identidade de projeto. O movimento indígena no Brasil também mobiliza identidades de projeto, pois visa produzir transformações sociais concretas a partir da luta por direitos historicamente negados.

Castells (1999b: 22) compreende que a identidade é um processo de construção de significado que tem como base um atributo cultural ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significado. Ele reconhece que um indivíduo pode ter identidades múltiplas, ainda que estes casos sejam fortemente marcados por tensão e contradição. Por exemplo, uma mulher indígena pode se reconhecer como pertencente à sua etnia e como feminista: a identidade indígena será acionada para marcar diferença com relação a uma mulher não indígena e, ao mesmo tempo, ela poderá – como feminista – acionar sua identidade como mulher diante de homens indígenas e não indígenas.

Em suma, a mobilização de uma identidade ocorrerá de acordo com o contexto relacional em questão e, em uma sociedade fortemente marcada pela informação como a nossa, as identidades tendem a se multiplicar e a se fragmentar.

Hall: identidade cultural na pós-modernidade

Stuart Hall é um teórico cultural jamaicano radicado na Inglaterra, que faleceu em 2014. Hall é reconhecido internacionalmente por suas reflexões acerca do problema da identidade na contemporaneidade. Hall afirma que na pós-modernidade – conceito que equivaleria ao período da modernidade líquida, de acordo com Zygmunt Bauman – as identidades não se referem mais à grupos fechados ou apenas às identidades étnicas (HALL, 2005). A questão das identidades torna-se, então, um problema muito relevante para a sociedade contemporânea.

Stuart Hall distingue as concepções de identidade vigente de acordo com períodos históricos específicos. Isto quer dizer que para Hall cada época produziu uma concepção de identidade particular. São três as concepções de identidade para o autor: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

De acordo com Hall, o sujeito do Iluminismo era compreendido como um indivíduo dotado de razão, centrado e unificado. A identidade era vista, neste período, como uma essência e não passível de transformação, uma vez que ela ‘nasce’ e permanece com o sujeito durante toda a sua vida. Tal concepção acerca da identidade perdurou entre a emergência do Iluminismo, no século XVIII, até o período de formação e consolidação dos Estados-Nações, já no final do século XIX.

Já a identidade do sujeito sociológico partia da premissa que a autonomia individual é relativa, uma vez que sua identidade é formada na interação com o outro, em um processo de socialização que é construído ao longo da vida. Essa premissa foi formulada na virada do século XIX para o século XX com a consolidação da Sociologia, principalmente, através de Émile Durkheim. O argumento de Hall é que tanto a identidade iluminista, quanto a identidade do sujeito sociológico, está alicerçada em uma concepção de identidade permanente e fixa.

Para Giddens a modernidade tardia é fortemente marcada pela reflexividade, ou seja, pela possibilidade que os indivíduos têm de refletir acerca de seus posicionamentos e posturas. A reflexividade incide sobre a construção das identidades, uma vez que os indivíduos podem abandonar ideias que têm sobre si próprios, rever costumes e escolher outros significados para a vida.

De acordo com Giddens, uma das características mais marcantes da modernidade tardia é a necessidade que os indivíduos têm em fazer escolhas. Giddens chega a afirmar que somos obrigados a escolher um estilo de vida (GIDDENS, 2002, p. 79). Mas o que é exatamente um estilo de vida? Nos termos de Giddens, um estilo de vida é o conjunto de práticas que o indivíduo exerce em suas ações cotidianas: formas de vestir, de comer, lugares frequentados, hábitos de consumo, etc.

Em suma, um estilo de vida compõe uma identidade individual. No entanto, estas práticas podem se alterar. Por exemplo, um indivíduo pode trocar sua dieta alimentar, pode deixar de fazer exercícios, ou ao contrário, pode iniciar-se em uma atividade física e abandonar o sedentarismo. Ou seja, as rotinas podem ser alteradas com novas escolhas e, com isso, a identidade individual pode ser alterada substancialmente.

Para Giddens, na modernidade tardia as escolhas sobre como agir e sobre quem ser mudam constantemente e, dessa forma, as identidades individuais são passíveis de transformação. Um indivíduo pode refletir (exercer a reflexividade) a respeito de suas escolhas e reconstruir a imagem que tem sobre si mesmo. Estilos de vida podem ser abandonados e práticas sociais podem ser revistas.

A identidade individual deixou ter um caráter estático ou estanque, pois se em outras épocas históricas não era possível para o indivíduo se desvencilhar das determinações sociais (por exemplo, um indivíduo não podia exercer práticas sociais diferentes do grupo no qual estava inserido), na modernidade tardia há alguma liberdade de escolha e possibilidade constante de reconstrução do indivíduo ou da imagem que ele tem de si próprio.

No entanto, essa liberdade não é tão grande assim. Ou seja, as determinações ainda existem. Isto porque a escolha de um determinado estilo de vida não está pautada somente em uma atitude individual, pois há pressões sociais sobre o indivíduo e

Devido às transformações ocorridas na pós-modernidade essas identidades entraram em colapso, em crise, ou ainda, sofreram um deslocamento. Desse modo, a identidade estava atrelada ao pertencimento ao Estado-Nação e, com isso, possuía fronteiras bem definidas. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, surgem vários movimentos de emergência de identidades até então subalternizadas – minorias étnicas – que passam a problematizar e questionar a relação estanque entre o Estado-Nação e uma única identidade. A este movimento de afirmação das minorias étnicas sobrepõe-se um processo de flexibilização das fronteiras até então muito bem delimitadas, pois o aumento do fluxo de pessoas e bens no momento de globalização do capital irá permitir que as identidades não fossem construídas apenas a partir de referências territoriais demarcadas. Por isso, Hall compreende que a identidade do sujeito pós-moderno não é mais fixa ou permanente.

Para Hall, na pós-modernidade a vida social tornou-se mediada pelo mercado e pelos sistemas de comunicação interligados globalmente. A configuração social de nossa época faz com que as identidades se tornem desvinculadas de tradições, histórias e lugares, e sejam formadas e transformadas a todo tempo. Tal ordem das coisas permite que o sujeito assuma identidades diferentes em diferentes momentos, ou seja, as identidades não são mais unificadas. Pelo contrário, de acordo com Hall somos habitados por identidades contraditórias que são continuamente deslocadas (HALL, 2005).

Giddens: identidade e a constituição da sociedade

Giddens (2002, apud MOCELLIM, 2008) identifica como modernidade um modo de vida surgido na Europa por volta do século XVII, que se consolidou e se expandiu com o capitalismo industrial por todo o planeta. No entanto, a atual fase da modernidade para Giddens é denominada tardia.

Na modernidade tardia as identidades não são mais localizadas ou relacionadas aos grupos locais, pois as identidades se tornaram globais. Uma das características mais marcantes da identidade na modernidade tardia é o fato de que os indivíduos podem acessar informações de uma maneira muito facilitada. Este acesso às informações possibilita uma constante reformulação das identidades e, também, das práticas sociais.

Para Giddens a modernidade tardia é fortemente marcada pela reflexividade, ou seja, pela possibilidade que os indivíduos têm de refletir acerca de seus posicionamentos e posturas. A reflexividade incide sobre a construção das identidades, uma vez que os indivíduos podem abandonar ideias que têm sobre si próprios, rever costumes e escolher outros significados para a vida.

De acordo com Giddens, uma das características mais marcantes da modernidade tardia é a necessidade que os indivíduos têm em fazer escolhas. Giddens chega a afirmar que somos obrigados a escolher um estilo de vida (GIDDENS, 2002, p. 79). Mas o que é exatamente um estilo de vida? Nos termos de Giddens, um estilo de vida é o conjunto de práticas que o indivíduo exerce em suas ações cotidianas: formas de vestir, de comer, lugares frequentados, hábitos de consumo, etc.

Em suma, um estilo de vida compõe uma identidade individual. No entanto, estas práticas podem se alterar. Por exemplo, um indivíduo pode trocar sua dieta alimentar, pode deixar de fazer exercícios, ou ao contrário, pode iniciar-se em uma atividade física e abandonar o sedentarismo. Ou seja, as rotinas podem ser alteradas com novas escolhas e, com isso, a identidade individual pode ser alterada substancialmente.

Para Giddens, na modernidade tardia as escolhas sobre como agir e sobre quem ser mudam constantemente e, dessa forma, as identidades individuais são passíveis de transformação. Um indivíduo pode refletir (exercer a reflexividade) a respeito de suas escolhas e reconstruir a imagem que tem sobre si mesmo. Estilos de vida podem ser abandonados e práticas sociais podem ser revistas.

A identidade individual deixou ter um caráter estático ou estanque, pois se em outras épocas históricas não era possível para o indivíduo se desvencilhar das determinações sociais (por exemplo, um indivíduo não podia exercer práticas sociais diferentes do grupo no qual estava inserido), na modernidade tardia há alguma liberdade de escolha e possibilidade constante de reconstrução do indivíduo ou da imagem que ele tem de si próprio.

No entanto, essa liberdade não é tão grande assim. Ou seja, as determinações ainda existem. Isto porque a escolha de um

determinado estilo de vida não está pautada somente em uma atitude individual, pois há pressões sociais sobre o indivíduo e a própria dimensão econômica da vida, que pode tanto limitar como ampliar suas possibilidades de escolha. Isto quer dizer que embora haja possibilidade de escolha, estas são socialmente influenciadas. O indivíduo pode escolher dentro de um conjunto limitado de possibilidades.

Em suma, não se trata somente de uma questão de vontade individual, pois as escolhas são determinadas pelas condições socioeconômicas do indivíduo. Por exemplo, um trabalhador mal remunerado não terá muitas opções de escolha, não poderá adotar certos estilos de vida, não poderá frequentar certos lugares e consumir certos bens de consumo e terá, portanto, uma identidade individual definida não pelas suas escolhas individuais, mas pelas condições materiais concretas que possui.



Assimile

Castells, Giddens e Hall são teóricos que formulam reflexões importantes acerca das identidades em uma época marcada por muitas transformações sociais. É importante notar que o conceito de modernidade tardia de Giddens e o de pós-modernidade de Stuart Hall se equivalem: ambos indicam que vivemos em um momento marcado pelo avanço das tecnologias e dos meios de transporte. Diante de tais transformações a identidade também se transformou. Desse modo, os três teóricos – a despeito de algumas diferenças nas conceituações – compreendem que as identidades na contemporaneidade são fluidas e fragmentadas. Em suma, os indivíduos possuem alguma liberdade na construção de suas identidades pessoais e podem alterá-la ao longo de sua vida, possibilidade que não existia em outras épocas históricas.

A construção das identidades negras e indígenas no Brasil

De acordo com Munanga (2003) a identidade negra no Brasil deve ser compreendida como o resultado de um processo histórico que tem seu início com a invasão, no século XV, do continente africano pelos navegadores portugueses. Os povos que habitavam diferentes regiões do continente africano foram capturados, sequestrados e trazidos como escravos para o Brasil. A história da chegada dos povos africanos ao Brasil é muito diferente da história de outros povos que também chegaram ao

país, como os japoneses, chineses, judeus, árabes e os povos europeus, como alemães e italianos.

Qual a diferença mais específica no processo de ingresso desse grupo a nossa sociedade? O fato de que somente aos negros foi atribuída uma identidade negativa. Ou seja, o Brasil ao longo de sua história além de ter escravizado os negros também construiu uma imagem negativa sobre essa população.

Como observa Munanga, a formação da identidade nacional no Brasil procurou eliminar as diversidades étnicas e biológicas, por isso negros e indígenas vêm sofrendo, desde o início da história do país, com a imagem negativa produzida pela sociedade branca sobre eles.

Os teólogos dos séculos XVI e XVII e os filósofos iluministas do século XVIII discutiam se os negros e indígenas eram bestas ou seres humanos como os europeus. Estas discussões, como pondera Munanga, acabaram dando origem à classificação absurda da diversidade humana em raças superiores e inferiores. Esta é a origem do racismo ou racialismo que, infelizmente, repercute até os dias atuais.

No entanto, a população negra, mais do que criar uma identidade de resistência, criou uma identidade de projeto, para usarmos os termos de Castells (1999b). Como observa Munanga, foi através do movimento de negritude que os povos negros tomaram consciência da sua condição, podendo, assim, afirmar e reabilitar suas identidades culturais. O movimento de negritude foi importante para reverter a imagem projetada sobre as identidades negras, numa lógica de positivação dos aspectos considerados negativos pelo padrão dominante.

De acordo com Munanga, a valorização e o orgulho do fato de ser negro promoveu um movimento de desconstrução da inferiorização historicamente introjetada pela sociedade branca, além de ter sido um elemento fundamental para a construção das identidades negras formuladas a partir do que se convencionou chamar de 'diáspora'.

Segundo Assis e Canen (2004) o Brasil é um país marcado, desde a sua origem, por relações assimétricas de poder estabelecidas entre as diferentes matrizes culturais aqui existentes e que fundaram o povo brasileiro. Foi devido a essas

relações assimétricas de poder que se verificou um processo equivocadamente de hierarquização dos tipos “raciais” no país e que, ainda hoje, é responsável pela disseminação de estereótipos, estigmas e preconceitos que marcam povos indígenas e negros.

Pelo fato do racismo ser uma realidade social, alguns intelectuais defendem o uso e a incorporação da categoria raça nas análises das Ciências Sociais compreendendo-a como um fenômeno socialmente construído e não biologicamente predeterminado. Dessa forma, ser negro não se resume apenas aos componentes biológicos (por exemplo, nossos fenótipos), mas sim é parte de uma construção identitária na qual a identificação racial é também social e culturalmente construída. Assis & Canen (2004) também afirmam que o conceito de ‘africanidade’, assim como o termo negritude, invoca alguns aspectos linguísticos, religiosos e culturais que podem ser mobilizados na construção positiva da identidade negra.

Por isso, devemos levar em consideração o tratamento histórico desigual dado aos negros para, enfim, compreender a importância das medidas de políticas de ações afirmativas. Ou seja, essas políticas, como o estabelecimento de cotas para negros em universidades públicas ou outras ações de acesso a serviços por parte dos grupos marginalizados, é uma forma de garantir para esta população direitos historicamente negados. Neste sentido, não se trata de duvidar da capacidade intelectual dessa população, pois diferentemente do que argumentam aqueles que são contrários aos sistemas de cotas, a medida não diminuiu a qualidade no ensino superior e possibilita reconhecer que o Estado brasileiro não forneceu as condições socioeconômicas necessárias para que estes grupos populacionais disputem o acesso à universidade pública em pé de igualdade com os setores privilegiados da nossa sociedade.

Vale lembrar também que o sistema de cotas é uma das reivindicações históricas do Movimento Negro e, portanto, atende a uma demanda específica desta população a um nível do sistema de ensino que muitos negros foram alijados.



Como relembra Heringer (2002), o Brasil foi o último país do mundo a abolir o trabalho escravo de pessoas de origem africana, em 1888. Os ex-escravos não foram devidamente integrados à sociedade brasileira, e esta exclusão social repercute nas condições de vida desta população até os dias atuais.

A desigualdade racial pode ser verificada, por exemplo, nos indicadores associados ao desempenho de brancos e negros no mercado de trabalho. Em São Paulo, a maior cidade do país, a taxa de desemprego entre os homens brancos em 1999 era de 13,8%, enquanto para os homens negros era de 20,9% (INSPIE/DIEESE/AFI-CIO apud HERINGER, 2002). Quando analisamos a situação das mulheres negras no mercado de trabalho os indicadores são ainda piores: 56,3% das mulheres negras eram domésticas ou mensalistas em 1999.

Tais dados contestam um mito que foi largamente propagandeado no país durante décadas, qual seja, o de que no Brasil existiria uma 'democracia racial'. Uma abordagem crítica da situação social da população negra no país revela que esta população é a maior vítima da violência policial, possui condições de vida muito piores que a população branca e enfrenta muitas dificuldades em acessar direitos básicos como educação e saúde. Além de, estatisticamente, este grupo populacional demonstra desvantagens educacionais, locacionais e ocupacionais em relação ao grupo classificado 'racialmente' como branco.

Tendo considerado alguns aspectos da construção das identidades negras no Brasil, vejamos agora um pouco a respeito da construção das identidades indígenas. A história do contato entre os invasores portugueses e os povos autóctones que viviam neste território foi marcada pela violência. Estima-se que em 1500 viviam por aqui cerca de oito milhões de pessoas; este número, no entanto, pode aumentar dependendo da pesquisa que se considere. Vale dizer que o termo 'índio' não se trata de uma autodenominação. Ou seja, nenhum dos grupos que aqui viviam se reconheciam como índio. Em suma, não existia nenhum 'índio' por aqui. Tal designação foi atribuída pelos portugueses que pensaram ter chegado às Índias e, por isto, denominaram estes povos de 'índios'.

A chegada dos europeus neste território, que passou a ser chamado de Brasil, marcou o início da destruição dos povos autóctones e suas culturas, um processo conhecido como etnocídio. As mortes ocorreram por conta das guerras que os portugueses travaram contra os indígenas, mas também por conta do contágio com uma série de doenças para as quais estas populações não tinham imunidade, como a gripe, a varíola e o sarampo.

Durante o período colonial, mas também durante o Império e a República, os grupos indígenas eram vistos como inimigos e uma série de estereótipos, preconceitos e imagens negativas foram atribuídos a estas populações, e não é incomum encontrar nas fontes históricas referências a estes povos como preguiçosos e canibais.

Paradoxalmente, outra imagem também muito difundida foi aquela em que os indígenas são tidos como bons selvagens e ingênuos. Em suma, com uma identidade atribuída pelos conquistadores que oscilava entre povos canibais e povos que se encontravam na infância da humanidade, o fato é que dos cerca de cinco milhões de pessoas que aqui habitavam em 1500, em 1970 restavam apenas cerca de trezentos mil. Ou seja, as populações indígenas quase desapareceram.

Ainda atualmente não é incomum que os povos indígenas sejam retratados como povos do passado e que muita gente desconheça que atualmente no Brasil vivem cerca de 300 etnias indígenas falantes de aproximadamente 180 línguas. Isto mesmo! A diversidade é uma marca da presença indígena no país e, por isto, não é possível falar em povo indígena no singular, pois existem centenas deles. No IBGE Indígena, realizado em 2010, quase um milhão de pessoas que vivem no país se autodeclararam indígenas.

Mas o que explica este aumento populacional significativo a partir da década de 1970? De acordo com Cohn (2001) a 'explosão étnica' que vem ocorrendo no Brasil pode ser explicada, em parte, pelo fato de que aqueles que negavam sua identidade indígena passaram a reivindicá-la, pois se afirmar como indígena deixou de ser uma vergonha ou um perigo. No

entanto, é preciso ponderar que se afirmar como indígena ainda é problemático em muitas regiões do país, pois existem muitas perseguições e morte de indígenas. Por exemplo, nos últimos trinta anos cerca de 500 indígenas foram assassinados por conta de conflitos envolvendo questões fundiárias.

O processo de afirmação das identidades indígenas vincula-se, sobretudo, com a promulgação da Constituição de 1988, marco jurídico a partir do qual muitos grupos voltam a articular sua 'indianidade'. De acordo com Baines (2008), os direitos assegurados aos indígenas no texto constitucional devem ser interpretados como uma conquista do movimento indígena, que a partir das décadas de 1970 e 1980 exerceu grande pressão a nível nacional e internacional para que direitos historicamente negados fossem garantidos.

Em suma, a Constituição de 1988 é, ao mesmo tempo, uma conquista do movimento indígena e um marco legal importante a partir do qual muitas identidades indígenas passam a se afirmar. Um avanço com relação a outros textos constitucionais é o reconhecimento na Constituição brasileira de 1988 dos direitos dos indígenas sobre suas terras como um direito 'originário', ou seja, uma concessão referente ao fato destes povos serem os primeiros habitantes do país.

Baines (2008) observa que uma das estratégias do movimento indígena no Brasil é a aposta na educação escolar para formar jovens indígenas capacitados para enfrentar a sociedade nacional e exigir seus direitos. Vale dizer que a presença de indígenas no ensino superior nos níveis de graduação e pós-graduação é cada vez maior, embora os desafios de acesso e permanência desses estudantes indígenas ainda sejam muito grandes.

Por último, é preciso ponderar que embora a Constituição de 1988 represente um avanço na garantia dos direitos dos povos indígenas sobre seus territórios, muitos destes territórios indígenas continuam sendo atacados e ameaçados. Nos últimos anos, uma série de tentativas de alteração do texto constitucional vem tramitando no Congresso Nacional. Via de regra, os povos indígenas continuam sendo vistos como inimigos do progresso e do desenvolvimento, e seus territórios

são cobiçados por madeireiros, garimpeiros e fazendeiros que, através de seus representantes parlamentares (a bancada ruralista, por exemplo), tentam alterar a Constituição com o objetivo de retirar os direitos indígenas.

Assim, é possível afirmar que a construção das identidades indígenas no Brasil esteve diretamente associada a uma busca pelo reconhecimento por parte do Estado de suas especificidades enquanto povos, principalmente na garantia de seus territórios e demais direitos sociais. Como costumam dizer, ao longo destes 518 anos de massacres, os indígenas precisaram ‘pacificar os brancos’, ou seja, convencê-los a parar de matá-los.



Refleta

No Brasil a situação socioeconômica de uma pessoa está diretamente associada à sua origem étnica/racial. Ou seja, uma pessoa negra ou indígena terá mais dificuldades de ascensão social que uma pessoa branca. Esta diferenciação é ainda maior quando se trata de uma mulher, pois as mulheres negras e indígenas possuem muito mais dificuldades em garantir seus direitos e conquistar uma posição social de destaque. Quantas mulheres negras e indígenas você já viu em profissões socialmente valorizadas? Você já foi atendido por uma médica indígena? Você já viajou em um avião pilotado por uma mulher negra? A que isto se deve?



Pesquise mais

Você, aluno, pode aprender mais a respeito dos processos de afirmação das identidades indígenas com a leitura do artigo *Morte e vida do nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional* (ARRUTI, 1995).

Disponível em: <<https://goo.gl/x9tpnz>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Sem medo de errar

Na situação-problema desta seção foi pedido que você contribua com o projeto de pesquisa de um jovem refugiado do Haiti que reside no Brasil, indicando as dificuldades enfrentadas pelas populações negras no país na construção de suas identidades.

Para compreender a situação de racismo que a população negra sofre no Brasil devemos, inicialmente, considerar alguns aspectos históricos. Este grupo da população brasileira foi trazido forçadamente do continente africano como escravizados. A escravidão no Brasil durou séculos e o país foi o último país do continente americano a acabar com ela.

Após o fim da escravidão, a população negra continuou sendo discriminada e não foi devidamente integrada ao restante da população. Ou seja, não houve por parte do Estado brasileiro o desenvolvimento de políticas públicas com o objetivo de garantir condições socioeconômicas com o fim de promover uma equidade social entre negros e brancos. Pelo contrário, os negros continuaram sendo marginalizados e excluídos socialmente.

A herança da escravidão e a existência do racismo podem ser comprovadas quando analisamos alguns índices socioeconômicos. Os negros sofrem mais com o desemprego, e às mulheres negras, na maioria das vezes, são reservadas ocupações não qualificadas. A população negra também sofre com a violência policial. O racismo institucional, ainda muito presente no mercado de trabalho, faz com que a população negra encontre dificuldades em conquistar vagas de prestígio social.

Com isso, a construção das identidades negras no Brasil foi marcada pelas tentativas de reverter a imagem negativa historicamente atribuída aos negros. Nesse sentido, a valorização e a positivação das culturas negras com o movimento de negritude procurou evidenciar que os negros possuem uma herança cultural diversa e rica. O movimento negro, ao trazer para a arena política as demandas destas populações, exerce um papel fundamental na superação do racismo – tão presente na sociedade brasileira. Do ponto de vista jurídico, a garantia legal no acesso a uma educação de qualidade figura como uma importante conquista, pois se compreende que através da educação pode ocorrer a ascensão social e o equilíbrio na distribuição das oportunidades.

A superação do racismo no Brasil passa necessariamente pela intensificação de políticas públicas que garantam o nivelamento social e pela valorização da contribuição dos negros na construção da sociedade brasileira. O racismo, apesar de ser crime desde 1989, está presente em diversas situações cotidianas, como na veiculação de piadas. A educação pode transformar subjetividades, fortalecer a identidade negra e contribuir para que os brancos superem a herança escravocrata que ainda marca o país. Por tudo isso, um projeto de pesquisa que tem como objeto de estudo o racismo é tão importante, não é mesmo?

Faça valer a pena

1. Leia a letra da música *Respeitem meus cabelos, brancos* de Chico César (2002):



Respeitem meus cabelos, brancos. Chegou a hora de falar, vamos ser francos. Pois quando um preto fala o branco cala ou deixa a sala. Com veludo nos tamancos, cabelo veio da África junto com meus santos. Benguelas, zulus, gêges, rebolos, bundos, bantos, batuques, toques, mandingas, danças, tranças, cantos. Respeitem meus cabelos, brancos. Se eu quero pixaim, deixa. Se eu quero enrolar, deixa. Se eu quero colorir, deixa. Se eu quero assanhar, deixa. Deixa, deixa a madeixa balançar.

A partir do trecho da letra acima citado e da história da construção das identidades negras no Brasil, escolha a alternativa correta:

- a) As populações negras no Brasil sempre gozaram dos mesmos direitos e privilégios que os demais grupos que, vindos de fora, formaram a sociedade brasileira.
- b) A sociedade branca, ao longo da história do Brasil, preocupou-se em valorizar e respeitar as expressões culturais próprias das populações negras.
- c) Com o fim da escravidão, os negros no Brasil passaram a negar uma identidade propriamente negra em nome da assimilação aos demais setores da sociedade brasileira.
- d) Os conceitos de negritude e 'africanidade' tendem a reforçar estereótipos historicamente atribuídos pelos brancos aos negros.
- e) A valorização e a reversão das imagens negativas historicamente atribuídas aos negros fez parte da construção das identidades negras no Brasil.

2. Leia a letra da música *Chegança* de Antônio Nóbrega (1998): indígenas no Brasil, escolha a alternativa correta:



Sou Pataxó, sou Xavante e Cariri, Ianomani, sou Tupi, Guarani, sou Carajá, sou Pancaruru, Carijó, Tupinajé, Potiguar, sou Caeté, Ful-ni-o, Tupinambá. Depois que os mares dividiram os continentes quis ver terras diferentes. Eu pensei: Vou procurar um mundo novo lá depois do horizonte, levo a rede balançante, pra no sol me espreguiçar. Eu atraquei, num porto muito seguro, céu azul, paz e ar puro. Botei as pernas pro ar, logo sonhei que estava no paraíso onde nem era preciso dormir para se sonhar. Mas de repente me acordei com a surpresa: uma esquadra portuguesa veio na praia atracar. Da grande-nau um branco de barba escura vestindo uma armadura me apontou pra me pegar e assustado dei um pulo lá da rede, pressenti a fome, a sede, eu pensei: vão me acabar. Me levantei de borduna já na mão ai, senti no coração: o Brasil vai começar. Sou Pataxó, sou Xavante e Cariri, Ianomani, sou Tupi, Guarani, sou Carajá, sou Pancaruru, Carijó, Tupinajé, Potiguar, sou Caeté, Ful-ni-o, Tupinambá.

A partir da letra de música acima transcrita e a respeito da construção das identidades indígenas no Brasil, escolha a alternativa correta:

- a) Assim como indica a letra da música *Chegança de Antônio Nóbrega*, o contato entre portugueses e povos indígenas foi marcado pelas relações simétricas e pela convivência amistosa.
- b) Os povos indígenas no Brasil não afirmam suas identidades étnicas, uma vez que todos optaram pela assimilação ao restante da sociedade nacional.
- c) Somente a partir da promulgação da Constituição de 1988 que os povos indígenas passaram a articular suas identidades étnicas.
- d) A presença indígena no Brasil é cada vez menor, devido ao inevitável desaparecimento destes povos, fenômeno acentuado após a promulgação da Constituição de 1988.
- e) A autodenominação é um elemento fundamental da construção das identidades étnicas dos povos indígenas no Brasil, o que pode ser verificado na letra da música acima citada.

3. Geralmente, os teóricos que analisam o mundo contemporâneo tendem a ressaltar o caráter fluido das relações sociais. A ideia de permanência e fixidez parece evocar um passado cada vez mais distante. Tudo muda o tempo todo e isto também vale para as identidades.

De acordo com as contribuições de teóricos como Castells, Giddens e Stuart Hall para a compreensão do fenômeno da identidade na contemporaneidade, escolha a alternativa correta:

- a) Os teóricos da identidade citados no enunciado são categóricos em afirmar que vivemos em um período marcado por muitas transformações sociais, o que evidencia que o sujeito experimenta poucas possibilidades de construção de sua identidade pessoal.
- b) A identidade trata-se de um fenômeno pouco relevante para a compreensão da sociedade contemporânea, uma vez que tal fenômeno continua, via de regra, obedecendo ainda às determinações do Estado-Nação.
- c) Modernidade tardia e pós-modernidade são conceitos diametralmente opostos, uma vez que o primeiro se refere ao período pré-industrial e o último às transformações ocorridas a partir, principalmente, do final do século XX.
- d) Apesar de algumas diferenças na interpretação, os teóricos citados no enunciado apontam para a relação existente entre as transformações sociais ocorridas na contemporaneidade e suas implicações na construção das identidades.
- e) Na contemporaneidade os indivíduos têm sua identidade cada vez mais associada às determinações do Estado-Nação, afinal, todos residem em territórios delimitados por fronteiras fixas.

Referências

- ARRUTI, José M. A. Morte e vida do nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Revista Estudos Históricos** (Fundação Getúlio Vargas), v. 8, n. 15, 1995. Disponível em: <<https://goo.gl/jxo5WZ>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- ASSIS, Marta D. P.; CANEN, Ana. Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/ippULx>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- BAINES, Stephen G. Identidades indígenas e ativismo político no Brasil: depois da Constituição de 1988. *Série Antropologia*, v. 418, Brasília: DAN/UnB, 2008. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie418empdf.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade das relações humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- _____. **Identidade** – entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BRANDÃO, Carlos R. **Identidade e etnia**: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Os (des) caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 7-21, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1733.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.
- _____. Identidade étnica, identificação e manipulação. *Sociedade e Cultura*. **Revista de Ciências Sociais**. Universidade Federal de Goiás, v. 6, n. 2, p. 117-131, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/703/70360202.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2018.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede** - a era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999a. v. 1.
- _____. **O poder da identidade** - a era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999b. v. 2.
- _____. **Fim de milênio** - a era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999c. v. 3.
- CLASTRES, Pierre. **A arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- COHN, Clarice. Cultura em transformação: os índios e a civilização. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2. São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/xdYyvb>>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. de Saúde Pública** (Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz), 18 (Suplemento), p. 57-65. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/EFCntC>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

HEGEL, J. F. W. **Ecrits Poitiques**. Paris: Ed. Champ-Libre, 1964.

MOCELLIM, Alan. A questão da identidade em Giddens e Bauman. **Em Tese, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 5, n. 1, p. 1-31, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/7AUr8C>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. Simmel e Bauman: modernidade e individualização. **Em Tese, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 4, n. 1, p. 101-118, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/p4TcPM>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. In: **Cadernos ANPED**. 1o Seminário de Formação Teórico Metodológico. São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/mSFLvY>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

OLIVEIRA SANTOS, Miriam. A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios. REMHU - **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 18, n. 34, p. 27-43. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042011003>>. Acesso em: 25 maio 2018.

PALLARES-BURKE, Maria L. G. Entrevista com Zigmunt Bauman. **Tempo Social – USP**, jun/2004. Disponível em: <<https://goo.gl/Y9mFhq>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

REIS, José C. Identidade e complexidade: Ricoeur, Nietzsche, Bauman. **Revista Expedições: teoria & historiografia**, v. 6, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/yY9h8V>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

RUBEN, Guillermo R. Teoria da identidade: uma crítica. **Anuário Antropológico/86**. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1988. Disponível em: <<https://goo.gl/LVadEu>>. Acesso em: 22 maio 2018.

SOUZA, Renato F. de. George Herbert Mead: contribuições para a história da psicologia social. **Revista Psicol. Soc**, v. 23, n. 2, p. 369-378, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/Cd6od8>>. Acesso em: 19 junho 2018.

Pós-modernidade: transformações sociais na contemporaneidade

Convite ao estudo

Caro aluno (a), esta unidade do material didático é dedicada à compreensão das principais transformações sociais ocorridas a partir da segunda metade do século XX. Trata-se de um período histórico, marcado por avanços científicos e tecnológicos importantes que, de uma maneira geral, causaram muito impacto nas vidas das pessoas. Mais que isso: trata-se de um período marcado por um movimento artístico, cultural e filosófico conhecido como pós-modernismo, que procurou romper com as bases da modernidade. Inicialmente, iremos compreender as correntes teóricas que defendem ou rejeitam o termo pós-modernidade, assim como iremos compreender os principais elementos do pós-modernismo.

Ao final da unidade, espera-se que você consiga situar historicamente a chamada crise ontológica e sua repercussão para os estados-nacionais, além de sistematizar a noção de liquidez dos laços sociais na chamada pós-modernidade e compreender algumas teses presentes no pós-modernismo.

No Contexto de Aprendizagem desta unidade, analisaremos um evento marcante da história recente do Brasil, uma greve de caminhoneiros que paralisou o país por alguns dias em 2018. Como será proposto nas situações-problema das seções, tal evento pode dimensionar aspectos específicos relacionados a algumas transformações na contemporaneidade com relação às formas usuais de mobilização política e também indica que muitos elementos próprios dos tempos modernos ainda não foram superados.

Quais as principais mudanças ocorridas nas últimas décadas com relação à organização do trabalho? Qual o impacto das novas tecnologias na construção das sociabilidades? Essas são apenas algumas das questões que estarão presentes ao longo da unidade. Bons estudos!

Seção 4.1

Existe uma condição pós-moderna?

Diálogo aberto

É inegável que, nas últimas décadas, assistimos a um quadro de intensas transformações sociais. Muitos são os exemplos, mas, talvez, a invenção e disseminação da Internet sejam as principais. Você já pensou em como seria viver sem internet? Muito difícil, não é mesmo? Mas qual a capacidade que esta ferramenta tem para mudar situações concretas? Ou seja, mais do que facilitar a comunicação entre as pessoas, pode a Internet contribuir para a resolução de um problema social?

No contexto de aprendizagem desta unidade, abordaremos um evento marcante da história recente do Brasil, uma greve de caminhoneiros que paralisou o país por alguns dias em 2018. Trata-se de um bom exemplo de como elementos difusos compõem a realidade social na contemporaneidade. O petróleo, uma fonte de energia poluente e não renovável, foi e continua sendo um dos principais símbolos do capitalismo. A greve dos caminhoneiros demonstrou a incrível dependência deste recurso e do transporte rodoviário para a manutenção da logística responsável pelas trocas comerciais. Além disso, mostrou como a distribuição de mercadorias não é feita para conectar fornecedores com consumidores em uma escala local, mas sim para produzir demandas de distribuição entre grandes distâncias, gerando um mercado de fretes, de necessidade de empresas de transporte. Em suma, um modelo de escoamento de produção criado para fomentar a indústria automobilística e criar mais necessidade com relação aos combustíveis. Mas as lições da greve não param por aí, o próprio termo “greve” continua em evidência, mas em uma perspectiva um tanto quanto diferente, que se distancia de sua imagem clássica. Historicamente, a greve sempre esteve relacionada à paralisação de trabalhadores, em geral, organizados por sindicatos e com lideranças bem definidas, o que não ocorreu na greve dos caminhoneiros. Sem lideranças fixas e com relativa autonomia com relação às centrais sindicais,

a organização e o diálogo entre os grevistas foram feitas a partir de um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Em suma, a greve dos caminhoneiros pode ser tomada como uma espécie de síntese da contemporaneidade: os velhos problemas e contradições do capitalismo persistem, como a exploração dos trabalhadores e a dependência de recursos não renováveis, ao mesmo tempo em que novas formas de mobilização e possibilidades de luta parecem emergir em um horizonte, senão promissor, composto por continuidades e rupturas.

Na situação-problema desta seção você foi contratada (o) como socióloga (o) por um sindicato de caminhoneiros para proferir uma palestra sobre o impacto das novas tecnologias na contemporaneidade. Você deve organizar sua fala em tópicos para uma apresentação em slides indicando como este fenômeno se relaciona com a realidade vivida por estes trabalhadores. Como você estruturaria tal palestra?

Para resolver esta situação-problema você deverá apreender o conteúdo disponível no item **Não Pode Faltar** e ser capaz de elaborar uma síntese deste conhecimento. Por isso, o autoestudo é imprescindível. Bons estudos!

Não pode faltar

Definindo pós-modernidade e pós-modernismos

Como vimos na unidade anterior deste livro didático, Zygmunt Bauman (2005) forjou o conceito “modernidade líquida” ao passo que Anthony Giddens (2002) utilizou o conceito de “modernidade tardia” como opção ao termo “pós-modernidade”. Mas por que alguns teóricos rejeitam tal denominação para a contemporaneidade? Vivemos em uma época pós-moderna? Pós-modernidade e pós-modernismo são a mesma coisa?

Inicialmente, é preciso estabelecer uma distinção entre pós-modernidade e pós-modernismo. Ainda que, em alguns momentos e para alguns autores, ambos os termos sejam tratados como sinônimos, há uma diferença importante.

Pós-modernidade refere-se ao período histórico que, grosso modo, tem seu início nas primeiras décadas e, intensificação, na

segunda metade do século XX. O termo geralmente é utilizado para identificar um período marcado por uma fase específica da sociedade capitalista. No entanto, há teóricos – filósofos, historiadores, sociólogos – que rejeitam este termo como, por exemplo, os acima citados, Zygmunt Bauman e Anthony Giddens, mas não só eles.

Por sua vez, aceitar o termo pós-modernidade ou repeli-lo não é algo que revela necessariamente a escola teórica do autor. Isso quer dizer que há teóricos que aceitam o termo, como o marxista Jameson (1984), e outros marxistas que o rejeitam. O mesmo pode ser dito sobre os conservadores e os liberais.

Ainda que muitos autores não concordem com o termo pós-moderno, nenhum deles discorda de que a partir da segunda metade do século XX ocorreram muitas transformações sociais. O ponto é que a justificativa daqueles que rejeitam o termo pós-modernidade se baseia no argumento de que há mais continuidades que rupturas entre as diferentes fases da sociedade capitalista, ou seja, a compreensão é a de que as transformações não geraram grandes rupturas.

Alguns dos críticos, como Habermas, um autor marxista, preferem acreditar que não se trata de um novo período histórico, mas sim de uma fase específica e mal-acabada da própria modernidade. Há aqueles, ainda mais radicais, pelo menos no que diz respeito às terminologias, que além de não concordarem com o termo pós-modernidade, questionam a própria ideia de modernidade, como Latour (2013), que defende que nunca nos tornamos modernos, pois, para ele, a modernidade nada mais é do que um mito social, uma conveniência política, econômica e social.

Em suma, para além de uma disputa conceitual e teórica que, no limite, representaria o que há de melhor na formulação dos discursos sociológicos, o que também parece estar em disputa é tanto uma compreensão e leitura da realidade social como tentativas de formulação de caminhos possíveis para a superação ou manutenção (se considerarmos os conservadores) das mazelas e contradições presentes na contemporaneidade.

Com relação à origem do termo pós-moderno, Magalhães (2005) observa que apesar da utilização deste conceito remeter ao ano 1870, Perry Anderson, na obra *As origens da pós-modernidade*

(1999), defendeu o seu uso mais corrente a partir da década de 1930. Antes de avançarmos na compreensão das principais características da tal pós-modernidade, vamos compreender um pouco mais a respeito do pós-modernismo, ou melhor, pós-modernismos.

De acordo com Adelman (2009), pós-modernismo refere-se a um movimento cultural, artístico e filosófico. O pós-modernismo, enquanto movimento cultural e político, é complexo e sujeito a vários tipos de interpretação. A autora relembra que o termo foi originalmente cunhado para se referir a um movimento artístico nos anos 1960 que procurava superar o modernismo. Além disso, pondera que o discurso sociológico dominante tende a associar a sensibilidade pós-modernista à manipulação do mundo das imagens, aos desejos e prazeres consumistas imediatos. De acordo com ela, trata-se de uma visão parcial que não dá conta de compreender a complexidade do momento “pós-moderno” da cultura, da arte, da política e da filosofia.

A partir das análises de Huyssen (1986), Adelman indica que há uma passagem de um “pós-modernismo de vanguarda” – marcado pela problematização da relação entre a “alta cultura” e algumas formas de cultura de massas – nos anos 1960, para duas tendências a partir dos anos 1970.

A primeira tendência está associada a uma “cultura do ecletismo”, caracterizada por uma aceitação não crítica de uma cultura de massas acessível a todos. Já a segunda tendência faria referência a um pós-modernismo alternativo, marcado pela resistência crítica e negação do *status quo* (a expressão *status quo* significa algo como “o estado atual das coisas”, por isso negar o status quo é questionar uma dada ordem das coisas).

Esta segunda tendência – uma espécie de “pós-modernismo de resistência” – procura afirmar as culturas minoritárias, que foram historicamente excluídas da “alta cultura”, da cultura hegemônica.

De acordo com Adelman (2009), um exemplo desse fenômeno pode ser verificado com a introdução da noção de cultura negra feita, por exemplo, por Paul Gilroy, autor de *O atlântico negro* (2001 [1993]). De uma maneira geral, a partir dos anos 1960, “vozes minoritárias” ou subalternas começam a se articular e produzir narrativas a partir de pontos de vistas não dominantes.

A produção de intelectuais negros pode ser compreendida, nesta perspectiva, como uma contracultura da modernidade, uma vez que a diáspora negra impôs aos estados-nacionais outra dinâmica social no que se refere à construção das identidades. Para os estados-nação que receberam grandes contingentes populacionais de escravizados africanos, a construção da identidade se deu a partir de processos de luta e resistência, no enfrentamento às imposições do arbitrário expresso na cultura dominante e a manutenção de dados da matriz cultural africana, mesmo que, para isso, fosse necessário desenvolver estratégias inteligentes de sincretismos e imbricações culturais.

Apoiada nas análises de Huyssen (1986), Adelman (2009) defende que a principal característica do pós-modernismo é a tentativa de elaboração de novas teorias e práticas de fala, escrita e ação.

Em uma tentativa de sistematização dos elementos principais de um "pós-modernismo de resistência", Adelman (2009), a partir de Huyssen (1986), identifica a manutenção de uma crítica da modernização, principalmente em seu aspecto imperialista e devastador do meio ambiente, a atenção dada às questões de gênero e sexualidade e a promoção e valorização das culturas não-europeias e não-ocidentais.

Se o pós-modernismo também pode ser compreendido como uma crítica à modernidade, é preciso retomar os principais preceitos da modernidade. Vejamos: de acordo com Adelman (2009), um dos traços característicos da modernidade é a produção de discursos e tentativas práticas de homogeneização e controle do mundo.

Isso quer dizer que a modernidade se caracteriza pelo primado da razão sobre outras formas de se explicar e compreender o mundo. O projeto de modernidade esteve centrado na tentativa de superar as explicações não racionais, aquelas pautadas na religião ou no que é considerado como superstição.

Em suma, o projeto de modernidade desejou abandonar as explicações baseadas na fé. Já a homogeneização pretendida esteve alicerçada na ideia de universalidade, cuja expressão máxima residiu na defesa feita a partir da Revolução Francesa de que todos os homens são iguais.

Esta tentativa de homogeneização procurava superar a concepção pré-moderna de que alguns homens eram detentores

de privilégios “naturais”, por exemplo, a teoria do direito divino (uma filosofia política do Antigo Regime, das monarquias) que defendia que o Rei possuía um poder que emanava de Deus.

Ainda de acordo com Adelman (2009), alguns discursos pós-modernistas apontam que um dos problemas no projeto de modernidade levado a cabo pela Europa, ao tentar superar antigas concepções de mundo, foi que o Ocidente acabou desenvolvendo uma visão arrogante, baseada na concepção de que eram portadores de um conhecimento superior a todas as outras sociedades.

Imbuídos de um ideal progressista e universal, em nome de uma missão civilizadora, o projeto de modernidade levou os europeus a dominarem e destruírem formas de vida diferentes nos demais lugares do mundo. Em suma, a modernidade, segundo a visão de um pós-modernismo de resistência, deve ser compreendida como uma tentativa de eliminação das diferenças a partir de um ideário comum baseado nos valores de progresso e civilização.

No campo da filosofia, o pós-modernismo tem início em 1979 com a publicação de *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard (apud MAGALHÃES, 2005), obra em que o autor defende que a realidade concreta se dissolve nas regras dos jogos de linguagem. Para Shinn (2008), Lyotard (1924-1998) é a figura mais emblemática da filosofia pós-modernista.

Crítico ferrenho da filosofia marxista (já que ao lado do iluminismo e do liberalismo, o marxismo é uma das grandes narrativas da modernidade), um princípio central do pensamento de Lyotard é sua insistência na diferença. Neste ponto, sua crítica refere-se, justamente, ao que ele identifica como problemático na ética universalista da modernidade: a eliminação do pluralismo, das diferenças individuais.

Magalhães (2005) pondera que, independentemente, do campo do saber (artes, literatura, arquitetura, filosofia, história), a proposta pós-modernista se apresenta como uma alternativa aos valores defendidos pela modernidade. Quais valores são esses? Como temos visto, aqueles defendidos pelas grandes narrativas (iluminismo, liberalismo, marxismo) que, ainda com inúmeras diferenças de proposições, estavam alicerçadas na ideia de emancipação da humanidade a partir da razão.

Habermas (*apud* Shinn, 2008) identifica seis conceitos centrais presentes na modernidade: a universalidade, a epistemologia racional crítica, a diferenciação estrutural, a integração funcional, o determinismo e a diferenciação estrutural.

Shinn (2008) observa que a modernização incorporou duas tradições que se reforçam reciprocamente. Uma corrente emancipatória, que tem na Revolução Francesa (queda do Antigo Regime, ou seja, das monarquias) o principal exemplo e uma corrente tecnológica. O Estado Nação foi a representação máxima deste componente emancipatório da modernização com a introdução de princípios baseados em direitos, cidadania, dever, burocracia e responsabilidades institucionais.

Até aqui compreendemos que o pós-modernismo é um movimento cultural, artístico e filosófico complexo que, em linhas gerais, fomentou uma crítica à modernidade, assim como revisitamos alguns princípios básicos da modernidade. Vamos agora compreender um pouco mais a respeito das transformações sociais ocorridas a partir da segunda metade do século XX, período histórico referido por muitos teóricos como pós-modernidade.

Delineando as transformações sociais na contemporaneidade

Shinn (2008) observa que Paul Forman, em um artigo clássico publicado em 1971, indica as bases do que viria a ser conceituado como pós-modernidade. Neste artigo, Forman examina as origens e a dinâmica da não causalidade na física desenvolvida na República de Weimar (Alemanha).

Ainda nos 1920, alguns cientistas alemães abandonaram a interpretação causal e determinista do comportamento dos eventos físicos microscópicos. Isto quer dizer que a crença, até então muito recorrente, de que era possível apreender a causa dos eventos passaria a ser cada vez mais questionada.

O abandono da causalidade, do determinismo e da universalidade presente nesta atitude dos cientistas afetaria outras áreas do conhecimento em um movimento mais geral de introdução do princípio de incerteza, algo que, ao longo do século XX, vai subverter a mensagem principal da modernidade, aquela pautada nos ideais de progresso por meio da razão.

Como observa Shinn (2008), os defensores da pós-modernidade compreendem que ciência e tecnologia são dois elementos fundamentais no movimento de rompimento com a modernidade. Ou seja, os caminhos tomados pela ciência e pela tecnologia contribuíram com o descrédito da ideia de progresso. A explosão da bomba atômica em 1945, por exemplo, foi tomada como um exemplo de que a ciência não necessariamente conduzia a humanidade para sua emancipação. Ao contrário, poderia contribuir para sua total aniquilação. No mais, a ciência também passou a ser responsabilizada pela deterioração ambiental e pela produção excessiva de bens de consumo.

O mundo mudou de uma forma intensa a partir da segunda metade do século XX. Isso é inegável. Ocorre que, para alguns, essas mudanças anunciam uma nova era, a pós-modernidade, com possibilidades de superação dos traços negativos da modernidade. Para outros, essas transformações não podem ser consideradas como o prelúdio de um novo período histórico, a pós-modernidade, pois elas se vinculariam à própria modernidade.

Entre as transformações ocorridas, a partir da metade do século XX, podemos citar os novos arranjos familiares e as transformações nas relações de gênero e da sexualidade, mas não só. Para Magalhães (2005), o período histórico da pós-modernidade propõe um novo estilo de vida decorrente das transformações das sociedades industriais em sociedades do conhecimento e dos serviços.

Estas transformações acabam por levar à falência a ideia de universalidade proposta pelo iluminismo. De uma maneira geral, esta falência se vincula ao trauma gerado pelas catástrofes ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a ascensão de regimes totalitários (nazismo e fascismo) e as explosões nucleares.

Ou seja, se até então o projeto iluminista baseado na ideia de progresso e emancipação pela razão possuíam uma ampla legitimidade, tais princípios passam a ser questionados e inicia-se uma incredulidade nos grandes relatos: as filosofias legitimadoras da história (como citadas, o iluminismo, o liberalismo, o marxismo).

De acordo com Shinn (2008), Fredric Jameson, um pensador pós-moderno que pertence à escola marxista de pensamento, compreende que a economia e a tecnologia são os motores das mudanças culturais ocorridas a partir da segunda metade do século XX.

Para Jameson (1984), o capitalismo contemporâneo é pós-moderno em suas relações sociais e em seu modo de produção. O que mudou no capitalismo? Conforme Jameson, o capitalismo inicial do Iluminismo foi marcado pela máquina à vapor (Primeira Revolução Industrial) e o capitalismo médio pela era do colonialismo, pelo motor de combustão interna e o fordismo (Segunda Revolução Industrial). Ainda de acordo com esta periodização, o capitalismo contemporâneo é marcado por sua forma monopolista, na qual as tecnologias mais características são a eletrônica e a nuclear (Terceira Revolução Industrial).

Jameson (*apud* Shinn, 2008) identifica três mudanças sociais principais na atual fase do capitalismo que caracterizam a cultura pós-moderna: abandono do entendimento de que a história é linear e progressiva com uma valorização extrema do tempo presente; perda de profundidade individual devido às mudanças constantes e o sentimento da emoção como elemento central na constituição da identidade.

Outra transformação marcante na pós-modernidade, segundo Jameson, é a intensificação de um componente já presente na modernidade, a aceleração. As empresas multinacionais e as novas tecnologias (eletrônica e nuclear) tornaram ainda mais rápido o tempo da inovação no capitalismo. Vejamos agora um pouco sobre as transformações ocorridas no que diz respeito à produção cultural.



Assimile

A pós-modernidade é marcada pelo fortalecimento da ideia de incerteza diante das verdades universais defendidas pela modernidade, do abandono do primado da razão e da ideia de progresso linear da humanidade.

Ainda que não seja possível nem necessário precisar o início exato da pós-modernidade, um conjunto de transformações sociais, a partir da segunda metade do século XX, geralmente é tomado como a origem dos tempos pós-modernos.

Capitalismo e cultura das massas?

Para Magalhães (2005), na pós-modernidade, toda cultura – inclusive a arte e o saber – já nasce como mercadoria. Mas será mesmo que todas as expressões culturais são mercadorias na contemporaneidade?

Adorno & Horkheimer (*apud* Bolognesi, 1996) são dois teóricos bastante conhecidos por suas observações sobre o caráter industrial que o capitalismo impôs à cultura no século XX. Como observa Bolognesi (1996), Adorno & Horkheimer formularam o conceito de indústria cultural como uma crítica à noção de cultura de massa, principalmente, no que diz respeito à ideia ilusória, para eles, de que existe uma cultura que surge das massas. Adorno & Horkheimer enfatizam, por sua vez, que a produção cultural no capitalismo tem como fim principal o consumo.

De acordo com Bolognesi (1996), é preciso considerar que, de uma maneira geral, no capitalismo, a mercadoria cultural, como outra qualquer, resulta de um processo produtivo que será posta à venda com base em seu valor de troca.

Os produtos ofertados serão disponibilizados aos consumidores, que terão acesso a um produto cultural de acordo com suas condições materiais concretas. Em suma, a partir deste ponto de vista, é a renda o que vai determinar quais hábitos e gostos culturais serão desenvolvidos pelos consumidores.

Ocorre que, como também observa Bolognesi, esta compreensão centrada na renda como determinante da apropriação cultural acaba por anular o sujeito. Tanto aquele que produz um bem cultural, que se encerra como um sujeito operário, quanto o destinatário, que se limita a um simples consumidor. O quadro geral é mais ou menos o seguinte: alguns poucos especialistas produzem e outros tantos não especialistas consomem. Em suma, um caráter fortemente desumano compõe tal processo.

Ainda de acordo com Adorno & Horkheimer, este caráter mercantil da obra de arte (e demais expressões culturais) foi muito acentuado durante o século XX, com sua redução a mero bem de consumo. Para estes autores, toda a produção cultural está subordinada ao mercado e necessita ser apresentada sempre como uma novidade para o consumo. Entretanto, o caráter de novidade é apenas aparente, pois, na realidade, o que ocorre é uma repetição levada à exaustão.

Em suma, o velho é vendido com uma roupagem de novo para a garantia do lucro nos negócios que envolvem a produção cultural. Com isso, a arte perde seu lugar como manifestação do juízo estético e transforma-se em objetos destinados a lazer e diversão.

A indústria da diversão tem como objetivo integrar a arte e a cultura em um cotidiano alienante.

Por que não existe uma cultura das massas para Adorno & Horkheimer? De acordo com Bolognesi (1996), porque, na concepção dos autores, a possibilidade de consumo indiscriminado não aproximou as massas dos bens culturais aos quais elas nunca tiveram acesso (a "alta cultura", por exemplo), mas contribuiu para a decadência da cultura ao reduzi-la à economia de mercado.

Mas como muito bem pondera Bolognesi (1996), os limites na interpretação de Adorno & Horkheimer repousam no fato de que, ao conceberem a arte e a cultura de uma maneira mais geral, exclusivamente como mercadoria, desconsideraram-se algumas particularidades. Um exemplo é o fato de a arte e a cultura não serem bens voltados à satisfação de necessidades físicas, mas sim de se tratarem de bens simbólicos.

A análise que Adorno e Horkheimer desenvolveram sobre a obra de arte no âmbito industrial não levou em consideração o fato de elas se destinarem à satisfação de necessidades intuitivas, sensitivas e imaginativas. O trabalho com bens culturais não se resume a uma demonstração de habilidade técnica, e a produção cultural não é necessariamente utilitária.

Em suma, ainda que as práticas da arte e da cultura estejam inseridas em um processo de mercantilização, elas mantêm certa distância do universo fabril das mercadorias. As criações artísticas, como Bolognesi argumenta, apesar de dependentes das condições sociais e econômicas alienantes, podem manifestar a vontade de liberdade em um cotidiano de ilusão.

Bolognesi (1996) argumenta que é incontestável que a arte e a cultura, a partir do século XX, foram intensamente inseridas no universo econômico, como mais uma das atividades de exploração e expansão do capital e passaram a participar do universo simbólico, como um dos mecanismos privilegiados de sedimentação do imaginário dominante. Nesse sentido, os veículos de difusão da informação (as mídias) assumem um papel central.

Ainda que as mídias cumpram com o objetivo de reproduzir este imaginário dominante, nada garante que não acabem por ocorrer configurações de contra-hegemonia. Isso porque não existe uma mídia totalmente controlada pelos interesses dominantes. Mesmo

que grande parte das mídias sirvam ao capital, existem inúmeras mídias alternativas (assunto sobre o qual iremos aprender mais em outra seção de nosso livro-didático). Formas alternativas de produção cultural também continuam em operação.

Por último, não é possível considerar que os sujeitos não tenham capacidade de discernimento e que recebam passivamente o que lhes é ofertado. A recepção é um ponto extremamente importante e que não foi devidamente considerado pelos teóricos da indústria cultural.

No mais, a oposição entre cultura erudita e cultura industrial não esgota todo o campo simbólico formado pelas expressões artísticas e culturais, uma vez que uma porção de excluídos dos mercados materiais continua produzindo arte e cultura, a saber: as culturas populares, que representam a enorme capacidade que os mais variados coletivos, tomando como exemplo o Brasil, os indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e caipiras possuem em criar manifestações artísticas autênticas e resistentes às armadilhas e limites impostos pela indústria cultural.



Exemplificando

Algo recorrente do pós-modernismo nas artes é a crítica à ideia de originalidade. Tudo se mistura, se mescla e não existe a criação a partir do nada. O pastiche é um bom exemplo do pós-modernismo no campo das artes, pois se trata de uma obra literária ou artística em que se imita o estilo de outros autores, pintores ou músicos. Ironia, citação, intertextualidade e ecletismo são características do pastiche.

O impacto das novas tecnologias

Como temos visto, as mudanças tecnológicas a partir do século XX foram muitas. De acordo com Shinn (2008), a pós-modernidade é marcada pelas novas formas de cognição e de tecnologia. Quais novidades no campo do conhecimento são essas? Podemos citar o surgimento e desenvolvimento da engenharia genética (técnicas de manipulação e recombinação dos genes), da teoria do caos, que é uma área da matemática que estuda como pequenas diferenças em condições iniciais dentro de sistemas dinâmicos e complexos podem causar resultados distintos.

Os estudos sobre a teoria do caos contribuíram para as pesquisas de não linearidade e complexidade da cibernética, uma ciência que tem por objeto a análise comparativa dos sistemas e mecanismos de controle automático, da regulação e comunicação nos seres vivos e nas máquinas, da nanociência e da nanotecnologia (manipulação da matéria numa escala atômica e molecular).

Mas não paramos por aí, ainda é preciso falar da difusão do computador e da capacidade de simulação da realidade ou da própria geração da realidade virtual e da supremacia da imagem como entretenimento; da comunicação global e dos dispositivos de imagens para a saúde. Em seu conjunto, a totalidade desses novos domínios cognitivos aponta para a indeterminação e para a contingência (**uma eventualidade, um acaso**, um acontecimento que tem como fundamento a incerteza de que pode ou não acontecer). Indeterminação e contingência são marcantes em todo o pensamento pós-moderno.

Mas qual o impacto dessas mudanças sobre a vida das pessoas? De acordo com Jameson (1984), as mudanças nas noções de tempo e de espaço proporcionam um ambiente propício para a emergência de uma nova forma de individualidade e de uma nova economia.

Que nova economia? Ainda na visão de Jameson (1984), uma “economia cultural” diferente da relação de trabalho e consumo próprios da modernidade, que passa a ser pautada por um desejo pela estética na arena cultural.

O autor acredita que esta nova dimensão temporal e espacial proporciona mais recursos que, por sua vez, fomentam a imaginação e a criatividade. Em suma, o capitalismo monopolista pós-moderno com todo seu avanço científico e tecnológico proporciona a possibilidade de uma nova forma de identidade. Não há mais limites para a criatividade e para a imaginação.

No entanto, o problema que parece persistir nessa nova fase do capitalismo é que, apesar dos incontestáveis avanços na tecnologia e nos conhecimentos científicos, o acesso a esses conhecimentos continua sendo limitado pelas condições materiais dos indivíduos.

Consequentemente, ainda que tenhamos avançado em termos científicos e tecnológicos, tais progressos continuam sob o domínio daqueles que possuem capital. A grande maioria da população não tem acesso ou possibilidade de desfrutar desse desenvolvimento.

Milhares de desempregados, miseráveis e famintos continuam povoando um mundo marcado pelo conhecimento que insiste em não garantir a emancipação humana.



Refleta

Qual o papel da tecnologia na transformação social? Os avanços tecnológicos devem estar comprometidos com a melhoria das condições de vida da população? De quais formas a apropriação privada dos avanços tecnológicos acabaram por aumentar as desigualdades sociais?



Pesquise mais

Você pode aprender mais sobre a obra que inaugura o pós-modernismo na filosofia de Lyotard com a leitura do artigo *A modernidade de 'A condição pós-moderna'*, de Antônio Pedro Pita. disponível em: <<https://goo.gl/4SieH3>>. Acesso em 4 set. 2018.

Sem medo de errar

Para a resolução da situação-problema desta seção você deve organizar uma palestra a ser proferida em um sindicato de caminhoneiros sobre o impacto das novas tecnologias na contemporaneidade. Como organizar e quais elementos devem ser apresentados? Vejamos algumas possibilidades:

Espera-se que um sociólogo tenha capacidade de pensar criticamente e articular ideias e conceitos. No entanto, você deve levar em consideração que se trata de um público específico e que não está acostumado, pelo menos a princípio, com o mundo dos conceitos e das teorias. Inicie escolhendo um título para a sua palestra, que deve ser sintético e enunciar de forma objetiva o tema que será tratado.

Uma boa maneira de conduzir uma palestra é utilizar exemplos relacionados ao contexto dos palestrantes. Neste sentido, veja que você possui algo muito positivo a seu favor, pois os caminhoneiros, ou melhor, um grande movimento de caminhoneiros, foram os agentes de um dos eventos mais importantes da história recente do país em

2018. Nada melhor, então, do que iniciar e conduzir sua palestra a partir das condições de trabalho enfrentadas por estes trabalhadores.

Procure retomar os principais elementos presentes no movimento grevista, como o impacto das novas tecnologias. A articulação dos caminhoneiros por meio de um aplicativo de mensagens demonstrou que a tecnologia pode ser utilizada para a ação social.

Neste ponto, mais do que insistir no caráter alienante e excludente das tecnologias, talvez seja interessante evidenciar que os usuários comuns podem se beneficiar coletivamente dos avanços tecnológicos.

Por outro lado, também pode ser interessante traçar um histórico referente aos avanços da tecnologia e demonstrar como, em alguns períodos da história, a tecnologia ameaçou a humanidade. Nesse ponto, com certeza, você já terá pensado que a explosão da bomba atômica pode representar este exemplo cruel do uso da tecnologia como forma de eliminar pessoas.

Outro ponto que pode ser desenvolvido em sua palestra diz respeito à importância do conhecimento da história na compreensão das transformações sociais. Procure estimular os seus ouvintes a procurarem por informações, consumirem boas leituras e serem críticos em relação ao conteúdo disponibilizado pela indústria cultural. Mas tenha cuidado em não parecer arrogante ao se referir à cultura de massa e não transmitir a ideia de que todos são manipulados.

Procure também ouvir os caminhoneiros e disponha um tempo da palestra exatamente para a troca de saberes. Esteja aberto a opiniões divergentes e procure estabelecer pontos de conexão entre as diferentes falas. Você também pode se utilizar de recursos multimídia para enriquecer a sua palestra, exibir trechos de filmes ou reproduzir alguma música. Veja que tais recursos são importantes. Utilizá-los de maneira correta lhe ajudará a proferir uma excelente palestra! Bom trabalho!

Faça valer a pena

1. Leia a letra da canção *Para Lennon e McCartney*, do álbum "Milton", de 1970, de Milton Nascimento. Você deve considerar que se trata de um

artista originário de um país periférico (Brasil), que destina sua canção a músicos consagrados mundialmente da banda inglesa Beatles.

“Por que vocês não sabem do lixo ocidental? Não precisam mais temer. Não precisam da solidão. Todo dia é dia de viver. Por que você não verá meu lado ocidental? Não precisa medo não. Não precisa da timidez. Todo dia é dia de viver. Eu sou da América do Sul. Eu sei, vocês não vão saber. Mas agora sou cowboy. Sou do ouro, eu sou vocês. Sou do mundo, sou Minas Gerais. Por que vocês não sabem do lixo ocidental? Não precisam mais temer. Não precisam da solidão. Todo dia é dia de viver. Eu sou da América do Sul. Eu sei, vocês não vão saber. Mas agora sou cowboy. Sou do ouro, eu sou vocês”.

Disponível em: <<https://bit.ly/2oGryxl>>. Acesso em: 4 de set. 2018.

Relacione a letra acima com os princípios do pós-modernismo de resistência para escolher a alternativa correta:

- a) A letra de Milton Nascimento faz uma clara apologia à modernidade, pois é endereçada a dois ícones ingleses da música pop.
- b) O pós-modernismo de resistência é marcado pela valorização das vozes dominantes, por isso Milton Nascimento endereça a música a dois astros da música.
- c) Ao fazer referência à América do Sul e a Minas Gerais, Milton Nascimento compactua com a premissa pós-modernista de fortalecimento das vozes não dominantes.
- d) Não é possível afirmar que há um posicionamento político de fortalecimento da periferia por parte de Milton Nascimento, já que os locais citados são centrais na geopolítica mundial.
- e) A relação entre música e política não é perceptível na letra, uma vez que não existe ironia, nem manifestação de identidade por parte de Milton Nascimento.

2. Leia o trecho da canção Etnia de Chico Science:

[...] Costumes é folclore, é tradição. Capoeira que rasga o chão. Samba que sai da favela acabada. É hip hop na minha embolada. É o povo na arte. É arte no povo. E não o povo na arte de quem faz arte com o povo. [...]

Disponível em: <<https://bit.ly/2MLwxuD>>. Acesso em: 4 de set. 2018

Agora, leia o trecho da canção *O Papa é pop* de Humberto Gessinger:

[...] Todo mundo tá revendo o que nunca foi visto. Todo mundo tá comprando. Os mais vendidos. É qualquer nota, qualquer notícia. Páginas em branco, fotos coloridas. Qualquer nova, qualquer notícia, qualquer coisa que se mova é um alvo e ninguém tá salvo. O Papa é pop, o Papa é pop, o pop não poupa ninguém [...]

Disponível em: <<https://bit.ly/2NO00Ru>>. Acesso em: 4 de set. 2018

A partir dos trechos das canções acima e das discussões sobre a produção cultural na contemporaneidade, escolha a alternativa correta:

- a) Ambos os trechos das canções fazem um elogio à indústria cultural. A letra de Chico Science indica a valorização da cultura popular pela indústria cultural e a letra de Humberto Gessinger evidencia a diversidade e qualidade do que é disponibilizado ao grande público.
- b) Capoeira, samba e hip hop podem ser consideradas expressões da “alta cultura”, cuja produção é extremamente incentivada pela indústria cultural.
- c) Não é possível estabelecer nenhuma relação entre os trechos das músicas e a indústria cultural, pois as músicas abordam temas alheios à questão da produção cultural na contemporaneidade.
- d) O trecho da música de Chico Science elabora uma crítica à forma como a indústria cultural se apropria de algumas expressões da cultura popular, algo evidente no trecho “É o povo na arte. É arte no povo. E não o povo na arte de quem faz arte com o povo”.
- e) A indústria cultural é marcada pela superação da ideia de arte como mercadoria, uma vez que procura incentivar a produção independente e autônoma de bens culturais.

3. Quando nos dedicamos ao estudo de algum tema, devemos estar preparados para nos aventurarmos em terrenos desconhecidos. Alguns temas e conteúdos apresentam mais complexidade que outros e, por isso, devemos nos munir do maior arcabouço teórico possível. Com relação à pós-modernidade e ao pós-modernismo é longa a lista de estudiosos e posições teóricas.

A partir das principais discussões sobre a pós-modernidade e pós-modernismo, escolha a alternativa correta:

- a) Os marxistas são unânimes em negar o conceito de pós-modernidade.
- b) Para Bruno Latour, a pós-modernidade é a uma construção social, um mito criado pelos homens.
- c) Os teóricos clássicos da indústria cultural enfatizaram a ideia de que os sujeitos possuem autonomia, tanto na produção quanto no consumo dos bens culturais.

- d) Zygmunt Bauman compreende que o termo pós-modernidade é adequado para se referir ao período histórico atual.
- e) Fredric Jameson é um teórico marxista que aceita o termo pós-modernidade em seus estudos.

Seção 4.2

O mundo e as relações líquidas?

Diálogo aberto

Uma das características da contemporaneidade é o aumento da possibilidade de comunicação entre as pessoas devido à expansão da rede mundial de computadores, a Internet. Mas de que forma a utilização da Internet pode influenciar as tomadas de decisão no mundo real? Ela pode ser utilizada por grupos e coletivos para a ação social?

No Contexto de Aprendizagem, aprendemos sobre uma greve de caminhoneiros ocorrida no Brasil e vimos que ela pode ser um bom exemplo de como, na contemporaneidade, elementos difusos compõem a realidade social, em que velhos problemas e contradições do capitalismo persistem, como a exploração dos trabalhadores e a dependência de recursos não renováveis, ao mesmo tempo em que surgem novas formas de mobilização e possibilidades de luta.

Na situação-problema desta seção, imagine que você tenha sido contratado (a) para atuar como consultor (a) de um movimento social ligado à agricultura familiar orgânica, que pretende fortalecer sua organização utilizando a web mídias. O problema é que grande parte dos agricultores não possui conhecimento em informática, pois são analfabetos funcionais. Quais estratégias e medidas você, como consultor (a), indicaria para a inserção desses agricultores no mundo digital?

Para resolver esta situação-problema, você deverá mobilizar o conteúdo disponível no item **não pode faltar**, principalmente os trechos referentes à infoexclusão (exclusão digital) e ao desenvolvimento de políticas de inclusão digital. Por isso, leia-o com muita atenção. Bons estudos!

Sociabilidade e política virtual

De acordo com Castells (*apud* Nicolaci-da-Costa, 2005) a sociabilidade via Internet geralmente é descrita a partir de seus aspectos negativos, ou seja, os estudos iniciais sobre a sociabilidade produzida pela Internet defenderam a perspectiva de que a rede mundial de computadores provoca isolamento, alienação e pode, até mesmo, levar à depressão.

Entre os críticos da sociabilidade construída via internet, podemos identificar o sociólogo Zygmunt Bauman. De acordo com Nicolaci-da-Costa (2005), em *Amor líquido* (2004), o famoso sociólogo polonês argumenta que a internet proporciona (ao lado da telefonia celular) a construção de relações virtuais, que acabam estabelecendo o padrão que orienta todos os outros tipos de relacionamentos.

Para Bauman, o relacionamento virtual compreende as relações estabelecidas entre pessoas que não se conhecem fisicamente. Na visão do sociólogo, esses relacionamentos são frágeis, descartáveis, pouco autênticos e superficiais. Bauman possui uma visão negativa a respeito da sociabilidade estabelecida via Internet. Mas a posição de Bauman pode ser contestada?

De acordo com Nicolaci-da-Costa (2005), seu posicionamento pode e deve ser criticado. A autora pondera que, ao reproduzir as concepções iniciais sobre os efeitos da internet na construção da sociabilidade, Bauman, além de não apresentar fundamentação empírica para seus argumentos, também ignora a ampla literatura já existente sobre os relacionamentos virtuais.

Nicolaci-da-Costa relembra que, anteriormente à internet, o telefone fixo, inventado em 1876, introduziu o primeiro tipo de comunicação virtual em tempo real mediado por uma tecnologia interativa. O uso do telefone fixo no âmbito doméstico tornou-se mais efetivo somente a partir da década de 1920 e também gerou muitas controvérsias. À época, argumentava-se que essa modalidade de comunicação poderia provocar rupturas na vida familiar e reduzir o contato físico entre amigos e conhecidos. Entretanto, de fato, não foi bem isso o que ocorreu, ou seja, o alarde inicial com relação

à internet reproduziu o mesmo tipo de visão negativa que foi inicialmente propagada com o uso da telefonia fixa.

A difusão da Internet, ocorrida em meados da década de 1990, introduziu possibilidades que não existiam na comunicação via telefonia fixa: o acesso a uma diversidade de informação e o aumento da possibilidade de interação entre os usuários. Com relação a este último ponto, Nicolaci-da-Costa (2005) observa que, para as pessoas poderem se encontrar, foram criados ambientes coletivos próprios, como as salas de bate-papo. Na sua opinião, o surgimento desses ambientes foi o que realmente transformou todos os parâmetros até então operantes de comunicação à distância, uma vez que iniciou uma época em que os contatos interpessoais podiam ocorrer virtualmente.

Diante de tal possibilidade, pessoas até então estranhas umas das outras passaram a estabelecer relacionamentos virtuais e, após os primeiros contatos nesses ambientes coletivos, geralmente migravam para os ambientes privados, como troca de mensagens pelo ICQ, Messenger, etc.

É importante notar que, embora esses relacionamentos virtuais tenham sido muito criticados, de acordo com Nicolaci-da-Costa (2005), os resultados de muitas pesquisas mostraram que os relacionamentos pessoais desenvolvidos em ambientes virtuais são análogos aos relacionamentos travados nos espaços “reais”. Dessa forma, todos os elementos que costumam compor os relacionamentos – as paixões, decepções, intrigas, mentiras, traições e solidariedades – também estão presentes nos relacionamentos interpessoais desenvolvidos nos ambientes virtuais. Portanto, ao contrário do que muitos críticos profetizaram, os ingredientes da sociabilidade tradicional não deixaram de existir.

As amizades, a interação, os relacionamentos amorosos e a formação de laços comunitários entre estranhos nos ambientes virtuais da Internet são possíveis. Mais que isso, os relacionamentos virtuais podem ser profundos, intensos e marcados pela solidariedade. As relações amorosas que têm início nos ambientes virtuais podem ser tão fortes e duradouras a ponto de se transformarem em casamentos reais. Em resumo, há muitos traços positivos nos relacionamentos virtuais, principalmente porque, em geral, não são vistos como substitutos dos relacionamentos reais e, por isso, não

tendem a substituí-los, mas sim complementá-los (NICOLACI-DA-COSTA, 2005).

O uso da Internet também pode aumentar a participação cívica e o engajamento político de seus usuários. É o que aprenderemos agora!



Assimile

Por sociabilidade, devemos compreender a capacidade e necessidade de convívio entre as pessoas. A criação e manutenção de relacionamentos sociais é uma marca presente em todas as sociedades humanas, uma vez que os homens e as mulheres são seres sociais.

Com o aparecimento e difusão da Internet, ocorreu uma mudança significativa na sociabilidade, pois a tecnologia possibilitou o surgimento de relacionamentos virtuais, ou seja, sem a necessidade da presença física para a criação e manutenção dos laços sociais.

Inicialmente, a Internet foi vista como um elemento negativo para a construção da sociabilidade, sob a alegação de que os relacionamentos virtuais eram de baixa qualidade, superficiais e efêmeros. No entanto, outras pesquisas demonstraram que os relacionamentos virtuais possuem as mesmas características dos relacionamentos "reais" e não são, necessariamente, prejudiciais.

Movimentos sociais e internet

Por movimentos sociais, devemos compreender as organizações da sociedade civil formadas por **ações coletivas, em que os indivíduos buscam alcançar mudanças sociais**. Mas qual é o papel da Internet no fortalecimento desses movimentos? As formas de interação possibilitadas pela rede mundial de computadores podem contribuir com a divulgação de causas sociais e com lutas por um mundo mais justo e solidário? Note que, conforme discutimos acima, a Internet foi inicialmente tomada como propulsora de uma sociabilidade alienante, ou seja, marcada por relações sociais superficiais e pouco frutíferas.

Entretanto, nas últimas duas décadas, muitas têm sido as experiências pautadas no uso da rede como uma tecnologia combativa, contra-hegemônica. Isso quer dizer que ainda que a

Internet seja, em grande parte, controlada por corporações capitalistas, muitos movimentos sociais vêm se apropriando dessa tecnologia, utilizando-a como uma ferramenta importante para divulgação e fortalecimentos de suas causas. Vejamos alguns exemplos:

De acordo com Moraes (2007), é possível encontrar na internet – a rede que conecta computadores e outros dispositivos (tablets, smartphones) ao redor do mundo – muitas experiências de produção e difusão de informações que questionam o neoliberalismo e a ideologia mercantilista da globalização. Ou seja, a internet não é totalmente dominada por grandes corporações, pois existem muitas forças contra-hegemônicas atuando por meio dela. Nesse sentido, a internet deve ser compreendida como uma arena de lutas e conflitos.

É bom lembrar que a internet nasceu como uma tecnologia militar desenvolvida no Pentágono (sede do departamento de defesa dos Estados Unidos) que, posteriormente, foi colocada à disposição para uso civil. A World Wide Web (WWW) ou simplesmente Web – caminho que permite usufruir do conteúdo transferido pela internet – é formada por inúmeros circuitos infoeletrônicos, que conectam o local com o global em um tempo-espço não linear e instantâneo. Uma das características da Web é a não existência de hierarquias, as fronteiras entre quem emite e quem recebe a informação são fluidas e instáveis. Portanto, os usuários podem atuar simultaneamente como produtores, receptores e emissores (MORAES, 2007).

Em diferentes escalas e intensidades, a Internet pode ativar conexões de sujeitos e atores coletivos. As pessoas se aproximam por afinidades eletivas criando vínculos duradouros ou aproximações circunstanciais. A internet também permite uma comunicação alternativa e a construção de espaços de afirmação, de posicionamentos críticos e práticas jornalísticas cooperativas com o objetivo de defender a diversidade informativa e os valores éticos (MORAES 2007).

De acordo com Moraes (2007), como as propostas dos movimentos sociais são geralmente ignoradas pela mídia dominante, a utilização de meios alternativos de comunicação é de suma importância. As web mídias (canais ou instrumentos de comunicação disponíveis na Internet) permitem uma autonomia em relação a um suporte técnico particular, pois um usuário simples pode editar e disponibilizar conteúdos.

Moraes (2007) cita o exemplo do Indymedia (<http://www.indymedia.org>), que reúne jornalistas e ativistas em mais de 200 cidades do mundo, o portal distribui informes semanais via e-mail e conta com mais de 500 listas de discussão. Outro exemplo de projeto autônomo de contrainformação orientado para os movimentos sociais é o Nodo50 (www.nodo50.org), da Espanha.

A recusa do modo de produção capitalista e da ideologia de mercado, o combate à exclusão social, a defesa da diversidade cultural, da cidadania e da democratização dos meios de comunicação são pontos comuns nas políticas de veiculação de notícias dessas plataformas.

No entanto, é importante atentar para o fato de a Internet ser uma tecnologia que pode ajudar os movimentos sociais que não exclui a necessidade de outras metodologias consagradas de luta social. Nesse sentido, é preciso aliar o uso da tecnologia com formas de intervenção para além dos espaços virtuais.

É a partir dessa premissa que Castells (2013) destaca o papel que a comunicação pode assumir para os movimentos sociais no processo de compartilhamento de significados e troca de informações. Para obterem êxito na contestação do poder instituído, é fundamental, na visão de Castells, que os movimentos sociais detenham um sistema de comunicação autônomo. Vejamos alguns exemplos fornecidos por ele:

Castells (2013) indica que as redes de comunicação foram utilizadas pelos manifestantes durante a "Revolução Egípcia" de 2011, que se tratou de uma série de protestos marcados por reivindicações envolvendo melhores condições de vida, que levou à derrubada do presidente Hosni Mubarak. Os acontecimentos no Egito fizeram parte de um contexto mais amplo envolvendo manifestações em vários países do Oriente Médio e Norte da África, fenômeno que ficou conhecido como Primavera Árabe.

A utilização da Internet, principalmente, a partir das comunidades virtuais, como a Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-Mobilização e Democracia Real Já, também é destacada pelo autor ao analisar as ocupações dos espaços públicos ocorridas na Espanha também em 2011.

Os exemplos de ciberativismo, conjunto de práticas utilizadas em defesa das mais diversas causas que utilizam as redes como

seu principal meio de difusão, fornecidos por Castells (2013) não param por aí.

O movimento *Occupy Wall Street* (OWS), iniciado no ano de 2011, com a ocupação da região do principal centro financeiro mundial, Wall Street, localizado em Manhattan, na cidade de Nova York, Estados Unidos, foi inspirado nos movimentos ocorridos nos países árabes e na Espanha, com o objetivo de denunciar a desigualdade econômica promovida pelo capitalismo financeiro. O movimento OWS teve grande repercussão nas redes sociais (plataformas interativas cuja finalidade é promover o contato entre as pessoas) e a *hashtag* *Occupywallstreet* (#Occupywallstreet) foi amplamente difundida no Facebook e no Twitter.

Castells (2013) observa características comuns em todos os movimentos citados acima e pondera que, apesar da importância da Internet, o fundamental em todos eles foram as ocupações dos espaços públicos. Como foi dito acima, para Castells a interação entre a ocupação de espaços virtuais e a ocupação dos lugares revela a potencialidade que os movimentos sociais podem adquirir ao unir ciberativismo com conhecidas estratégias de luta política e social.



Refleta

Você já parou para pensar que as grandes empresas de comunicação podem controlar e escolher as informações que chegam até você? De quais formas a grande mídia geralmente se refere aos movimentos sociais?

Tecnologias sociais e exclusão social

É preciso considerar que, embora a Internet tenha facilitado o contato entre um número maior de pessoas e possa ser utilizada por diferentes grupos e coletivos no fortalecimento de reivindicações políticas, milhares de pessoas são excluídas do acesso a essa tecnologia. Por isso, a exclusão digital ou infoexclusão é um problema que ainda precisa ser superado. Uma das formas de reduzir o problema é potencializar o uso da Internet enquanto uma tecnologia social. Isso ocorre, por exemplo, quando há promoção

da educação digital e políticas de democratização do acesso. Você já ouviu falar em Tecnologia social?

Tecnologia social é uma expressão que vem sendo amplamente utilizada para se referir à melhoria das condições de vida da população a partir do desenvolvimento e apropriação de tecnologias que atendam necessidades sociais específicas. Trata-se, em síntese, de uma concepção que contraria os princípios capitalistas pautados no uso da tecnologia como forma de maximização dos lucros. Pelo contrário, as tecnologias sociais pretendem ser disponíveis e adaptadas para pequenos produtores e consumidores, pois visa incentivar a produção coletiva e não mercadológica de bens e serviços (FERNANDES; MACIEL, 2010). Portanto, o que define se uma tecnologia é ou não social é o seu uso coletivo, com finalidades que estejam além do lucro e que visem ao bem-estar social.

A Internet, quando disponibilizada para fins solidários e de promoção da igualdade, é, sem dúvidas, uma das tecnologias sociais mais poderosas. Vejamos um pouco mais sobre a relação entre tecnologias sociais e a informática.

Triana (2014) observa que as tecnologias sociais, de uma maneira geral, apontam para uma apreensão crítica e não neutra das tecnologias. A ciência e a tecnologia (C&T) são compreendidas como meios de se efetivar uma transformação social sustentável pautada na inclusão e participação.

Esta visão crítica da tecnologia, por sua vez, também deve problematizar a tendência em associar as tecnologias sociais às técnicas baratas e simples. Ou seja, Triana (2014) defende que tecnologias complexas também podem ser consideradas sociais.

Um exemplo de tecnologia complexa que pode ser tomada como uma tecnologia social são os softwares livres, ou seja, aqueles que, além de gratuitos, permitem os usuários copiarem, distribuírem, executarem, modificarem e aperfeiçoarem o software, pois permitem o acesso ao código-fonte (sistema de símbolos utilizado para codificar o programa). Há vários softwares livres que vão desde sistemas operacionais a navegadores, editores de imagem e áudio.

Richard Stallman, considerado o “pai” do software livre, é o fundador da FSF (Free Software Foundation), que tem como lema principal a liberdade de expressão e não o lucro. Os softwares livres

são o oposto dos softwares proprietários, aqueles que além de pagos são restritivos (não permitem modificação, por exemplo).

De acordo com Triana (2014), tanto as tecnologias sociais como os softwares livres estão centrados na ideia de rede, pois o desenvolvimento dos softwares livres fundamenta-se em uma perspectiva de trabalho coletivo, assim como as tecnologias sociais também estão pautadas na ideia de participação das pessoas na construção de ferramentas inclusivas. Em suma, compartilhamento e coletividade perpassam as concepções de software livre e de tecnologia social.

Triana (2014) também elabora um questionamento importante a respeito dos limites das políticas de inclusão digital. Como dito acima, a infoexclusão é um problema grave no mundo contemporâneo, uma vez que milhares de pessoas continuam sem acesso à Internet ou de outros recursos da informática. No entanto, de acordo com o argumento do autor, se as políticas de inclusão digital não fomentarem o uso de softwares livres, libertando os novos usuários da necessidade de pagarem pelo uso dos softwares, eles serão transformados em limitados consumidores da era da informação.

Por isso, as políticas de inclusão digital, para serem realmente eficientes, devem incentivar a liberdade dos usuários, o que necessariamente passa pela utilização dos softwares livres em seu aspecto mais potente de tecnologia social.

Resistências à homogeneização cultural

Em outra parte deste material didático, já discutimos brevemente algumas características próprias da produção cultural na contemporaneidade. Por isso, iremos agora apenas retomar alguns pontos importantes sobre este assunto com o objetivo de problematizar a questão da homogeneização cultural.

De acordo com Mancebo (2002), em tempos de globalização – cuja principal característica é a integração mundial – uma das imagens que emerge a respeito da cultura é aquela que alude para um processo inevitável de homogeneização. Nessa perspectiva, estaríamos todos cada vez mais fadados a consumir e a produzir um número finito de expressões artísticas e culturais. Como os bens

culturais foram transformados unicamente em bens mercadológicos, seríamos apenas consumidores passivos de produtos culturais de baixa qualidade.

Mancebo (2002) relembra que os debates em torno da cultura em uma época afetada pelo aumento vertiginoso dos meios de comunicação têm como referências históricas as discussões teóricas da Escola de Frankfurt. Em específico, um estudioso da chamada indústria cultural, Theodor Adorno, preocupava-se com a homogeneização cultural e com a desqualificação de certos símbolos da alta cultura.

Na visão dos teóricos da Escola de Frankfurt, a indústria cultural exerce uma dominação político-ideológica incentivando uma economia baseada no consumo. Os meios de comunicação, nesta visão, contribuem para a construção da homogeneidade cultural ao não valorizarem e estimularem particularidades e diferenças.

A contribuição dos teóricos da Escola de Frankfurt é inegável, pois como observa Mancebo (2002), esses autores defendiam a autonomia e a liberdade de escolha dos indivíduos em uma época de muitos ataques à democracia (vale lembrar que Adorno se exilou nos Estados Unidos a partir de 1938 devido à ascensão do nazismo na Alemanha).

Entretanto, as análises frankfurtianas não são suficientes para a compreensão dos fenômenos relacionados à produção cultural na contemporaneidade. Isso porque os efeitos dos meios de comunicação e da indústria cultural, de uma maneira mais geral, sobre as populações podem ser apreendidos a partir de outras perspectivas. Vejamos:

Ao lado da linha argumentativa que enfatiza os processos de unificação de estilos de vida e símbolos culturais, existem análises que não aceitam a tese da homogeneização cultural. Isso porque, na contemporaneidade, pode ser constatada uma expansão das diferenças. Nessa linha de pensamento, a expansão dos meios de comunicação também promoveu o conhecimento de culturas distintas, gerando uma maior consciência da diversidade e o fortalecimento de identidades até então invisibilizadas.

Em vez da homogeneização, a globalização teria provocado a acentuação das diferenças e da complexidade cultural, sendo impossível afirmar que há somente um centro que emana e determina qual cultura deve ser consumida passivamente em escala global (Mancebo, 2002).

Autores como Certeau (*apud* Mancebo 2002) investiram nas análises dos estilos de vida procurando demonstrar que há formas diferenciadas de apropriação dos produtos culturais, pois as pessoas são criativas e utilizam os produtos culturais de diferentes maneiras. Isso quer dizer que um determinado produto ou bem cultural não é assimilado passivamente e, embora a indústria cultural queira impor valores e posturas comuns, existe sempre a possibilidade de resistência e de insubordinação.



Exemplificando

Criada em abril de 2017, durante o Acampamento Terra Livre (evento que reúne milhares de indígenas anualmente em Brasília), a Mídia Índia, idealizada por jovens da etnia Guajajara do Maranhão, disponibiliza, em uma página do Facebook, comunicação feita pelos indígenas e para os indígenas. A Mídia Índia também tem como objetivo divulgar a vida dos indígenas brasileiros de forma diferente da que é feita pela mídia tradicional, pois tende a reproduzir estereótipos e preconceitos sobre os povos originários do Brasil (NINJA, 2017).

Outro exemplo do uso político da Web feito pelos indígenas no Brasil é a Rádio Yandê, a primeira Rádio Indígena Web do país (www.radioyande.com). Além de uma vasta programação musical, a rádio também conta com colunistas indígenas na produção de diversas matérias jornalísticas a respeito das principais questões indígenas. É possível também ouvir a rádio em smartphones através de um aplicativo chamado iRádios.



Pesquise mais

Caro (a) estudante, você pode aprender mais sobre formas de resistência cultural e o fortalecimento das identidades com a leitura do artigo *Resistências culturais como formas de defesa da identidade* (SANTOS, 2008), disponível em: <<https://bit.ly/2wCCAXS>>. Acesso em: 4 set. 2018. Bons estudos!

Sem medo de errar

Na situação-problema desta seção, você foi contratado (a) para atuar como consultor (a) de um movimento social ligado à agricultura familiar orgânica, que pretende fortalecer sua organização utilizando

as web mídias. Você deve apresentar algumas estratégias para a inserção desses agricultores no mundo digital.

Para a resolução desta situação-problema, consideremos os seguintes pontos: inicialmente, é preciso que estes agentes, os agricultores familiares, sejam sensibilizados a respeito da importância da Internet nos dias atuais. Nesse sentido, uma estratégia pode ser a de desenvolver um trabalho junto aos agricultores que desconstrua uma possível visão negativa a respeito da Internet. Como vimos ao longo do item *Não pode faltar*, não é incomum que a Internet seja tomada, inicialmente, a partir de seus possíveis aspectos negativos.

Como informado no item *Diálogo Aberto*, os agricultores familiares são, em sua maioria, analfabetos funcionais, o que representa um desafio a mais para a inserção do grupo nos domínios digitais. Por isso, é fundamental que seja desenvolvido um projeto de inclusão digital que ocorra concomitante à alfabetização dessas pessoas. A informática, nesse sentido, pode ser mais uma aliada neste processo. Você deve realizar uma pesquisa anterior e fazer um levantamento bibliográfico sobre temas como letramento digital, educação digital e inclusão digital. Você vai se surpreender com os resultados de sua pesquisa e poderá utilizá-los neste trabalho com os agricultores familiares.

Para exemplificar o fortalecimento que a Internet pode proporcionar à causa em questão, no caso, a agricultura familiar orgânica, você pode lançar mão de alguns exemplos de sucesso. O caso dos indígenas que se transformaram em Youtubers pode ser uma ótima opção. Veja que para grande parte dos indígenas o português é a segunda língua, ou seja, assim como os agricultores familiares não possuem ainda o domínio escrito pleno da língua portuguesa, os indígenas também tiveram que realizar um esforço enorme para efetuarem o aprendizado tanto da língua portuguesa quanto das técnicas da informática. E o resultado foi muito positivo.

Você deve apresentar as possibilidades existentes de web mídias. Neste sentido, é importante promover uma reflexão, junto aos agricultores, sobre a opção mais atraente e motivadora. Um blog? Uma web rádio? Uma página no Facebook? São muitas as opções e cabe a você auxiliá-los neste processo de escolha.

Você também deve considerar que parece se tratar de um coletivo que constrói suas práticas sociais a partir de princípios

éticos e de responsabilidade social, já que optaram pelo plantio de produtos orgânicos livre de agrotóxicos. Por isso, talvez seja muito interessante desenvolver com este grupo um programa de inclusão digital que seja bastante crítico.

Isso pode ser feito com a apresentação de uma discussão sobre os softwares livres. Baseados em princípios de horizontalidade, produção compartilhada e coletiva, é muito provável que os agricultores familiares, que já possuem estes princípios exercitados no cotidiano, se identifiquem com o tema e se sintam ainda mais motivados a fortalecer sua organização a partir do uso das web mídias, mas, principalmente, a partir de uma apreensão crítica das tecnologias sociais, no caso, da Internet.

A partir dessas possibilidades de trabalho com os agricultores familiares você irá desenvolver uma ótima consultoria!

Faça valer a pena

1. Leia abaixo trechos da canção *Pela Internet*, de Gilberto Gil:

“Criar meu website. Fazer minha home-page. Com quantos gigabytes se faz uma jangada um barco que veleje. Que veleje nesse infomar. Que aproveite a vazante da infomará [...] Que leve meu e-mail até Calcutá [...] Eu quero entrar na rede. Promover um debate [...] Eu quero entrar na rede pra contatar os lares do Nepal, os bares do Gabão. Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular. Que lá na praça Onze tem um videopôquer para se jogar”.

A partir dos trechos citados acima e da discussão sobre novas formas de sociabilidade com o advento da Internet, escolha a alternativa correta:

- a) Com o uso de neologismos, como “infomar” e “infomará” Gilberto Gil pretende denunciar o empobrecimento cultural decorrente do surgimento da Internet.
- b) Há a aproximação entre “rede”, utilizada como sinônimo de Internet, e palavras que remetem ao contexto da navegação tradicional, como mar e maré, a partir da criação de neologismos.
- c) Gilberto Gil demonstra como a Internet dificultou a comunicação entre os locais, pois faz referência a pontos de difícil comunicação, como Gabão e Nepal.
- d) A Internet não é o tema principal da canção do cantor e compositor Gilberto Gil e sim uma denúncia da violência exercida pelo polícia carioca.

e) Gilberto Gil atenta para falta de interesse das pessoas em se utilizarem da Internet, pois se trata de uma tecnologia que mais afasta do que aproxima.

2. Quem tem medo da tecnologia digital? A quem interessa a infoexclusão? Tecnologia é uma palavra de origem grega formada a partir do grego *tékhnē* – "arte, indústria, habilidade" – e de *tekhnikós* – "relativo a uma arte" e de *logos* – "argumento, discussão, razão" – e *logikós* – "relativo à raciocínio" –, derivado de légo – "eu digo". Nesse sentido, tecnologia é uma habilidade pautada no uso da razão e do argumento e, talvez por isso, a apropriação de tecnologias específicas, como a Internet, por grupos subalternos possa ser considerada algo extremamente perigoso para os grupos dominantes.

Fonte: <<https://bit.ly/2MPh39j>>. Acesso em: 5 set. 2018.

A partir da discussão sobre as relações entre a Internet e os movimentos sociais, escolha a alternativa correta:

- a) A partir do advento da Internet, os movimentos sociais perderam seu poder de mobilização, uma vez que essa tecnologia dificulta a articulação e desenvolvimento de ações políticas localizadas.
- b) Os movimentos sociais, em sua grande maioria, recusam a utilização da Internet como ferramenta de luta, pois argumentam que tal tecnologia é totalmente dominada pelas grandes corporações capitalistas.
- c) alguns teóricos, como Castells, indicam que os movimentos sociais não devem se ater somente à utilização da Internet que, embora seja uma ferramenta importante, não exclui a necessidade da utilização de outras formas consagradas de ação social.
- d) é impossível estabelecer alguma associação entre movimentos sociais e Internet, uma vez que os movimentos sociais apresentam, em sua totalidade, projetos que combatem e criticam os avanços tecnológicos.
- e) os movimentos sociais têm abandonado as estratégias mais tradicionais de luta social, como a ocupação dos espaços públicos, algo que pode ser visto na chamada Primavera Árabe.

3. Qual o poder do consumidor de bens culturais? Somos vítimas passivas de uma indústria cultural gananciosa? Existem duas correntes teóricas que se contrapõem na interpretação a respeito da produção cultural na contemporaneidade e é fundamental ao sociólogo conhecê-las minimamente.

A partir do tema homogeneização e resistência cultural, escolha a alternativa correta:

- a) A Escola de Frankfurt é conhecida por ter desenvolvido uma teoria sobre a indústria cultural que a vê como propagadora de diversidade cultural e democratização do acesso aos bens culturais.
- b) Theodor Adorno preocupava-se com a homogeneização cultural e com a desqualificação de certos símbolos da alta cultura.
- c) na visão dos teóricos da Escola de Frankfurt, os meios de comunicação contribuem para a construção da heterogeneidade cultural ao valorizarem e estimularem particularidades e diferenças.
- d) Autores como Certeau investiram nas análises dos estilos de vida procurando demonstrar que não há formas diferenciadas de apropriação dos produtos culturais.
- e) as análises de Certeau corroboram os argumentos dos teóricos da Escola de Frankfurt, uma vez que ele constata que as pessoas não são criativas e tendem a utilizar os produtos culturais sempre da mesma forma.

Seção 4.3

A condição do trabalho e as relações sociais na contemporaneidade

Diálogo aberto

As transformações sociais ocorridas na contemporaneidade também afetam o mundo do trabalho. Há décadas, a imagem de um trabalhador padrão era a de um operário uniformizado cumprindo seu ofício em uma fábrica oito horas diariamente, mas isso mudou. Ao mesmo tempo em que aumentaram as profissões possíveis, o desemprego e o emprego informal também cresceram vertiginosamente. Como vimos no contexto de aprendizagem desta seção, até mesmo a forma de mobilização política dos trabalhadores se transformou e, neste ponto, a internet tem cada vez mais destaque, como no caso da greve dos caminhoneiros em 2018 no Brasil.

A greve dos caminhoneiros foi uma demonstração de que os trabalhadores possuem muita força quando se organizam. No caso dos caminhoneiros que realizaram a greve em 2018, grande parte da organização esteve baseada em formas não usuais, como a criação de grupos de comunicação em um aplicativo de mensagem instantânea. A greve deixou como exemplo a possibilidade de mobilização de trabalhadores que atuam isoladamente no cotidiano, uma vez que cada caminhoneiro é responsável apenas por seu caminhão. No entanto, a greve demonstrou que mesmo "isolados" eles puderam se organizar para criar um movimento muito importante. A situação-problema desta seção é inspirada neste movimento. Você, estudante e futuro (a) sociólogo (a), deverá colaborar com Pedro Luís que, desempregado há mais de um ano, resolveu iniciar uma experiência como motorista de um aplicativo de transporte privado urbano. Ocorre que ele tem percebido uma série de situações que revelam a precarização de sua mão de obra e decidiu escrever uma espécie de manifesto a ser endereçado para a empresa responsável pelo serviço a fim de reivindicar melhorias. Como não é muito bom em redação, tem medo de sofrer

perseguição e acabar sendo desligado deste trabalho. Pedro gostaria, também, que outros motoristas aderissem à ideia e assinassem o documento. Imagine que você, um (a) sociólogo (a) em formação, tenha conhecido Pedro Luís ao utilizar este tipo de serviço e, a partir de seus conhecimentos em sociologia, tenha combinado que enviaria um e-mail a ele com alguns pontos essenciais que um manifesto como este deve conter, além de outras formas possíveis de organização junto aos demais motoristas. Como você construiria este documento a ser enviado a Pedro Luís? Considere que, apesar de se tratar de uma ajuda informal, você deve mobilizar os seus conhecimentos em prol do motorista, um trabalhador como você.

Para resolver esta situação-problema, você deverá mobilizar o conteúdo disponível ao longo do item *Não pode faltar*. Especificamente, os tópicos referentes aos ataques aos direitos trabalhistas e às alternativas no modo de produção e organização do trabalho. Bons estudos! !

Não pode faltar

Desenvolvimento sustentável: premissas e limites

Desde o seu início, o capitalismo, que remonta aos séculos XVI e XVII, caracterizado, inicialmente, por sua fase comercial, tem passado por diferentes períodos: a **fase industrial** (primeira e segunda Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX); a **fase financeira** (fim do século XIX e primeira metade do século XX) e, finalmente, o **capitalismo informacional** (Terceira Revolução Industrial na segunda metade do século XX, marcada por avanços tecnológicos, como telecomunicações, transporte, robótica e nanotecnologia). Esta última fase é marcada pela globalização (ou mundialização) da economia e pelas políticas neoliberais. Em uma palestra sobre as linhas gerais do neoliberalismo no mundo e no Brasil, disponível no youtube, a filósofa Marilena Chauí definiu o neoliberalismo como uma política de ataque aos direitos trabalhistas e incentivos à maximização dos lucros, que tem como finalidade a ampliação do espaço privado nas políticas econômicas e a diminuição do espaço público nas políticas sociais, como saúde, educação, entre outras áreas. Você pode conferir a fala da filósofa acessando o link <<https://bit.ly/2NISTTO>>.

Ao longo da história do capitalismo, qualquer que seja o período considerado, uma das características mais marcantes é a exploração dos recursos naturais. Seria preciso retomar uma longa tradição filosófica e epistemológica para precisar que, de uma maneira geral, a construção do pensamento no Ocidente (onde o capitalismo teve início) esteve sempre pautada na perspectiva de que os domínios da natureza deveriam servir à humanidade. Nesse sentido, os chamados “recursos naturais” foram incorporados pelo sistema de produção capitalista como recursos disponíveis para serem utilizados com o objetivo de gerar lucros.

Como observa Meneghetti et al. (2012), o avanço do sistema capitalista produziu efeitos nocivos para o planeta e a questão ecológica começou a ganhar força a partir da segunda metade do século XX. O conceito de desenvolvimento sustentável surge em um contexto de denúncia das consequências desastrosas advindas da exploração incontrolada dos recursos naturais e da acumulação sem precedentes de riquezas. Note que tal conceito é formado por duas palavras aparentemente opostas: “desenvolvimento”, que remete ao processo de avanço das forças produtivas do capitalismo, via de regra, marcado pela destruição e impacto negativo sobre o meio ambiente, e o termo “sustentável”, que aponta para a necessidade de cuidado e manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações.

Antes de avançarmos sobre tal composição de ideias contrárias, vale dizer que o conceito de desenvolvimento sustentável também abarca as relações sociais, como o combate à pobreza, por exemplo, não se restringindo aos aspectos ambientais. De toda forma, seria possível, de fato, conciliar um “desenvolvimento” que fosse, também, “sustentável”? Vejamos alguns pontos importantes sobre isso.

De acordo com Meneghetti et al. (2012), a ideia de “desenvolvimento sustentável” se assenta sobre uma concepção conciliatória falsa que pretende, diante da crise socioambiental, orientar estados e entidades governamentais e não governamentais preocupadas com a questão ecológica. Os autores retomam as bases históricas da concepção de “desenvolvimento sustentável” indicando que foi a partir dos anos 1970 que as questões ecológicas ganharam destaque no cenário político internacional. À época, uma série de pesquisas denunciou os efeitos danosos causados pelo crescimento econômico ilimitado.

A crise do petróleo, ocorrida no início dos anos 1970, foi um evento histórico importante, que demonstrou como a dependência de recursos naturais finitos era (in) sustentável.

Como a preocupação com a questão ambiental tornava-se cada vez maior, algumas iniciativas governamentais tiveram início. Em 1972, foi realizada a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente pela Organização das Nações Unidas (ONU). Como os resultados desta Conferência foram pouco significativos no combate à degradação ambiental, em 1983 foi formada uma Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento tendo a primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, como coordenadora. Esta comissão publicou, em 1987, o relatório "Nosso Futuro Comum" em que a expressão "desenvolvimento sustentável" aparece definida pela primeira vez como o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem o prejuízo para as futuras gerações. Conhecido também como "Relatório Brundtland", tal documento sugere que o "desenvolvimento sustentável" seja o principal orientador da ação econômica e política internacional.

Já na década de 1990, o conceito de desenvolvimento sustentável adquiriu uma versão empresarial a partir da formulação de John Elkington, do Triple Bottom Line (3BL): Profits, People, Planet (lucros, pessoas, planeta). A ideia foi a de atrelar prosperidade econômica à justiça social e à qualidade ambiental. De acordo com este preceito, o desempenho social e ambiental de uma empresa é tão importante quanto as questões financeiras.

De acordo com Meneghetti et al (2012), a versão "sustentável" do modo de produção capitalista é irrealizável, uma vez que o desenvolvimentismo não permite a possibilidade de aumento da riqueza e prosperidade social sem o aumento da degradação ambiental. Para estes autores, somente com a limitação do consumo e da expansão econômica das organizações é que a lógica de algum "desenvolvimento sustentável" seria possível.

Caro aluno (a), em qual medida a resolução dos problemas socioambientais estaria atrelada ao desenvolvimento de outras formas de produção de bens e organização do trabalho? É possível pensar em formas alternativas ao modo de produção capitalista, ou seja, pensar um sistema em que a destruição dos recursos naturais e a exploração dos trabalhadores não sejam as principais características?



O conceito de "desenvolvimento sustentável" foi forjado como uma possibilidade de resolução dos problemas socioambientais gerados pelo modo de produção capitalista em uma escala global. No entanto, os princípios de "desenvolvimento" e "sustentabilidade" aparecem como antagônicos ou contraditórios, uma vez que por desenvolvimento presume-se a exploração dos recursos naturais e da mão de obra dos trabalhadores. Nesse sentido, ainda que o "desenvolvimento sustentável" seja propagandeado e defendido como via possível de resolução dos problemas socioambientais, é preciso se atentar para o fato de que o sistema capitalista é historicamente marcado pela destruição do planeta e pelo aumento das desigualdades sociais. Ou seja, "desenvolver", no sentido de acumular e produzir riquezas sem limites de uma forma "sustentável", talvez seja um caminho com poucas possibilidades, não é mesmo?

Outras formas de organização do trabalho: cooperativismo e economia solidária

Iniciativas voltadas para novas formas de produção e organização do trabalho não são fenômenos recentes. Durante os séculos XVIII e XIX, diante do avanço do capitalismo industrial, surgiram vários movimentos baseados em ideais de solidariedade e justiça social. O cooperativismo, uma organização do trabalho diferente da exploração característica do modelo capitalista de produção, talvez seja a maior expressão concreta destes ideais.

Como observam Lanza et al (2011), mais recentemente, a partir das últimas décadas do século XX, diante das sucessivas crises do capitalismo, tais ideais ressurgiram com a formulação de alternativas no combate a problemas como o desemprego, à miséria e à exclusão social. Tais alternativas costumam se enquadrar em torno de um termo bastante amplo e genérico denominado economia solidária que, de uma maneira geral, tem suas raízes históricas no cooperativismo.

De acordo com Singer (2008 apud Lanza et al., 2011) a economia solidária pode ser compreendida como o resultado do anseio pela construção de uma sociedade melhor. Tal superioridade não estaria restrita ao plano econômico, uma vez que entre os princípios da

economia solidária estão a qualidade de vida e a construção de uma sociabilidade que não esteja pautada no individualismo típico da sociedade capitalista. Como dito acima, as raízes históricas da economia solidária não são recentes, pois ela foi inventada pelos operários ainda no início do capitalismo industrial, ou seja, suas origens remetem àqueles ideais de solidariedade e justiça social que mencionamos acima, que se materializaram em formas cooperativas de organização e produção.

Lanza et al. (2011) relembram que as primeiras cooperativas surgiram na França, na Inglaterra e na Itália no ramo da construção. Mas qual é a principal característica de uma cooperativa? A autonomia dos trabalhadores, pois, de acordo com esse modelo “clássico” de cooperativa, não há a exploração dos trabalhadores pelos patrões, uma vez que são os donos dos meios de produção (maquinarias e ferramentas).

A cooperativa é uma forma de organização da produção e do trabalho, em que não há a extração da mais-valia (lucro obtido pelo patrão, que é o resultado da diferença entre o valor do bem produzido pelo trabalhador e o seu salário). No entanto, ao longo do século XX, o cooperativismo perdeu o fôlego inicial da época de seu surgimento, muito em decorrência da reação da classe patronal. Não é de estranhar que os patrões tenham se incomodado com a organização autônoma dos trabalhadores, não é mesmo?

O cooperativismo é um modelo socioeconômico pautado nos princípios de solidariedade, independência, autonomia e participação democrática. Existem diferentes categorias de cooperativas: de crédito, de compra e venda, de produção, etc. O grande diferencial das cooperativas em relação às empresas capitalistas é o modo de sua administração, uma vez que as primeiras têm sua administração pautada na autogestão, na divisão igualitária dos lucros (Singer 2008 apud Lanza et al., 2011). Tratam-se por cooperativas solidárias aquelas em que a administração é operada pelos cooperados, os donos da cooperativa.

Como todos são responsáveis pelo desenvolvimento da organização, todos devem estar informados a respeito dos fatos ocorridos. A depender do tamanho, ou seja, do número de cooperados, pode-se buscar formas distintas de administração, como o estabelecimento de assembleias para comunicar e

encaminhar decisões ou até mesmo a formação de delegações em que cada setor se responsabiliza por afazeres específicos.

No entanto, algumas cooperativas podem acabar se transformando em empresas capitalistas, com a presença de trabalho assalariado e administração hierárquica (Pinto 2006 apud Lanza et al., 2011). Na realidade, essas experiências tratam-se de pseudocooperativas, ou seja, possuem uma aparência de cooperativa, mas não estão pautadas nos princípios de autogestão e distribuição igualitária dos lucros e, portanto, não estão enquadradas nos princípios da economia solidária.

No Brasil, o movimento de economia solidária pautado no cooperativismo de autogestão teve início na década de 1980 e se expandiu desde a segunda metade da década de 1990. Iniciada pelos movimentos sociais, a economia solidária no país tem se fortalecido a partir da organização de diferentes frentes e estímulos, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), sediadas em Universidades, a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) Lanza et al (2011).

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2002 apud Lanza et al., 2011), a economia solidária, a partir das cooperativas de trabalhadores, gera benefícios fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista. Em suma, ao proporcionarem outras formas de organização da produção e do trabalho, a economia solidária apresenta uma alternativa concreta diante das injustiças sociais geradas pelo capitalismo. Tais injustiças tendem a se expandir em cenários marcados pelo avanço do neoliberalismo, a política econômica ainda dominante na contemporaneidade, sobre a qual iremos falar um pouco mais no próximo tópico.



Exemplificando

A cooperativa de Mondragón, fundada em 1956 na cidade basca de mesmo nome no norte da Espanha, é o maior complexo cooperativo do mundo. A corporação conta com cooperativas de serviços comerciais, produção industrial, um banco e uma universidade. Mondragón é administrada a partir dos princípios do cooperativismo de autogestão e todos os trabalhadores são proprietários. São mais de 250 cooperativas

associadas à Mondragón localizadas em países como China, México, Índia, Estados Unidos, Rússia e Brasil, com cerca de 70 mil associados (Singer 2008 apud Lanza et al., 2011).

Neoliberalismos e injustiças sociais

Antes de compreendermos as principais características do neoliberalismo, é preciso traçar um breve panorama histórico sobre as políticas econômicas implementadas pelo capitalismo no século XX. Consideremos como ponto inicial a crise econômica e social de 1929 (período da Grande Depressão), uma crise causada, de uma maneira geral, pela superprodução e especulação financeira iniciada nos Estados Unidos e que se espalhou pelo mundo todo.

Com o intuito de superar tal crise, o presidente estadunidense F. Roosevelt apresentou uma proposta política conhecida como *New Deal* (Novo Acordo), fundamentada na teoria econômica keynesiana (em referência ao seu idealizador, o economista britânico John Maynard Keynes). Tal teoria econômica defende uma política de pleno emprego e controle da inflação com uma intensa participação do Estado na economia. Ou seja, a teoria keynesiana adotada pelo *New Deal* procurou trazer o Estado para o centro das decisões econômicas, uma vez que tal postura seria, na visão de F. Roosevelt, a mais coerente após décadas de intervenção mínima do estado, postura que teria sido malsucedida, algo comprovado pela deflagração da crise de 1929.

O *New Deal* de Roosevelt logrou sucesso e os EUA conseguiram sair da crise através de investimentos maciços do Estado em obras e geração de empregos. Poucos anos mais tarde teve início a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que abalou fortemente as economias dos países envolvidos.

O ideário keynesiano, de certa forma, se manteve após o conflito mundial e a ideia de um Estado interventor e controlador do jogo econômico continuaram presentes. A formulação do *Welfare State*, modelo político desenvolvido em vários países em que o Estado é responsável pela garantia dos direitos sociais dos cidadãos, como saúde, educação e previdência, pode ser considerada como uma

herança da teoria keynesiana. No entanto, concepções liberais também ressurgiram no pós-guerra.

O ponto a anotar aqui é que tanto o *New Deal*, como o keynesianismo e o *Welfare State*, são concepções político-econômicas críticas e até mesmo contrárias ao liberalismo econômico. Devemos compreender o liberalismo econômico como uma concepção teórica que defende que o mercado se autorregule. O liberalismo clássico tem suas raízes históricas no iluminismo (com a utilização da expressão *laissez-faire* _deixar fazer_ como principal lema) e, posteriormente, desenvolvido no século XIX por Adam Smith. A crença do liberalismo é a de que o mercado é regido por "mãos invisíveis" e a soma dos interesses dos indivíduos leva, necessariamente, à evolução da sociedade. Por isso, o Estado deve intervir nos domínios econômicos sem regulá-los demais.

De acordo com Matos (2008), a ideologia neoliberal que surge na América do Norte e na Europa Ocidental no pós-guerra foi desenvolvida desde o início do século XX pela Escola Austríaca, cujo fundador é Carl Menger e Ludvig Von Mises, seu principal entusiasta. A ideologia neoliberal procurava revalorizar o liberalismo econômico dos séculos XVIII e XIX. Um marco fundamental do surgimento do neoliberalismo é a publicação do livro *O Caminho da Servidão*, de Friedrich A. Hayek, discípulo de Von Mises. A obra foi lançada em 1944 e elabora uma crítica ferrenha ao intervencionismo estatal nos mecanismos de mercado. A ideias neoliberais, entretanto, não foram muito difundidas nas décadas seguintes ao lançamento desta obra, porque os países de capitalismo avançado estavam crescendo economicamente.

Ocorre que, a partir de 1973, inicia-se novamente uma profunda recessão econômica (note que o capitalismo é marcado por sucessivas crises e períodos de recuperação econômica ao longo da história). É a partir deste momento que o ideário neoliberal ganha força. Mas quais são as ideias neoliberais que começam a se difundir? Principalmente as críticas aos sindicatos e ao movimento operário em geral.

Na visão neoliberal, as pressões reivindicativas dos trabalhadores por mais direitos e melhores salários teriam prejudicado a produção capitalista. E qual foi a saída apontada pelos neoliberais? Combater o poder dos sindicatos, diminuir os gastos sociais, diminuir as intervenções na economia, reduzir os impostos sobre

os rendimentos mais altos, abandonar a meta do pleno emprego e criar um exército de reserva de trabalhadores.

Como observa Matos (2008), 1979 é o grande marco da ascensão política do neoliberalismo, pois, pela primeira vez, subiu ao poder um governo disposto a implantar as medidas neoliberais. Trata-se da eleição de Margareth Thatcher para primeira ministra na Inglaterra. Thatcher ficou no poder até 1990 e seu governo foi marcado pela repressão às greves, imposição de uma legislação antissindical, corte dos gastos sociais e um amplo programa de privatização. Governos neoliberais também foram eleitos durante a década de 1980 na Alemanha Ocidental, nos Estados Unidos e na Dinamarca.

De acordo com Matos (2008), ao implantarem as políticas neoliberais, esses países conseguiram recuperar a margem de lucro das empresas e controlar as taxas de inflação. Isso porque os trabalhadores foram duramente prejudicados com perda de direitos. Por outro lado, as taxas de crescimento da economia permaneceram reduzidas, o desemprego aumentou e um grande exército de trabalhadores de reserva foi criado.

Mesmo com esse relativo fracasso, o neoliberalismo seguiu fortalecido na década de 1990 quando foi sintetizado nas premissas do chamado “Consenso de Washington”. O neoliberalismo formulado em Washington passou a defender, além dos pontos já citados anteriormente, a extinção das fronteiras econômicas em busca de um mundo unificado pelo livre mercado.

A criação do NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), assinado por Estados Unidos, Canadá, México e Chile, que entrou em vigor em 1994, é um exemplo dessa atmosfera de livre mercado estimulada pelo neoliberalismo. Vale dizer que as consequências econômicas e políticas para o México a partir dessa agenda neoliberal foram desastrosas. No Brasil, o neoliberalismo foi implantado, principalmente, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a partir de um amplo programa de privatização e precarização legal da contratação dos trabalhadores.

Como argumenta Matos (2008), o surgimento e a difusão do pensamento neoliberal devem ser compreendidos dentro do cenário mais amplo das transformações político-econômicas da segunda metade do século XX, tendo como pressuposto a mundialização da economia.

É extremamente importante pontuar que a ideologia neoliberal não defende o fim da intervenção do Estado na economia, mas sim o redirecionamento da ação do Estado com vistas a garantir e fortalecer a reprodução das relações propriamente capitalistas. O neoliberalismo, ao atacar os direitos dos trabalhadores e diminuir os investimentos sociais do Estado com o objetivo de aumentar o lucro dos donos dos meios de produção, transforma direitos sociais conquistados com muita luta (saúde, educação, segurança, previdência) em serviços a serem consumidos apenas por aqueles que podem pagar.

Precarização do trabalho e perda dos direitos trabalhistas

Temos visto que a agenda do neoliberalismo ao mesmo tempo em que assume um compromisso com o livre mercado, procura também atacar os direitos dos trabalhadores. É por isso que, conforme defende Soares (2010), a ideologia neoliberal não se faz presente apenas no campo econômico, mas também no social. A intervenção do Estado no social é vista pelo neoliberalismo como pouco recomendável. As políticas neoliberais ampliaram a desigualdade social e originaram novas condições de desigualdade no acesso aos bens sociais e ao mercado de trabalho.

É preciso ponderar que a desigualdade social e a exploração dos trabalhadores são próprias do modo de produção capitalista. Um exemplo da lógica de exploração da mão de obra é a necessidade que o capitalismo tem em formar um exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. Conforme explica Marx (1992), o exército industrial é formado por trabalhadores desempregados. Em períodos de crise este contingente de trabalhadores aumenta e em tempos de expansão eles são reabsorvidos.

A existência desta mão de obra "reserva" faz com que os patrões possam contratar pagando salários mais baixos, uma vez que sempre haverá alguém desempregado disposto a se submeter às condições precárias de trabalho e de salário. Outro efeito da formação desta superpopulação relativa é a competição estimulada entre os trabalhadores. Ou seja, em vez de se perceberem como uma classe social explorada, os trabalhadores passam a competir

entre si em busca de emprego, ampliando a competitividade, o produtivismo e a rivalidade entre eles.

De acordo com István Mészáros (2006), o capitalismo, de tempos em tempos, alcança um ponto de saturação não conseguindo encontrar mais formas de expansão. Quando isso ocorre, as taxas de lucro diminuem. Qual é a saída encontrada pelos capitalistas? Explorar ainda mais os trabalhadores com a diminuição dos salários e a retirada dos direitos trabalhistas. É exatamente esse contexto de precarização e perda de direitos que se intensificou com a aplicação das políticas neoliberais.

No entanto, o ataque aos direitos dos trabalhadores é geralmente minimizado nos discursos dos políticos conservadores e da grande mídia – setores que defendem os interesses dos grandes capitalistas – que passam a defender medidas como as reformas ou flexibilização das leis trabalhistas. O aumento de horas trabalhadas, a diminuição do tempo de férias e as facilidades nos processos de demissão são alguns exemplos de “flexibilização do trabalho” que, na verdade, não passam de formas eficientes para aumentar os lucros de quem já explora.

Diante de um cenário de perdas de direitos sociais e trabalhistas, que vem ocorrendo no Brasil e em vários países do mundo nos últimos anos, é fundamental o aumento da consciência política por parte dos trabalhadores e, nesse ponto, a sociologia pode ser uma grande aliada.



Refleta

Como desconstruir a visão muito disseminada de que os trabalhadores são concorrentes e que precisam se destacar para garantirem um posto de trabalho? Como promover a união dos trabalhadores em torno de um projeto de luta pela garantia de direitos?



Pesquise mais

Caro aluno (a), você pode aprender mais sobre o neoliberalismo com os artigos: *Balanço do neoliberalismo*, de Anderson (1998). Disponível em: <<https://bit.ly/2M2ovsu>>; *Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica*, de Scalon

& Salata (2012), disponível em: <<https://bit.ly/2LXXq9P>> e *A politização do cotidiano, a classe média e a esquerda*, de Pissardo (2013), disponível em: <<https://bit.ly/2PHUBf8>>

Acessos em: 17 jul. 2018.

Sem medo de errar

Na situação-problema desta seção, você deve indicar caminhos possíveis para que Pedro Luís, um recém-motorista de um aplicativo de transporte privado urbano, consiga manifestar sua indignação diante da precarização de sua mão de obra.

Inicialmente, você pode sugerir que ele busque informações sobre o modo de organização desenvolvido pelos caminhoneiros durante uma greve que parou o país em 2018. A experiência dos caminhoneiros pode fornecer informações e estratégias muito precisas e adequadas ao contexto vivido por Pedro Luís e por outros motoristas de aplicativos de transporte privado.

Você também pode informá-lo que talvez não seja estratégico manifestar individualmente sua insatisfação junto à empresa que o contrata. Em vez disso, pode ser mais coerente e tentar unir mais motoristas em torno de uma luta comum.

Como o contato físico entre os motoristas talvez seja algo difícil de ser realizado, você pode sugerir a Pedro Luís que uma articulação possível de ser executada é através de grupos de aplicativos de mensagens instantâneas. Ou seja, Pedro Luís pode criar um grupo nestes aplicativos e, aos poucos, ir adicionando outros motoristas que também se sentem incomodados com as condições de trabalho. Com o grupo formado, experiências poderão ser compartilhadas, assim como uma pauta de reivindicações e a definição de estratégias, que podem ser construídas com a participação dos membros.

É fundamental que Pedro Luís e os demais motoristas contem com um suporte jurídico, por isso você pode indicar a ele a necessidade de consulta a um advogado trabalhista que possua experiência nesta área relativa ao transporte privado urbano. É somente a partir da legalidade que os motoristas conseguirão lograr êxito em suas reivindicações, não é mesmo?

Por último, você pode informar a Pedro Luís que o incômodo que ele está sentindo com relação à sua nova realidade não é algo isolado, mas trata-se de um fenômeno social mais amplo relacionado às mudanças nas relações de trabalho em curso na contemporaneidade. Nesse sentido, ele pode buscar outras opções de trabalho que melhor lhe satisfaça, uma vez que a luta por melhorias e garantia de direitos geralmente é lenta e não possui uma garantia prévia.

Você pode aconselhar Pedro Luís a pesquisar sobre formas cooperadas de organização de trabalho. Nesse ponto, é interessante notar que o transporte privado urbano é controlado por grandes corporações e, talvez, uma possibilidade seja a construção, a partir de softwares livres, de plataformas alternativas em que os motoristas ofereçam os mesmos serviços com autonomia e a partir de um modelo de autogestão. Caro aluno (a), tenha certeza de que, com todas essas dicas, Pedro Luís e outros motoristas poderão alterar ou, pelo menos, minimizar a realidade de exploração a que estão submetidos!

Faça valer a pena

1. Leia o trecho da canção *Eu despedi o meu patrão*, de Zeca Baleiro e Capinan:

“Eu despedi o meu patrão desde o meu primeiro emprego. Trabalho eu não quero não, eu pago pelo meu sossego. Ele roubava o que eu mais valia e eu não gosto de ladrão. Ninguém pode pagar nem pela vida mais vazia. Eu despedi o meu patrão [...] Mande embora, mande embora agora o seu patrão. Ele não pode pagar o preço que vale a tua pobre vida, ó meu irmão”.

Relacione a letra da música acima às transformações e continuidades da relação entre capital e trabalho na contemporaneidade e assinale a alternativa correta:

- a) A letra da música *Eu despedi o meu patrão* é marcada pela ironia, uma vez que os trabalhadores não possuem alternativa de vínculo empregatício que não seja vinculada a um patrão.
- b) A letra da música *Eu despedi o meu patrão* é um elogio às políticas neoliberais marcadas pelo ataque aos direitos trabalhistas.
- c) Não existe relação possível entre a letra da música *Eu despedi o meu patrão* e as condições de exploração da classe trabalhadora.
- d) A base argumentativa da letra da música *Eu despedi o meu patrão*

não tem lastro com a relação entre patrão e empregado, o que pode ser verificado na passagem “ele roubava o que eu mais valia”.

e) A letra da música *Eu despedi o meu patrão* é uma crítica à exploração dos trabalhadores pelos patrões e uma provocação para que os trabalhadores busquem formas alternativas de sustento.

2. Keynesianismo e neoliberalismo são concepções econômicas opostas que estiveram presentes ao longo do século XX na construção de políticas que afetaram diretamente a vida das populações. Compreender as diferenças e as características de ambas é fundamental para se posicionar diante de um cenário de intensas transformações sociais que não se restringem ao mundo do trabalho.

A partir das principais características da história econômica do século XX, escolha a alternativa correta:

- a) O governo de F. Roosevelt ficou marcado pela implantação de políticas neoliberais nos Estados Unidos.
- b) O neoliberalismo defende uma política de pleno emprego e controle da inflação com uma intensa participação do Estado na economia.
- c) A teoria keynesiana adotada pelo *New Deal* nos EUA procurou trazer o Estado para o centro das decisões econômicas.
- d) *New Deal*, keynesianismo e o *Welfare State* são concepções político-econômicas que se assemelham ao liberalismo econômico clássico.
- e) O neoliberalismo teve fim com a ascensão ao poder de Margareth Thatcher, defensora dos ideais keynesianos

3. De acordo com o xamã yanomami David Koppenawa, se o homem branco não parar de destruir a floresta, o céu cairá sobre nossas cabeças, seremos esmagados e arremessados para baixo da terra (KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce, 2015). Qual o sentido de uma afirmação profética como esta? O capitalismo só irá parar de explorar os recursos naturais quando conduzir a todos a uma total extinção?

A respeito da destruição planetária causada pelo capitalismo e a alternativa apresentada a partir do conceito de desenvolvimento sustentável, escolha a alternativa correta:

- a) O desenvolvimento sustentável é uma tentativa de conciliação entre a natureza destrutiva do socialismo com a característica sustentável do capitalismo.

- b) O avanço do sistema capitalista não tem produzido efeitos nocivos para o planeta e, por isso, a questão ecológica não conseguiu se fortalecer ao longo do século XX.
- c) A crise do petróleo, ocorrida no início dos anos 1970, foi um evento histórico importante que demonstrou como a dependência de recursos naturais finitos era sustentável.
- d) O sistema capitalista é historicamente marcado pela conservação do planeta e pela diminuição das desigualdades sociais.
- e) O conceito de desenvolvimento sustentável é formado por duas palavras opostas. A primeira remete à exploração e à destruição da natureza e a última aponta para a necessidade de cuidado e manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações.

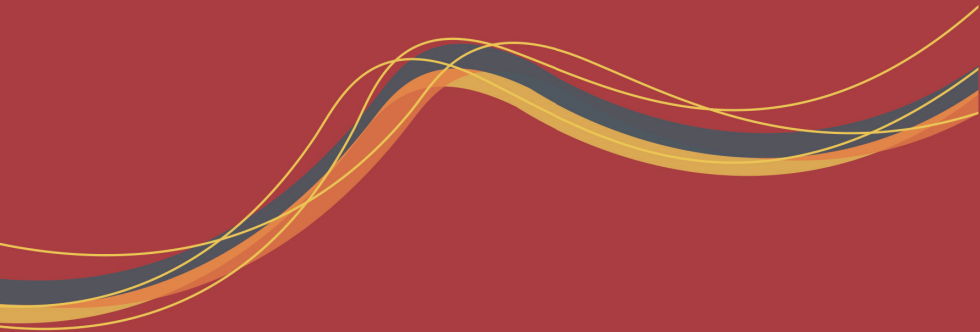
Referências

- ADELMAN, M. Visões da Pós-modernidade: discursos e perspectivas teóricas. **Sociológicas**, ano 11, n.21, p.184-217. Porto Alegre, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/09.pdf>>. Acesso em: 25 de jun. 2018.
- ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.
- , P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILI, P., **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Disponível em: <<https://bit.ly/2xdVTW0>>. Acesso em: 4 set. 2018
- BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- , Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOLOGNESI, M. F. A mercadoria cultural. **Trans/Form/Ação**, n.19, p.75-86, São Paulo, 1996. Disponível em: <<https://bit.ly/2oCQJ3J>>. Acesso em: 5 jul. 2018
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1**: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FERNANDES, R. M. C.; MACIEL, A. L. S. Caminhos das tecnologias sociais: reflexões iniciais. In: **Tecnologias sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável**. FERNANDES. R. M. C.; MACIEL A. L. S. (Org.); Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2MPgPzb>>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GILROY, P. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudo Afro-Asiáticos, 2001
- HABERMAS, J. The political discourse of modernity. Cambridge: MIT Press, 1987.
- HUYSEN, A. **After the Great Divide**: modernism, mass Culture and postmodernism. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1986.
- JAMESON, F. Post modernity: or the cultural logic of late capitalism. London: New Left Review, 1984.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 3. ed. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2013.
- LYOTARD, J-F. **La condition postmoderne**, rapport sur le savoir. Paris: Minuit, 1979.
- MAGALHÃES, F. O discurso filosófico da pós-modernidade. A filosofia do espetáculo contra o marxismo. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.41, n.3, p.190-194, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2LVd2Lj>>. Acesso em: 3 set. 2018
- MANCEBO, D. Globalização, Cultura e Subjetividade: discussão a partir dos meios de comunicação de massa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.18, n.3, set./dez. 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2MNG4I2>>. Acesso em: 4 set. 2018.
- MARX, K. Classes sociais e contradição de classes. In: IANNI, O. **Karl Marx**. São Paulo: Ática, 1992.
- MATOS, S. T. S. Conceitos primeiros de neoliberalismo. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**. Universidade Estadual de Londrina, v.13, n. 1-2, p. 192-213, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2oF6cAp>>. Acesso em 4 set. 2018.
- MENEGHETTI, F. K.; SELFERT, R. E.; VIZEU, F. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v.10, n. 3, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2ChPi4l>>. Acesso em: 4 set. 2018.
- MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização. Um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÍDIANINJA. **Mídia Índia**: o futuro é através da comunicação, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2gHo0qO>>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- MORAES, D. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. V.9, n.2, maio/ago. 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2sokG9X>>. Acesso em 9 jul. 2018.
- MORAIS, E. E. et al. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n.105. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2CioMb1>>. Acesso em: 4 set. 2018.
- NICOLACI-DA-COSTA, A.M. Sociabilidade virtual: separando o joio do trigo. **Psicologia & Sociedade**; v.17, n.2, p. 50-57, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2Cjuv xv>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- SANTOS, A. S. Resistências culturais como estratégias de defesa da identidade. In: **IV ENECULT**, Salvador, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2wCCAXS>>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- SHINN, T. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. **SCIENTIAE STUDIA**, São Paulo, v.6, n.1, p.43-81, jan./mar. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2NIYMqv>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SOARES, L. T. R. NEOLIBERALISMO E LUTAS SOCIAIS: perspectivas para as políticas públicas – retrocessos, recorrências e avanços. **Revista de Políticas Públicas**, n. especial, p. 15-24. São Luís, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2wJn90P>>. Acesso em: 4 set. 2018.

TRIANA, Y. Q. Tecnologias sociais na era da informação: o caso das redes de software livre. **Revista Contraponto**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v.1, n.1, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2NRkaKw>>. Acesso em: 12 jul. 2018



ISBN 978-85-522-1179-2



9 788552 211792 >